

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL MESTRADO**

DAIANE SEVERO DA SILVA

GÊNERO, RAÇA E CLASSE:

Discursos de Mulheres Negras Acadêmicas e Mulheres Negras Comunitárias

SÃO LEOPOLDO

2016

DAIANE SEVERO DA SILVA

GÊNERO, RAÇA E CLASSE:

Discursos de Mulheres Negras Acadêmicas e Mulheres Negras Comunitárias

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Ciências
Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio
dos Sinos – UNISINOS

Linha de Pesquisa: Identidade e Sociabilidades

Orientador: Prof. Dr. José Ivo Follmann

Coorientadora: Prof.^a Dra. Adevanir Aparecida Pinheiro

SÃO LEOPOLDO

2016

S586g Silva, Daiane Severo da
Gênero, raça e classe: discursos de mulheres negras acadêmicas e mulheres negras comunitárias / Daiane Severo da Silva. – 2016.
112 f. : il. ; color. ; 30cm.
Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências), São Leopoldo, RS, 2016.
Orientador: Prof. Dr. José Ivo Follmann; Coorientadora: Profa. Dra. Adevanir Aparecida Pinheiro.

1. Ciências sociais. 2. Mulher Negra. 3. Mulher Negra - Discurso. 4. Comunidade. 4. Mulher Negra - Ensino superior, I. Título. II. Follmann, José Ivo. III. Pinheiro, Adevanir Aparecida.

CDU 3

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE
DISSERTAÇÃO DE Mestrado N.º 1/2016**

Aos 29 dias do mês de fevereiro de 2016, realizou-se na sala B03 105, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, a Sessão Pública da Defesa de Dissertação intitulada **“GÊNERO, RAÇA E CLASSE: Discursos de Mulheres Negras em dois universos: acadêmico e comunitário”**, apresentada pela mestranda **Daiane Severo da Silva**. A Comissão Examinadora foi constituída pelo Prof. Dr. José Ivo Follmann – Orientador - UNISINOS, Profª. Drª. Georgina Helena Lima Nunes – Universidade Federal de Pelotas - UFPel, Profª. Drª. Laura Cecília Lopez – UNISINOS, Profª. Drª. Adevanir Aparecida Pinheiro - UNISINOS. Após o desenvolvimento dos trabalhos de apresentação oral e arguição dos componentes da Banca, a Dissertação foi considerada APROVADA de acordo com os seguintes conceitos atribuídos pelos professores doutores: José Ivo Follmann A Georgina Helena Lima Nunes A Laura Cecília Lopez A Adevanir Aparecida Pinheiro A. O diploma de Mestre será expedido pela Universidade após o encaminhamento da cópia final da dissertação impressa, encadernada em capa dura e uma cópia eletrônica. A entrega da dissertação deverá ser feita no prazo de 30 (trinta) dias a contar desta data, **com o parecer favorável do Prof. Dr. José Ivo Follmann**, na Secretaria Compartilhada da Pós-Graduação, da Escola de Humanidades e a emissão do Diploma está condicionada a entrega da versão final da Dissertação.

Comissão Examinadora:

Profª. Drª. Georgina Helena Lima Nunes – UFPel _____

Prof. Dr. José Ivo Follmann – [Orientador] – UNISINOS _____

Profª. Drª. Adevanir Aparecida Pinheiro – UNISINOS _____

Profª. Drª. Laura Cecília Lopez – UNISINOS _____

Dedicatória Especial

Minhas avós, Tereza Maria Rodrigues da Silva (*in memoriam*) e Marina Dorneles Severo.

Meus avôs, Adão Santos da Silva e João Oliveira Severo (*in memoriam*)

Meus pais, Vera Lucia Severo da Silva e José Dioni Rodrigues da Silva

Minha irmã, Thais Severo da Silva

Meu namorado, Juliano da Silva Lopes

Meu cunhado, meus primos, primas e meus tios e tias.

Minha gratidão a todas as mulheres negras, do passado, presente e futuro,

Ao grupo de trabalho mulheres de Baobá,

Ao grupo Cidadania e Cultura Religiosa Afrodescendente,

A toda a equipe do NEABI.

À Instituição Espiritualista Templo dos Anjos – Esteio,
aos professores do PPG – Ciências Sociais – São Leopoldo,

aos meus colegas do Curso de Mestrado – São Leopoldo.

AGRADECIMENTOS

É com imensa satisfação e gratidão que quero agradecer a Deus, ao mestre ascensionado Afra, que auxilia na cura do continente africano, ao Mikão Usui, mestre reikiano e a Sri Aurobindo, mestre de Yoga, à Nossa Senhora Aparecida e à Instituição Espiritualista Templo dos Anjos, pela ajuda espiritual que recebi em momentos de dificuldade, a qual foi fundamental para carregar as energias e seguir a caminhada.

À minha família, com todo o seu amor, carinho, força, determinação, caráter, humildade mostrou que tudo é possível na vida, é a minha base, meu orgulho. Seus conselhos e ajuda foram importantes para a realização deste trabalho. Ao meu namorado, pela sua paciência e pelo entendimento das minhas ausências, as quais foram necessárias para a conclusão da dissertação.

Aos meus orientadores, professor Dr. José Ivo Follmann pelo apoio e orientações.

E principalmente para professora Dra. Adevanir Aparecida Pinheiro, pela disponibilidade, sinceridade e suas críticas construtivas, pela sua sabedoria e exemplos práticos, sei que muitas vezes foi necessário fazer algumas mudanças em meu olhar, que não foi fácil para uma militante acadêmica e comunitária com uma trajetória extensiva e intensa a qual fez chegar onde está hoje. Você mostrou que podemos sonhar e realizar nossos sonhos, e que missão não é realizada em uma situação de conforto. E que quando estamos em nossa missão não há dia, nem final de semana, tudo é realizado através de um amor incondicional.

Ao NEABI, pela experiência na qual tudo começou e mudou, existe um antes e um depois, após essa experiência e serei eternamente grata pela compreensão, apoio e principalmente pelos aprendizados coletivos.

Ao projeto Porticus, por acreditar no meu projeto, na minha dissertação e pela oportunidade e auxílio financeiro com uma bolsa a qual foi possível a realização desse trabalho.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) em especial a professora Dra. Laura Cecília López, meus colegas, principalmente Maristela, Antônio, Joice, Mariana e Gabriel a qual eu consegui dividir momentos de aprendizados, conhecimentos, trocas de informações e crescimento acadêmico.

A contribuição e os aprendizados da professora Dra. Celeste Fortes, da Universidade de Cabo Verde.

Aos meus alunos e colegas da escola Colégio Saint Germain – Sapucaia do Sul, a qual me mostraram os desafios e as alegrias na escolha profissional de ser professora.

A todas as mulheres negras entrevistadas, gratidão por dividirem seus discursos comigo, seus anseios, conflitos, não estamos sozinhas.

NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE...

Eu sou Nzinga, sou uma rainha e lutei contra a escravidão.
Eu sou Carolina Maria de Jesus, escrevo a minha própria história.
Eu sou Aquatune, uma princesa quilombola.
Eu sou Chica da Silva, enfrentei a sociedade machista e racista.

Eu sou imperatriz Taitu Bitul, liderei exércitos em defesa da minha nação.
Eu sou Léa Garcia e Ruth de Souza, sou a arte em múltiplas facetas.
Eu sou Antonieta de Barros, fui a primeira deputada negra da história do Brasil.
Eu sou Cleópatra, minha história já foi contada de mil maneiras.
Eu sou Acotirene, fui liderança em Palmares.

Eu sou Helenira Rezende, eu lutei contra a ditadura militar e morri no Araguaia.
Eu sou Clementina de Jesus, a minha voz ecoou no mundo.
Eu sou Nan Agotime, fui rainha no Doomé e na Casa das Minas no Maranhão.
Eu sou Maria Firmina dos Reis, a primeira mulher a publicar um livro de literatura no Brasil.

Eu sou a Rainha Teresa do Quariterê, sou rainha, sou quilombola. Eu sou Lelé Gonzales, sou militante do movimento feminista e do movimento negro.
Eu sou Mãe Stella de Oxóssi, sou guardiã da cultura e das religiões de matriz africana no Brasil.
Eu sou Luiza Mahin, lutei pela construção de uma sociedade mais justa.
Eu sou Rainha de Sabá, meu nome está marcado na história.
Eu sou Anastácia, sou símbolo de luta do povo negro no Brasil.

Eu sou Zeferina, liderei revoltas.
Eu sou minha mãe. Eu sou a minha avó.

Sou retirante nordestina.

Eu sou essas e tantas outras mulheres negras anônimas.
Pois, contando a trajetória das mulheres negras, falo de mim mesma simultaneamente. Crio e recrio a nossa história. A história de mulheres negras que não tiveram o direito de conhecer o seu próprio passado.

Eu sou todas essas mulheres, pois quando conto a história de referência delas, desconstruo o silêncio e a subalternidade destinada às mulheres negras no Brasil e a mim. Portanto, descubro que nossos passos vêm de longe e que SOMOS TODAS RAINHAS.

(Extraído do filme 25 DE JULHO – O FILME/ FEMINISMO NEGRO CONTADO EM PRIMEIRA PESSOA, 2013).

RESUMO

A dissertação busca compreender e analisar os discursos de trajetória de vida das mulheres negras com intersecção de gênero, raça e classe no ensino superior e na comunidade. Escolher pesquisar sobre as mulheres negras na universidade foi por observar estatísticas desfavorecidas, que revela que as mulheres negras são minoria na universidade. Quando na comunidade verifiquei muitos anseios e conflitos a partir das vivências e enfrentamentos cotidianos, principalmente em como trabalhar as dificuldades femininas. Além disso, identifiquei a militância com mais força e ação política. Mediante as entrevistas, observações e diário de campo certifiquei semelhanças e diferenças que dizem respeito a cada contexto. Dessa forma, através das categorias Identidade/Identificação, Autoestima, Grupos, Olhares, Violências simbólicas e Família é possível verificar essas distinções. A presença da mulher negra na universidade e na comunidade provoca a problematização acerca dos discursos articulados quanto a tríplice opressão e discriminação de gênero, raça e classe a qual exclui e invisibiliza as mulheres negras de serem protagonistas de suas histórias e ascensão social a qual não possibilita uma vida de oportunidades, sucesso, conforto e estabilidade. O estudo tem como referência epistemológica Sueli Carneiro, Nilma Lino Gomes, Petronilha Silva, Kabengele Munanga, Matilde Ribeiro, Jurema Werneck, Chimamanda Adichie, Karl Marx, Angela Davis e outros.

Palavras-chave: Mulher Negra. Discursos. Comunidade. Universidade.

ABSTRACT

The thesis aims to understand and analyze the discourses on life trajectories by black women intersecting gender, race and class at the university and in the community. Choosing to research about black women at the university has been justified on the observation of disadvantaged statistics, which reveal that black women are a minority at the university; while they face much anxiety and conflicts due to daily experiences, especially when it comes to working with female trouble. Besides that, it has been identified more strength and political action in the militancy. Through interviews, observations and field diary, the study shows similarities and differences according to diverse contexts. Through the categories Identity/Identification; Self-esteem; Groups; Looks; Symbolic Violence and Family it is possible to verify such distinctions. The presence of black women at the university and in the community provokes the problematization of the discourses articulated to the triple gender oppression and discrimination, race and class, which excludes and impedes black women from being the protagonists of their own story and social ascension and does not permit a life of opportunities, success, comfort and stability. The study has as epistemological reference Sueli Carneiro, Nilma Lino Gomes, Petronilha Silva, Kabengele Munanga, Matilde Ribeiro, Jurema Werneck, Chimamanda Adichie, Karl Marx, Angela Davis and others.

Keywords: Black women. Discourse. Community. University.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Lélia Gonzalez, feminista e militante negra	38
Figura 2 - Maria Beatriz Nascimento, historiadora e militante negra	39

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos	71
Fotografia 2 – NEABI/ Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas – Unisinos	73
Fotografia 3 – Prefeitura de Sapucaia do Sul	75
Fotografia 4 – Prefeitura de São Leopoldo.....	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Raça, domicílio e sexo da população – São Leopoldo	66
Tabela 2 – Raça, domicílio e sexo da população – Sapucaia do Sul.....	67
Tabela 3 – Escolaridade, sexo, raça – Brasil	68

LISTA DE SIGLAS

AMNB	Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras
ASSAV	Associação Antônio Vieira
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
Grupo Cidadania	Grupo Cidadania e Cultura Religiosa Afrodescendente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCN	Instituto de Pesquisas das Culturas Negras
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MNU	Movimento Negro Unificado
NEABI	Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas
ONU	Organização das Nações Unidas
SEPPIR	Antiga Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, foi unificada com outros ministérios a partir do dia dois de outubro de 2015
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNIASSELVI	Centro Universitário Leonardo da Vinci
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

CDU 3	0
1 INTRODUÇÃO	15
2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: MULHERES NEGRAS E BRANCAS NA HISTÓRIA DO BRASIL	23
2.1 Reconstruindo Laços Históricos, Sociais, Raciais e Discursivos	23
2.2 Análise Histórica Contemporânea das Mulheres no Brasil.....	26
2.3 A Invisibilidade das Mulheres Negras na História do Brasil	27
2.4 Aqualtune: Determinação, Coragem e Luta	31
2.5 Décadas de 1970, 1980 e 1990: Mulheres Negras em Ação e Luta.....	32
2.5.1 Década de 1970: Movimento Negro Unificado (MNU).....	32
2.5.2 Décadas de 1980 e 1990: Mulheres Negras, Aspectos Políticos, Educacionais e Sociais	33
2.6 Lélia Gonzalez: a História de Vida de uma Militante Negra Incansável e Corajosa.	36
2.7 Maria Beatriz Nascimento: Ativista, Pesquisadora e Intelectual Negra	39
3 MULHERES NEGRAS: ARTICULANDO GÊNERO, RAÇA E CLASSE.....	41
3.1 Um Pequeno Histórico do Feminismo no Brasil.....	41
3.2 O Feminismo Negro: Reconhecimento, Lutas e Desafios	44
3.3 Estudos Pós-Coloniais e Gênero.....	47
3.4 Interseccionalidade: Gênero, Raça e Classe	49
3.5 Racismo Institucional	56
3.6 Políticas Públicas e Gênero.....	57
3.7 Discurso, Mulheres Negras e Relações Raciais no Brasil	60
3.7.1 Racismo: uma Discussão a partir do Lugar Ideológico e Discursivo.....	62
3.8 Análise de Discurso e suas Contribuições	63
4 UNIVERSIDADE E COMUNIDADE: CONCEITOS E ESTATÍSTICAS	65
<i>Conceitos e estatísticas são temáticas relevante para esse capítulo. Do mesmo modo, serão apresentados, o histórico referente às cidades de Sapucaia do Sul, São Leopoldo e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, especificamente o cotidiano desses espaços. ..</i>	
4.1 Comunidade	65
4.2 Universidade	67
4.3 Uma Pequena Síntese da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e as Cidades de Sapucaia do Sul e São Leopoldo.....	70
4.3.1 Universidade: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos	70

4.3.2 Comunidade: Sapucaia do Sul.....	75
4.3.3 Comunidade: São Leopoldo	78
5 CONSTRUINDO CATEGORIAS, ESCUTANDO AS MULHERES NEGRAS: DISCURSOS A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE VIDA	81
5.1 Metodologia e Reflexões sobre o Campo de Pesquisa	81
5.1.1 Identificando as Mulheres Negras	84
5.2 Identidade e Identificações	86
5.3 Solidão, Autoestima e Superação	88
5.4 Grupos, Organizações de Mulheres Negras e NEABI: Espaços de Integrações, Conhecimentos e Formações	90
5.5 Olhares e seus Significados	92
5.6 Violências Simbólicas e suas Consequências.....	93
5.7 Família e suas Representações.....	95
6 CONCLUSÃO.....	97
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	111
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	112
ANEXO A – LEI N 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003	113

1 INTRODUÇÃO

O caminho que nos leva a definir um sujeito de pesquisa, às vezes, é uma tentativa de nos autocompreender como indivíduo. Na minha inocência e intenção, quando comecei o mestrado pensei que estava fazendo um projeto social e científico, porém enganei-me, pois vai além, porque na realidade é uma transformação pessoal e social como mulher negra, é um renascimento. Hoje eu penso que para estar em uma universidade e concluindo o mestrado de Ciências Sociais houve várias mulheres negras que me antecederam, trabalharam e lutaram por uma vida melhor e por isso eu quero continuar essa luta, essa reivindicação.

Como historiadora, minha incumbência é de contribuir para visibilidade da história das mulheres negras e destacar o esquecimento delas como protagonistas de sua história e ao mesmo tempo contribuir para o fortalecimento da minha identidade política e crítica e assim poderei auxiliar outras mulheres negras que precisam entender as formas de opressão que vivemos no Brasil, mas principalmente no Estado do Rio Grande do Sul.

A questão de gênero manifestou-se muito cedo na minha vida, lembro que estava na pré-escola com 6 anos, na recreação e um colega não queria que as meninas brincassem com os meninos, isso deixou-me tão irritada que acabamos brigando e esse conflito chamou atenção da minha professora da época, que até hoje quando encontro-a sempre lembra da minha personalidade forte.

No Ensino Fundamental, lembro-me de que estava no 6º ano e não concordei com alguns procedimentos para festa junina, e assim discuti com uma colega e simplesmente ela fez com que todas as meninas dessa turma não falassem comigo, exceto uma colega a qual também não concordava com ela; sendo assim brigamos, fomos para diretoria da escola, mas, no fim, avaliando hoje essa situação ela entendeu que eu não ficaria em silêncio e também pensou que, por eu ser uma menina negra, teria que me submeter às suas ordens.

Na adolescência, no Ensino Médio, estudei em uma escola particular, eu era a minoria e lembro-me de que em um debate sobre a questão racial a professora apresentou uma reportagem que mostrava dados estatísticos sobre as desigualdades raciais na educação do Ensino Médio. A mesma afirmou que havia poucos negros nas escolas de acordo com a reportagem.

Essas reflexões inquietavam-me e foi assim que questionei a professora com relação àqueles dados estatísticos, com a seguinte pergunta: *Sou negra e estudo aqui, como fica a minha situação perante essa sua afirmação?* Na minha ingenuidade de 14 anos de idade, a

mesma respondeu: *Mas você continua sendo a minoria que tem oportunidade de estudar, principalmente em uma escola particular.*

A partir dessa reflexão, percebi que a professora estava correta, quando olhei para os lados e observei que havia mais dois colegas negros dentro de um universo de no mínimo 25 alunos. Desse modo, passo a perceber a importância em resgatar a história e a identidade do sujeito negro. Interiormente isso não importava, pois me sentia com autoestima de menina negra e, mesmo com todas as dificuldades, sabia que não poderia mudar aqueles dados. Mas o fato de ter a oportunidade de estudar era uma vitória a qual aquela professora não poderia compreender.

A minha entrada na Universidade com 18 anos, sem dúvida, foi uma grande vitória. Na época eu trabalhava na cidade de Porto Alegre, com uma carga horária de 20 horas por semana e 4 horas por dia. Assim, eu tinha um salário que contribuía com a mensalidade da universidade e o restante era para pagar a passagem para a universidade; pois saía do trabalho e ia direto estudar, não sobrava dinheiro para a alimentação e impressões; algumas vezes eu pegava o texto emprestado de colegas para ter um entendimento parcial do assunto. Então foi que uma colega minha, na época, pagou por dois semestres, as minhas cópias de impressão e minha alimentação.

Outra situação que acontecia é que quando eu me destacava como aluna, seja através de seminários ou de artigos, era um desafio. Inclusive em umas dessas situações eu fui escolhida para fazer a organização dos textos para o primeiro livro organizado pela professora Dra. Paulina Nólivos. Este fato gerou revolta por parte de algumas colegas, que simplesmente começaram a gerar conflitos e intrigas. Com isso, procurei a professora responsável e a coordenadora do curso para falar da situação e pedir uma solução para este fato. E assim minhas colegas não gostaram muito de a professora chamar atenção delas, muito menos ouvirem que eu havia sido escolhida por competência.

No entanto, o nosso saber do dia a dia e nossas lutas e práticas são as referências bibliográficas necessárias para os conhecimentos epistemológicos. Silva (1998) afirma que a fonte de pesquisas e referências mais autêntica das mulheres negras são elas mesmas.

Então, em 2008, no curso de graduação em História na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), obtive a oportunidade de escrever o meu primeiro artigo sobre Afrodite, e desde lá comecei a pesquisar sobre a História das Mulheres. Entretanto, foi no final da graduação de História na UNIASSELVI que fui percebendo a importância de entrar no debate sobre a problemática das mulheres, especificamente sobre as mulheres negras. Foram experiências mais trabalhadas e vivenciadas, as no NEABI, especificamente Grupo Cidadania,

que contribuíram na minha escolha pela ênfase racial e assim pesquisar a temática que aborda as mulheres negras.

O Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI), localizado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) tem como atuação e objetivo visibilizar as relações étnico-raciais, todos os aspectos e espaços sociais, principalmente na Unisinos. Tem como ferramentas a Lei 10.639/2003 e o Plano Nacional das Diretrizes para Educação das Relações Étnico-Raciais e o Estatuto da Igualdade Racial. O Grupo Cidadania é o projeto mais importante do NEABI e acontece todas as sextas-feiras, das 19h30min às 22 h, na Sala Ignácio Ellacuria, nas dependências do Instituto Humanitas (IHU). É voltado à comunidade interna (docentes, discentes, funcionários) e à comunidade externa. Neste grupo são tratados temas voltados à Educação das Relações Étnico-raciais.

Durante a minha trajetória acadêmica não obtive subsídios para trabalhar a temática racial, o feminismo negro, identidade negra e realidade da população negra, só obtive conhecimento dos temas mencionados quando fui monitora da disciplina Educação das Relações Étnico-Raciais e Culturais na Escola de Educação Básica e Afrodescendente e América Latina, administrada pela professora Adevanir Pinheiro na Unisinos¹, que fui conhecer autores e autoras negras e principalmente a metodologia diferenciada para trabalhar e entender as relações étnico-raciais, porque essa temática faz toda a diferença na sociedade, mas quando é trabalhada com sensibilidade e humildade se faz a diferença e, conseqüentemente, ocorre a transformação. Para ilustração, segue o depoimento da professora Dra. Adevanir Pinheiro, nos ajudando entender que:

“A metodologia da cultura negra leva os alunos, ou os sujeitos afrodescendentes a resgatarem o seu modo de entender, aprender e colocar em prática o seu próprio modo de fazer e conhecer as práticas didáticas dos saberes civilizatórios africanos no cotidiano”. (Professora Universitária Negra - Depoimento colhido no dia 08-01-2015, em São Leopoldo).

Após essas vivências, quando comecei a seleção para mestrado decidi que meu anteprojecto seria destacar quais os discursos realizados pelas mulheres negras que, com muita força e determinação, conseguiram chegar à universidade. E, ao mesmo tempo, quando comecei a observar a mulher negra na comunidade, identifiquei a militância com mais força e por isso cheguei à conclusão de que seria necessário estudar as mulheres negras nesses dois cenários.

¹ As duas disciplinas citadas pertencem aos cursos de graduação (Licenciatura e bacharelado).

Outra experiência interessante e importante é a forma como foram conduzidas minhas orientações para dissertação, a cultura negra em sua essência tem a coletividade como eixo fundamental, e isso a professora Dra. Adevanir Pinheiro faz através de orientações coletivas, para haver troca de conhecimento e experiências, para percebemos as influências culturais do nosso Estado do Rio Grande do Sul, e também as nossas dificuldades quanto à mulher negra, seja elas financeiras, epistemológicas, históricas, as quais fazem parte da nossa caminhada e transformação.

As mulheres negras, desde a época da escravidão, vivenciam situações sociais de desigualdade de gênero, raça e classe; dessa forma, é importante e relevante descrever esse processo de exclusão na sociedade brasileira. Segundo Nunes (2009, p. 180) “atrelada às incontestáveis denúncias, é ressaltada a resistência da mulher negra à tripla opressão sofrida: raça, gênero e classe social. O resistir, com toda a sua força, não as coloca em um lugar social cujas dignidades são vividas em sua plenitude”. Caldwell (2010) afirma que está havendo mudanças em relação ao desenvolvimento de políticas públicas para a população negra e que também estão crescendo as discussões sobre a questão racial no Brasil. Estamos vivendo um momento que oferece a importante oportunidade para pensar de forma coletiva sobre o desenvolvimento (passado e futuro) sobre a mulher negra no Brasil, porém, ainda existe ausência da raça na maior parte dos estudos sobre a mulher no Brasil.

De acordo com Santos, Rocha e Carth (2011), quando se pensa em etnia/raça, gênero e classe, não significa a exclusão de outros aspectos também importantes, pois ser mulher negra é enfrentar outros desafios. Pesquisar e contribuir na construção da História, discurso, identidade e o processo de identificação, é possibilitar novas abordagens de estudos e assim diversificar e acrescentar novos olhares.

A mulher negra a cada dia busca formas para ser inserida na Educação, mas para isso terá de enfrentar muitos obstáculos raciais que a sociedade impõe. Conforme Julio e Strey (2009) afirmam, no século XXI ainda existe desigualdade no Brasil. Eles concluem que pessoas ditas como brancas conseguem passar por todos os níveis como educacional, comunitário e social com maior facilidade enquanto pessoas ditas negras são aquelas que menos possibilidades têm de conseguir fazer o mesmo percurso em toda a sua extensão, ou seja, na sociedade como um todo.

Falar sobre o discurso das mulheres negras é também mencionar na luta pela sua liberdade, que caracteriza falar em ser dona de si e de tal modo de ser capaz de mudar de uma situação a outra; como pode também estar relacionado à possibilidade de escolher os caminhos os quais julgue serem os mais coerentes. Ao pesquisar sobre elas, observamos que

textos, livros e artigos que são encontrados sobre o assunto mencionam mais sobre o racismo, identidade, gênero que sobre a questão do discurso em si.

Hoje no Brasil temos materiais importantes e produzidos com qualidade sobre a temática das mulheres negras, mesmo assim não são suficientes para abordar e destacar as pesquisas sobre a história delas. As bibliografias recentes as apresentam em vários espaços como: religiosos, sociais, políticos, culturais. Desta forma, pesquisar as *Mulheres Negras no ensino superior e na comunidade*, com foco no discurso, se deu justamente porque temos ainda poucas pesquisas com esse tema. Caldwell (2010, p. 24-25) menciona que:

[...] antes, contudo, de pensar no futuro dos estudos da mulher negra no Brasil, acredito que seria bom refletir sobre o trabalho já feito e as dificuldades que as mulheres negras brasileiras têm encontrado em suas tentativas de fazer pesquisa e produzir trabalho acadêmico nesta área. Ao mesmo tempo, é de suma importância reconhecer as publicações de feministas negras brasileiras que não atuam no meio acadêmico e as que compartilham seu tempo entre a militância e a academia como formas de produção intelectual.

É preciso visibilizar a mulher negra, temos de romper com o silêncio e os obstáculos enfrentados nas universidades e comunidades. Essa afirmação nos leva à problemática: Qual o discurso sobre trajetória de vida que as mulheres negras têm no ensino superior e na comunidade? Em todos os segmentos sociais e políticos é necessário voz ativa para assim haver um discurso que condiga com realidade enfrentada no país; conseqüentemente, conseguiremos obter a transparência necessária para a politização da mulher negra. Nessa perspectiva e intenção existe a preocupação em *analisar* a relação de gênero, raça e classe através dos discursos das mulheres negras universitárias e não universitárias nas cidades de Sapucaia do Sul e São Leopoldo.

Ao mesmo tempo em que estavam ocorrendo as primeiras mudanças na minha identidade, observava a realidade da mulher negra, e conseguia perceber todo o sofrimento, angústia e aflição da nossa realidade, o conflito que isso gerava fazia com que houvesse um afastamento da minha parte, muitas vezes por não saber lidar com a dor e a insegurança. Dessa forma, *verificar* o processo de Identidade/Identificação das mulheres negras a partir dos seus discursos, foi necessário até mesmo para questionar a minha identidade, e os discursos que muitas vezes são produzidos de uma forma inconsciente e automática, sem perceber que não nos identificam como mulheres negras.

A discussão das desigualdades que atingem as mulheres negras no Brasil aponta para presença de uma tríplice discriminação: por ser mulher, negra e pobre. Precisamos mudar nossas ações políticas para efetivação de mudanças nesses três aspectos já mencionados.

Desse modo, é significativo *identificar* as dificuldades e conflitos que as mulheres negras universitárias e comunitárias enfrentam quanto ao gênero, raça e classe, pois o nosso país está avançado em todos os aspectos para inserção da mulher, no entanto, com relação às mulheres negras o histórico é completamente diferente.

Nesse sentido, percebe-se a necessidade de *levantar* possíveis ações e políticas afirmativas que possam melhorar a visibilidade da mulher negra na universidade e na comunidade. Podemos observar que a exclusão no mercado de trabalho, principalmente para cargos de gestão, gerência, diretoria e nas universidades, a representatividade das mesmas ainda é minoria. Nos últimos tempos há uma discussão sobre projetos de políticas afirmativas para mulheres nas empresas, porém esses projetos não contemplam a inclusão das mulheres negras nesses espaços.

Ao ingressarem no mundo acadêmico, as mulheres negras não conseguem completar a universidade, o que é diferente para as mulheres brancas, pois a não permanência das mulheres negras na universidade vai além da situação econômica ou outros recursos necessários. Considera-se relevante o domínio de outro idioma, e procedimentos acadêmicos para elaboração de projetos de pesquisa, artigos, condições para que as alunas negras possam participar de congressos, simpósios, ou seja, possam ser inseridas no universo acadêmico de forma segura. É importante ainda enfatizar a visão da mulher como sujeito integral como experiência de uma participação ativa, identitária, histórica como primordial para continuar os estudos futuramente (pós-graduação).

A pesquisa feminista como escolha metodológica é justamente para fazer novas abordagens e reflexões a partir do feminismo negro com intersecção com os estudos pós-coloniais. Quanto ao método qualitativo, Flick afirma (2009) que a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida. A pesquisa feminista surge na década de 1970 em grande parte por estudiosas anglo-americanas. Conforme Terragni (2005), a pesquisa consiste em refletir sobre identidade, percursos de trabalhos, familiares, educacionais, sociais entre outros com olhar feminino. As técnicas realizadas para a conclusão da dissertação foram: entrevista semiestruturada com foco em narrativas autobiográficas, diário de campo e observações.

Sendo assim, 2015 a 2024 será a *Década Internacional de Afrodescendentes*², que foi aprovado pela ONU. E a intenção é reforçar o combate ao preconceito, à intolerância, à

² A Década Internacional dos Afrodescendentes, criada por resolução da Assembleia Geral da ONU no dia 23 de dezembro último. Com o tema “Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento”, a Década começou a ser celebrada no 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2024.

xenofobia e ao racismo. Mas o que não se pode deixar de analisar é que essa proposta não fique somente no âmbito teórico, mas que essa intenção crie espaços produtivos e práticos para que ascensão da população negra, seja na educação, no trabalho, na cultura. Temos dez anos para que os espaços de poder, mais especificamente as instituições, possam oportunizar e criar ambientes onde nós, mulheres negras, possamos ser protagonistas e não ficar à mercê de uma cultura de branquidade³ velada, a qual nos oprime e tem uma relação de *Sinhá e Escrava*. Conforme Pinheiro (2011, p. 112),

Na realidade, ou na 'real realidade', para quem sempre viveu em meio a esta complexidade internalizada de inferioridades, submissão e medos na sociedade brasileira como os afrodescendentes, percebe a visibilidade dos conflitos, mesmo por intermédio das atitudes simbólicas deste 'branco'. A internalização de que falamos aqui foi uma forma imposta também para este branco que enfrenta a radicalidade cegueira frente ao seu jeito de ser 'racista', superior, dominante deste 'negro'.

É necessário a cada dia buscar formas para que as mulheres negras sejam inseridas na sociedade, mas para isso elas terão de enfrentar muitos obstáculos raciais que a sociedade lhes impõe, o caminho é desafiante e para isso é indispensável que as mulheres negras sejam um sujeito político, pois sem ações políticas não teremos avanços. Em uma sociedade como a nossa, vivemos em situações de intensa subordinação e discriminação que gera consequências como a pobreza, violência, racismo, falta de oportunidade e assim somos empurradas para as camadas inferiores, na base da pirâmide social.

Assim, após esta Introdução, o segundo capítulo *Contextualização Histórica: As mulheres negras e brancas na História do Brasil* trata a questão histórica como um todo, mostrando a partir de quando as mulheres são inseridas no contexto histórico, mais especificamente as mulheres brancas, e própria exclusão das mulheres negras na História oficial do Brasil. Além disso, também é mencionada a participação política das mulheres negras através de organizações, conferências, congressos. O resgate da História de uma mulher guerreira e articulada, avó materna Aqualtune do nosso grande herói Zumbi dos Palmares. A importância de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento para feminismo negro.

No terceiro capítulo, *Mulheres Negras: articulando Gênero, Raça e Classe*, procuramos desenvolver o referencial teórico a partir de gênero, raça e classe com foco na teoria da interseccionalidade. Além disso, abordamos a questão do feminismo, políticas públicas, a contribuição dos estudos pós-coloniais.

³ A branquidade refere-se a uma situação de superioridade e privilégio do branco, que deve ser analisada levando em consideração que os seus conceitos variam de acordo com o meio em que o indivíduo esteja inserido.

O quarto capítulo, *Universidade e Comunidade: Conceitos e estatísticas*, apresenta conceitos, situações, dados estatísticos e o cotidiano referente à universidade e comunidade no Brasil e nas cidades nas quais ocorreu a pesquisa. Do mesmo modo, o histórico referente às cidades de Sapucaia do Sul, São Leopoldo e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

O quinto capítulo, *Construindo categorias, escutando as mulheres negras: discursos a partir da trajetória de vida*, trata do caminho percorrido na pesquisa e os resultados, estruturação e organização das categorias e sua análise.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: MULHERES NEGRAS E BRANCAS NA HISTÓRIA DO BRASIL

A relevância desse capítulo são as questões históricas. Além disso, também é mencionada a participação política das mulheres negras através de organizações, conferências e congressos. E a militância de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento para feminismo negro.

2.1 Reconstruindo Laços Históricos, Sociais, Raciais e Discursivos

Não importa quem você seja ou qual sua origem: todos têm sua própria jornada. A minha começou com a minha avó materna, Marina Dorneles Severo, que me ensinou quanto é fundamental a independência da mulher, saber a nossa história e, principalmente, a solidariedade através dos trabalhos comunitários na igreja São Pedro em Sapucaia do Sul. E para exemplificar essa reflexão:

“Eu fui uma pessoa que trabalhei muito na roça desde pequena, desde os 7 anos, eu ia na roça, meu pai tinha um forno de fumo, quase não ia no colégio, tanto que eu estudei até 3ª série. Quando eu me criei, negro não se misturava com branco, os brancos eram sempre muito exibido com negros, branco não dançava com negro, não namorava negro, o negro era sempre mais por baixo do branco, quando a gente chegava em um salão de baile, se tivesse os brancos dançando, eles não deixavam a gente olhar na porta.[...] No começo foi muito difícil, meu marido não queria que eu trabalhasse, mas eu disse para ele que homem não mandava em mim, e que não ficaria pagando aluguel por muito tempo, e mesmo sem ele querer eu fui trabalhar, e foi assim que nós compramos o nosso terreno, eu ajudando ele. Meu marido também não queria que eu participasse das festas da igreja, mas eu ia igual”. (Marina, Avó Materna - Depoimento colhido no dia 30-04-2015, em Sapucaia do Sul).

No final do meu curso de graduação em História procurei a Coordenadora do NEABI, a professora Dra. Adevanir Pinheiro, para conhecer o núcleo de estudos e também verificar a possibilidade de fazer parte do grupo de pesquisa existente na época. Como a temática do meu trabalho de graduação era sobre o imaginário das mulheres, a mesma auxiliou e sugeriu no meu trabalho de conclusão pesquisar sobre as mulheres negras. Identifiquei-me com a ideia e o trabalho de graduação foi sobre *O imaginário da mulher negra no processo social, racial e político no Brasil (1980-1989)*.

Os NEABs proporcionam oportunidades e protagonismo nas escritas diferenciadas para os jovens negros e negras. Gomes (2009) afirma que existem outras formas do saber, e com isso é possível o destaque aos sujeitos sociais e grupos étnico-raciais que produzem

outros saberes. Esses espaços possuem ações e objetivos diversos, muitas vezes por serem formados por intelectuais que possuem uma trajetória no movimento negro, essa experiência sensibiliza e facilita a visibilidade para verificar as lutas e desafios que os homens e mulheres negras possuem nas universidades. Portanto, esses intelectuais têm auxiliado na produção de artigos e pesquisas e também na história e cultura dos afrodescendentes. Segundo Gomes (2009, p. 199),

Os Neabs também são compostos em sua maioria por intelectuais negros, protagonistas na implementação das cotas raciais nas mais diferentes universidades públicas brasileiras. Esses intelectuais são aqueles que se dedicam, preocupam-se ou tornam-se responsáveis pela permanência dos jovens negros cotistas e não cotistas no interior das universidades. São também aqueles que começam a realizar pesquisas, orientar monografias, dissertações, teses que problematizam e analisem as ações afirmativas no contexto brasileiro.

A minha entrada no NEABI foi o *divisor de água*, pois a minha falta de militância e convívio frequente com famílias brancas no bairro Nova Sapucaia, na cidade de Sapucaia do Sul, fez com que a minha entrada fosse um *choque*, pois comecei a viver e ver a realidade de uma forma diferenciada, é uma metodologia diversificada de tudo o que eu vivi até hoje, porém, ao mesmo tempo, fiquei imobilizada, e assim sentimentos como baixa autoestima, medo, tristeza, impotência, insegurança foram se tornando mais fortes, e tudo o que acontecia eu não conseguia expressar. É claro que eu sentia uma dor enorme por observar a dificuldade do dia a dia, enfrentamentos e conflitos de alguns profissionais da própria instituição, dificultando processos para haver a exclusão de profissionais negros e negras.

Entre o processo de orientação do trabalho de graduação eu comecei a frequentar o projeto Cidadania e Cultura Religiosa Afrodescendente, que visa a resgatar as histórias das famílias negras através de um espaço lúdico, no qual os mesmos possam trocar experiências em uma metodologia de caráter coletivo, acadêmico e comunitária. E assim verifiquei que a maioria das mulheres que participavam não estavam inseridas no Ensino Superior e foi a partir dessas observações e inquietações que percebi que esse assunto poderia ser aprofundado.

Do mesmo modo, quando fiz uma visita a uma comunidade quilombola observei uma diferença entre a mulher negra na universidade e a que está na comunidade, essa situação deixou-me inquieta e angustiada e a certeza de que esse assunto seria o meu projeto de pesquisa para o mestrado; a partir desse percurso, escolhi o meu sujeito de pesquisa: as mulheres negras, justamente por serem a minoria nos espaços acadêmicos. E as que estão na comunidade, os obstáculos e as dificuldades enfrentadas no dia a dia são intensificadas. Por

isso o trabalho coletivo é muito importante, ou seja, é uma forma de elas poderem auxiliar uma a outra, de mãos dadas formando a circularidade e união.

Depois da minha conclusão da graduação e inserção no mestrado, o exame de qualificação foi o momento decisivo, pois as minhas dificuldades, medos só fizeram me distanciar da realidade da população negra. E foi na dissertação que retornei ao ponto de partida, no qual podemos ver as adversidades, cotidiano árduo, enfrentamentos cansativos e ao mesmo tempo tem que haver superação todos os dias. Em defesa de seus interesses as mulheres negras lutam por justiça e inclusão social e racial. Ainda que inviabilizadas, atuam num contexto de racismo, gênero e classe – colocam à disposição da sociedade séculos de lutas, de pensamentos a serviço da ação transformadora.

Conforme Coutinho (2010), escolher trabalhar com as mulheres negras é entrar no espaço das minorias, que lutam para obter voz ativa nas instâncias decisórias do poder político, cultural, social e educacional. E para exemplificar essa situação:

“É na religião que faço a minha luta ajudando e auxiliando meninas, que como eu, não tiveram oportunidades para ter uma vida melhor, e que engravidaram cedo, com os meus cinco filhos morava em uma casa que o telhado era de papelão, e quando chovia, tinha que esperar secar para colocar novamente, tinha dias que eu achava que eu não iria aguentar, o peso era grande, era uma pobreza a qual não sei definir, mas eu continuei lutando, hoje posso dizer que venci, mas me preocupo muito em manter meu filho e netos fora do tráfico, assaltos e crime”. (Solange - Depoimento colhido no dia 06-03-2015, em São Leopoldo).

As mulheres negras em seu aspecto político e histórico não querem mais perpetuar a imagem da *mãe preta* ou da *mulata* essas imagens apresentam consequências que são construídas histórica e socialmente através de desigualdades de gênero, raça. A luta por justiça social e inclusão social é realizada desde regime escravocrata até hoje. Dessa forma, a luta por equidade se desenvolve ao longo dos séculos e devemos reconhecer que tem sido parte fundamental dos amplos segmentos que constroem cotidianamente o Brasil como nação. Desse modo, Werneck (2008, p. 83) afirma

Que tem sido a partir de condições profundamente desvantajosas em diferentes esferas que as mulheres negras desenvolveram e desenvolvem suas estratégias cotidianas de disputa com os diferentes segmentos sociais em torno de possibilidades de (auto) definição. Ou seja, de representação a partir de nossos próprios termos, a partir do que se projetam novos horizontes. Estratégias que deviam e devem ser capazes de recolocar e valorizar nosso papel de agentes importantes na constituição do tecido social e de projetos de transformação.

2.2 Análise Histórica Contemporânea das Mulheres no Brasil

As décadas que separam a virada do século XIX para XX fizeram com que as mulheres brancas no Brasil alcançassem voos de dimensões até então inimagináveis. Se bem que elas ainda não conseguiram a igualdade com os homens em todos os aspectos sociais e profissionais, porém já conseguem ocupar posições ditas até então masculinas. No entanto, a trajetória não se aplica do mesmo modo a todas. A mulher negra não experimenta a mesma submissão da mulher branca e assim as mulheres negras pobres e discriminadas são forçadas a criar estratégias para sobreviver enfrentar os desafios cotidianos. Portanto, este capítulo Histórico descreve essas diferenças entre a mulher branca e negra.

Falar sobre a História das Mulheres é mostrar que, apesar de muitas vezes ficarmos em silêncio, sempre fizemos parte da História, mesmo quando não somos mencionadas. De acordo com Perrot (2008, p. 13), “hoje é evidente e possível falar sobre a História das Mulheres, e assim ela questiona como uma História sem mulheres” parece impossível, logo podemos concluir que há novas possibilidades, abordagens e interesse em escrever a História das Mulheres. Pesquisar e contribuir para a História da mulher brasileira na contemporaneidade é contribuir para reflexão da subjetividade do feminino no Brasil. Segundo Burke (1992, p. 10-11),

É possível entender que a história, conforme o paradigma tradicional, referencia-se, sobretudo, à política passada. Num novo paradigma, emergente, é possível entender que a nova história não se reduz à política, mas compreende o interesse por tudo o que se diz respeito à atividade humana. Em outras palavras, tudo é história: “tudo tem um passado que pode, em princípio, ser reconstruído e relacionado ao restante do passado”.

A partir da ideia lançada pela Escola dos Annales⁴, de que a História merecia novos objetivos e novas abordagens, e dentro de uma visão que aborda os fenômenos culturais, podemos observar que a História da Mulher obteve um maior espaço através dessa nova escola. É através da História do Imaginário que a mulher fará parte das pesquisas acadêmicas, ou seja, começa-se escrever sobre as mulheres. Sendo assim, segundo Del Priore (1994, p. 13), “[...] e com a História das Mentalidades, voltada para pesquisas sobre o popular, que se inaugurou uma conjuntura mais aberta para se ouvir falar a mulher”.

Conforme Le Goff (1990, p. 291), um dos fundadores da Nova História, “o domínio do imaginário é constituído pelo conjunto das representações que exorbitam do limite

⁴ Escola dos Annales foi um movimento de renovação na historiografia iniciado na França, década de 1920, por Marc Bloch e Lucien Febvre, os novos paradigmas surgiram e assim nasce A Nova História.

colocado [...] isto é, cada cultura, portanto, cada sociedade e até mesmo cada nível de uma sociedade complexa têm o seu imaginário”. A mulher na contemporaneidade apresenta uma grande diversidade da reflexão feminina, esse período é marcado por grandes mudanças femininas onde caracterizam as mulheres brancas atuais.

O primeiro processo de mudança é quando as mulheres brancas que viviam em um ambiente rural começam a migrar para cidade. Elas começam a viver uma realidade completamente diferente, mas essa nova realidade também lhes causa outro problema referente ao seu sustento. Sendo assim, podemos observar um cenário de grande exploração na mão de obra feminina. E a maioria delas não possuía experiência de trabalho e responsabilidade de um cotidiano urbano como pagamento de água, luz, gás, impostos, aluguel, transporte. Outra realidade que podemos observar é a jornada dupla das mulheres brancas e negras de classe popular. E no espaço da casa as mulheres continuavam arcando com todo o trabalho doméstico.

Enquanto trabalhadoras, essas mulheres suportavam o duro fardo de um trabalho desvalorizado e ao mesmo tempo extremamente penoso; enquanto mulheres, recebem menores salários do que os homens, além de outras formas de dominação e de discriminação manifestas no espaço do trabalho e também da casa; enquanto negras ou mestiças, sofrem as consequências do preconceito racial. (DEL PRIORE, 1997, p. 564).

Então, podemos concluir que a Escola dos Annales trouxe novas possibilidades para escrever sobre a história das mulheres. Observamos que nem sempre elas foram mencionadas na História com suas diferenças de cotidiano, etnia, social, cultura, educacional, ou seja, a mulher sempre contribuiu para o crescimento da sociedade brasileira.

2.3 A Invisibilidade das Mulheres Negras na História do Brasil

No aspecto histórico, os nomes das mulheres negras não estão nos livros da História oficial do Brasil. Além disso, elas sofrem o preconceito de gênero por ser mulher e o racismo por serem negras. E muitas vezes sua vida e história são contadas na perspectiva e reflexão de homens brancos. O desrespeito dos senhores brancos contra as mulheres negras está enraizado no Brasil e na América Latina, a partir do período colonial. E com isso as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada, a questão de opressão, muitas vezes, é tratada igual à opressão que as mulheres brancas sofrem. Carneiro (2010, p. 1) menciona que:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos

falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto.

Desde muito cedo todos aprendem nos bancos escolares que o Brasil é um país miscigenado, formado pela soma de brancos, índios e negros. A complexidade do tema apresenta suas raízes na colonização do Brasil e no seu regime escravagista. Mesmo com a Lei Áurea, seus efeitos ainda estão bastante presentes. Portanto, ainda hoje descendentes dessa população liberta buscam exaustivamente o seu lugar como cidadãos e por dignidade.

É fato que as mulheres sempre foram excluídas da história, sendo a mulher negra duplamente excluída. E assim, ao longo dos tempos, o que sempre se vê em relação à mulher afrodescendente é sua imagem escrava, usada para a prática de sexo fácil. As mulheres negras estavam vinculadas às representações como: *mãe preta* que embalava e amamentava os bebês, ensinando as primeiras palavras, contando histórias, trocando carinhos e afetos com os filhos de seus senhores.

As *mulatas*, jovens negras, atendiam à demanda sexual dos senhores, segundo Schumacher e Vital Brazil (2013) relatam as condições que as meninas negras chegavam ao Brasil, assim que saíram dos porões do navio eram separadas por idade e assim seus corpos já eram projetados para exploração física e sexual. E também já eram separadas dos seus familiares.

As funções das mulheres negras no Brasil Colonial eram de quitandeiras, isto é, vendedoras de frutas, miudezas, peixes, doces, estampas. Além disso, cozinhavam, lavavam, serviam e arrumavam a casa-grande, passavam por maus-tratos e tortura das senhoras, pelo envolvimento com seus maridos, que nesse caso muitas vezes eram obrigadas a relacionar-se e manter relações sexuais com os senhores. E amas-de-leite na criação de filhos dos patrões. Sendo assim podemos perceber que as mulheres negras tinham como função e representação o servir.

Desta forma, podemos entender a invisibilidade da mulher negra como sujeito, cidadã e, principalmente, como protagonista de sua história na sociedade brasileira. Mesmo na contemporaneidade a mulher negra ainda sofre o reflexo do passado colonial, pois o servir ainda está enraizado no imaginário social do Brasil e por isso até hoje ocupações de menor prestígio e remuneração são destinados a elas.

Enquanto no Brasil Colonial a mulher branca, na qualidade de senhora, pôde exercer a dominação em algumas situações, mantendo-se no seu papel secular de mãe e esposa, a mulher negra não pôde exercer o papel de esposa e na maioria das situações, pois o senhor apropria-se do seu corpo como objeto de exploração sexual. Assim, podemos observar a presença da discriminação racial e desigualdade de sexo a partir do Brasil Colonial. Segundo Natel (2014, p. 32) afirma,

As mulheres negras não fazem parte dos anais da 'história oficial', por estarem excluídas deste panorama. Observa-se um desconhecimento quase que total sobre mulheres negras que estiveram presentes na história do Brasil. Mulheres negras que se destacam, e entidades que mostram protagonismo das mulheres negras em ações voltadas à educação das relações étnico-raciais, nos mais diferentes segmentos da sociedade brasileira e entidades civis que se realizam trabalhos e atividades destinadas, principalmente, às mulheres negras são mostradas para destacadas, principalmente, às mulheres negras são mostradas para destaque e conhecimento.

Na contemporaneidade, destacam-se mulheres negras que têm contribuído para mudanças históricas, culturais, sociais, profissionais e educacionais. Inicia-se uma nova história para população negra. Sueli Carneiro é filósofa e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e diretora do Geledés – Instituto da Mulher Negra. Tem colaborado com suas pesquisas dentro de uma abordagem crítica, apresentando os principais avanços na superação das desigualdades criadas pela prática da discriminação, consciência negra, cotas, miscigenação racial no Brasil, racismo no universo infantil, obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana e Afrobrasileira nas escolas públicas do país através da Lei 10.639/2003. Também criou o programa de orientação na área de saúde física e mental específico para mulheres negras, onde mais de trinta mulheres são atendidas semanalmente por psicólogos e assistentes sociais.

Nilma Lino Gomes é pedagoga e doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, foi a primeira mulher negra assumir a reitoria de uma universidade federal. Suas pesquisas têm contribuído para discussões sobre o racismo e principalmente a identidade da mulher negra quanto ao seu cabelo. As relações raciais e as ações afirmativas também são temáticas de pesquisas. Em janeiro de 2015, Nilma Lino Gomes assumiu como Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil, no lugar de Luiza Helena Bairros.

Eliane Cavalleiro é graduada em Letras e possui doutorado em Educação pela Faculdade de Educação pela Universidade de São Paulo. Também é uma autora que tem contribuído para pesquisas sobre o racismo na educação. Eliane Cavalleiro, em seus debates

sobre direitos humanos no Brasil, coloca em foco as discussões sobre a necessidade de eliminação do racismo, do sexismo e das demais discriminações presentes em nossas instituições sociais: os direitos – civis, políticos, sociais e culturais. E afirma que o quadro das desigualdades sociais no Brasil evidencia que esses direitos não têm sido promovidos e respeitados de maneira igualitária quando pensamos na população negra.

Georgina Helena Lima Nunes é graduada em Educação Física e possui Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É uma autora que tem contribuído para pesquisas referentes à Educação Rural, Educação das Relações Raciais, Educação Quilombola e Gênero, Políticas Afirmativas no Ensino Superior. É através de argumentações e discussões que Georgina Helena Lima Nunes nos mostra a importância e a diferença da educação quilombola e também a implementação da Lei 10.639/2003 na educação brasileira. Atualmente, é professora adjunta da Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Educação e Chefe do Núcleo de Ações Afirmativas e Diversidade (NUAAD) da Universidade Federal de Pelotas.

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva é graduada em Letras e francês e possui doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atuou na docência e na coordenação pedagógica na Educação Básica nas redes pública e particular de ensino. É docente no Departamento de Metodologia do Ensino e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. Por indicação do Movimento Negro, foi conselheira da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, mandato 2002-2006. Nesta condição foi relatora do Parecer CNE/CP 3/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva participa ativamente da produção de conhecimentos e da construção de políticas públicas, com vasta participação em eventos científicos em todo o Brasil, na América Latina, África e Europa.

Portanto, podemos citar mais mulheres negras brasileiras que têm colaborado para novos debates das relações étnico-raciais, principalmente na educação. Essas pesquisas favorecem novas ações e políticas no combate ao racismo. Afinal, o racismo compreende-se como uma ideologia que reproduz valores e verdades falsos e assim atribui inferioridade a uma raça e permite o domínio sobre o grupo, afirma Munanga (1996).

2.4 Aqaltune: Determinação, Coragem e Luta

Aqaltune foi escravizada e obrigada a desembarcar no Brasil através do navio negreiro, é uma mulher de determinação, coragem e luta, avó materna de Zumbi dos Palmares, um dos grandes líderes negros que lutou pela liberdade no Brasil. Ainda temos poucos trabalhos científicos que relatam a História de Aqaltune, por existir essa situação tenho como objetivo descrever e trazer para ciência de sua história.

Princesa, guerreira, começa sua história de luta numa guerra de reinos africanos na qual liderou cerca de dez mil guerreiros quando a sua tribo foi atacada. O fato é que a tribo de Aqaltune perdeu o combate, e a cabeça o pai dela, o rei Congo, foi cortada e exibida em uma igreja. E para ilustração, no Brasil, Zumbi dos Palmares, neto de Aqaltune, foi morto, esquartejado e teve a sua cabeça exposta em praça pública no quilombo de Palmares – Serra da Barriga, região de Alagoas. Tudo isso para acabar com a resistência dos negros naquele quilombo e a memória de luta e persistência de Zumbi dos Palmares. Ele é considerado como o maior líder e herói de resistência que lutou contra escravidão.

Após a morte do seu pai, Aqaltune foi presa com seus companheiros e vendida como escrava. Então, teria sido enviada em um navio negreiro para o forte de Elmina, em Gana, onde teria sido “batizada” por um bispo católico e, como prova de seu batismo, foi marcada com uma flor a ferro quente em cima do seu seio esquerdo. E assim completou a travessia no navio negreiro para o Brasil e desembarcou em Recife, principal centro produtor de açúcar e entreposto comercial da América Portuguesa.

Foi comprada com finalidade de ser uma escrava reprodutora, conforme Schumacher e Brazil (2000). Já em Recife, foi vendida para uma fazenda especializada em gado e o dono da fazenda, ao saber da sua origem, e que Aqaltune ainda era venerada por alguns escravos devido à sua origem, a entregou para os seus piores homens em sua fazenda. Então, ela ouviu falar no Quilombo dos Palmares.

Desde o primeiro momento da escravidão no Brasil, vários negros criaram centros de resistência fugindo para o interior. De acordo com Schumacher e Brazil (2000), Aqaltune, nos últimos meses de gravidez, organizou sua fuga e de outros escravos do engenho, partindo em busca do quilombo. Então, surgiu em Aqaltune a vontade de fugir e se juntar ao povo de Palmares. Chegou-se aproximadamente em torno de 200 escravos ao Reino de Palmares. Ela se tornou a líder do Reino dos Palmares.

E dentro do chamado reino dos Palmares, ela teria fundado o chamado *Quilombo dos Palmares*. Ali, ela deu à luz a dois filhos, ambos guerreiros que também entraram para a

história: Ganga Zumba e Ganga Zona, conhecidos pela sua coragem e liderança. Também teve uma filha, de nome Sabina, que teve mais tarde um menino chamado Zumbi, que ficou conhecido como *Zumbi dos Palmares*, e seria reconhecido como um dos maiores líderes negros da história.

O final da vida de Aqualtune é controverso, pois existem muitas narrativas. Afirmam que os paulistas teriam queimado a vila onde ela vivia junto com outros idosos da comunidade, exatamente em 1677 e também há uma lenda que os deuses da África teriam tornado nossa guerreira imortal, um espírito ancestral que conduziu seus guerreiros até a queda definitiva do quilombo dos palmares em 1695 pelo paulista Domingos Jorge Velho. Portanto, Aqualtune deixa o seu legado para mulheres negras, de estratégias, garra, luta, determinação, fez da sua dor sua força, uma identidade militante.

2.5 Décadas de 1970, 1980 e 1990: Mulheres Negras em Ação e Luta

Escolher as décadas de 1970, 1980 e 1990 para falar das mulheres negras tem como objetivo descrever a importância desses períodos para elas, pois essas três décadas são de grandes fortalecimentos na sociedade brasileira. A década de 1970 terá o Movimento Negro Unificado, a década de 1980 terá a militante feminista Lélia Gonzalez, que irá questionar a participação das mulheres no movimento negro, e na década de 1990 terá uma continuidade do trabalho da década anterior com atividades e eventos como: congressos e seminários.

2.5.1 Década de 1970: Movimento Negro Unificado (MNU)

Em 1978, é criado o movimento Unificado contra discriminação racial, no ano seguinte aparece com nome de Movimento Negro Unificado (MNU), primeira organização negra alcançar abrangência nacional depois da Frente Negra Brasileira (criado no dia 16 de setembro de 1931).

A participação das mulheres no interior do MNU ganhou amplitude cada vez maior, o complexo universo de suas reivindicações e as limitações das teorias feministas no que diz respeito à questão racial fez com que surgissem grupos de discussões e reflexão acerca dos efeitos do racismo e do sexismo para população feminina negra. E assim deve destacar-se o importante papel pela co-fundadora do MNU, a professora Lélia Gonzalez, uma das principais responsáveis pela introdução das discussões sobre gênero e raça em diferentes espaços públicos. Segundo Gonzalez (2008, p. 37),

É no movimento negro que se encontra o espaço necessário para discussões e o desenvolvimento de uma consciência política a respeito do racismo, de suas práticas e articulações com a exploração de classe. Por outro lado, o movimento feminista ou de mulheres, que tem suas raízes nos setores mais avançados da classe média branca, geralmente “se esquece” da questão racial [...]. Esse tipo de ato falho, a nosso ver, tem raízes históricas e culturais profundas.

2.5.2 Décadas de 1980 e 1990: Mulheres Negras, Aspectos Políticos, Educacionais e Sociais

É a inserção da ótica feminista nas discussões do movimento negro, que apontavam para a necessidade do reconhecimento das situações que constituem a diversidade das mulheres negras. É na busca dessas diferenças que as mulheres negras programam essas variáveis de ação e luta na sociedade. E com esse cenário as manifestações das ativistas negras nos espaços feministas se intensificaram em busca do racismo como variável das desigualdades.

A reflexão focada conjuntamente sobre as questões relacionadas ao gênero e à raça representou um dos principais alicerces sobre o qual as organizações e seus agentes se estruturam. Por um lado, havia o movimento feminista que na época era basicamente centrado no enfoque exclusivo de um gênero branco ocidental que se mostrava ainda inábil para a superação das assimetrias que atingiram as mulheres, em especial as afrodescendentes. Por outro lado, o movimento negro construía, de modo contundente, discursos e ações voltadas prioritariamente para inclusão das questões raciais nas políticas públicas. Várias pesquisas têm revelado a luta da população negra pela superação do racismo ao longo da história do nosso país. Conforme Ribeiro (2008, p. 2),

Isso é reflexo de uma sociedade que avança em garantia de direitos, mas que se mantém descompensada pela continuidade de regimes excludentes, como o racismo e o machismo. Obtivemos avanços na agenda política? Sim, muitos!! Porém, não o suficiente para destruir as mazelas deixadas pela escravidão e pela abolição inacabada. Com isso, surgem novas perguntas, indagações e proposições, sobretudo no que diz respeito à busca de visibilidade político-social e melhores condições de vida para mais da metade da população – os negros.

Os negros e as negras ainda se encontram, na sua maioria, representados de forma precária e, por vezes, subalterna, nos escalões do poder. Essa trajetória histórica e política do Movimento Negro se desenvolve a partir de várias mudanças vividas pela sociedade brasileira ao longo dos últimos anos e se dá de forma articulada com as transformações na ordem internacional. Conforme Domingues (2007, p. 4), “o movimento negro da década de 80 defendia e tinha como objetivo desvendar o mito da democracia racial brasileira; organização

política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas”. E assim Ribeiro (2008, p. 2), faz sua reflexão a partir do movimento social e afirma que:

Sem dúvida, a partir da atuação do movimento social, importantes passos foram dados, resultando na ampliação da participação política da população negra. Em especial, as mulheres negras, demonstraram grande impulso organizativo se tomarmos como referência, também, o ano de 1988, quando no Brasil foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Negras – I ENMN, no qual verificamos a demarcação de um novo ritmo às formulações políticas e à inserção desse e dos demais setores discriminados na agenda social e política, em âmbito nacional e internacional.

As mulheres negras têm uma grande participação nas políticas públicas, pois é através dessas políticas que elas reivindicam os seus direitos. Nessa perspectiva a década de 1980 foi determinante e decisiva para a participação delas em diferentes espaços políticos institucionais. Foi nesse período que surgiram os primeiros órgãos estaduais em defesa dos direitos das mulheres. Em 1983, foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (CECE/SP), cuja composição inicial não incluía representantes negras.

Diante disso, a radialista Marta Arruda empreendeu uma denúncia que, associada à ação enérgica do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, interferiu decisivamente levando as militantes Thereza Santos (titular) e Vera Lúcia Saraiva (suplente) a assumirem postos representativos no grupo. Atuação de outras ativistas negras no corpo técnico desse conselho incentivou o debate sobre a realidade das mulheres negras e contribuiu para que a luta contra opressão de raça fosse incorporada ao conjunto das ações.

A militância do racismo e do sexismo exigiu redimensionamentos nas práticas dos movimentos feministas e, conseqüentemente, a implementação de políticas específicas e eficazes de inclusão. Entretanto, esse processo obteve críticas internas e externas que acusavam as militantes negras de autoritárias. Elas foram revertendo a situação com maturidade e confiança, mudando todo um cenário preconceituoso quanto à capacidade feminina. Comprometidas com esse novo cenário, várias mulheres negras foram constituindo vários grupos nos anos 1980 e 1990.

Em **1980**, foi o grupo *Luiza Mahin – RJ*, era o braço feminino do Movimento Negro Unificado (MNU). Foi idealizado por Lélia Gonzáles e Zezé Motta. Em **1982** foi o *Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo – SP* formado por 20 mulheres, entre elas Thereza Santos, Vera Lúcia Saraiva, Sonia de Oliveira entre outras. Em **1983** o *Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras – RJ*, grupo formado por Joana Angélica de Souza, Vera Neri, Benedita Silva, Sandra Bello, entre outras.

Em **1987** foi o grupo ***Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras – RS***, Grupo fundado por Maria Conceição Lopes Fontoura, Claudia Cardoso, Lúcia Regina Brito Pereira entre outras. Entre vários grupos que surgiram entre as décadas de 1980 e 1990, o grupo *Maria Mulher* é referência para as mulheres negras no Rio Grande do Sul, e por isso é imprescindível e relevante mencionar a sua história.

O grupo ***Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras*** foi criado em 8 de março de 1987. O nome presta homenagem a todas as mulheres negras que têm construído a sociedade brasileira. Em torno de 30 mulheres iniciaram o grupo, havia algumas que participavam do movimento negro, outras do movimento feminista e sindicalistas. Os encontros de formação das integrantes eram realizados aos domingos. De início, as reuniões ocorriam em diferentes locais, até surgir a primeira sede política de Maria Mulher. Dessa forma, segue depoimento de uma participante:

“A integração em Maria só veio reforçar e embasar questões que nos incomodam ao longo da vida e não temos como responder por falta de conhecimento e conscientização. Além de nos tornar mais combativa na defesa dos direitos das pessoas”. (Participante do Maria Mulher, Depoimento colhido no dia 17-06-2015 em Porto Alegre).

O grupo tem em sua história uma atuação duradoura e estável com a Vila Grande Cruzeiro do Sul. Por volta de 1994 é convidada a participar de oficinas com meninas e adolescentes atendidas pela Creche Nazaré. E o fruto da relação com a comunidade da Vila Grande Cruzeiro do Sul que integrantes do grupo Maria Mulher aprendem, trocam e se fortalecem para realizar o enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à exploração de classe, à lesbofobia e a toda forma de desrespeito presente na sociedade.

O Maria Mulher participou da criação da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), em 2001, fazendo parte de sua primeira coordenação. Além disso, tem produzido vários escritos ao longo dos seus vinte e seis anos de existência. Foram elaborados textos sobre temas variados, expressando o pensamento e a posição política de Maria Mulher. Então, ***Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras*** é a entidade feminista negra mais antiga em atuação no Brasil. A emoção é grande para todas que passaram pela organização, uma das participantes menciona momentos importantes:

“Dentro da História do Grupo Maria Mulher, vários foram os momentos, mas a integração com as mulheres e adolescentes, a conclusão dos diferentes projetos de formação, de construção de cartilhas pelos adolescentes são emocionantes. O reconhecimento do trabalho de Maria através do país e internacionalmente, os vários prêmios recebidos ao longo da existência da Organização são momentos

singulares”. (Participante do Maria Mulher, Depoimento colhido no dia 17-06-2015 em Porto Alegre).

Outro grupo de mulheres negras relevante é **Geledés – Instituto da Mulher Negra – SP**, grupo fundado no dia 30 de abril de 1988, por Edna Roland, Maria Lucia Silva, Nilza Iraci, Sonia Maria Pereira, entre outras. É uma organização política de mulheres negras que tem por missão institucional a luta contra o racismo e o sexismo, a valorização e promoção das mulheres negras, em particular, e da comunidade negra em geral.

O Geledés vem, nesses 27 anos, consolidando as discussões sobre a problemática da mulher negra como aspecto fundamental da temática de gênero na sociedade brasileira e impulsionando o debate sobre a necessidade de políticas públicas inclusivas para a realização do princípio de igualdade de oportunidades para todos.

Em sua história, a Organização registra intervenções políticas nos âmbitos nacional, regional e internacional com o objetivo de denunciar o racismo existente na sociedade brasileira e sensibilizar governos e sociedade civil para a discussão do processo de exclusão das populações pobres e discriminadas no mundo. Enquanto organização não governamental, o Geledés tem atuado em parceria com diversas organizações do movimento social, da sociedade civil organizada e interferindo na definição de políticas públicas que objetivem a eliminação das discriminações sofridas por mulheres e negros na sociedade brasileira.

Em **1990**, foi a *Casa de Cultura da Mulher Negra de Santos – SP*, organização fundada por Alzira Rufino, Alaíde Matilde Ferreira, Maria Rosa Pereira, Valmira Branco, entre outras. Em **1992**, o *Coletivo de Mulheres Negras de Salvador – BA*, foi fundado por Kátia de Melo e Silva, Cristina Rodrigues, Jussara Santana, Patrícia Teles, Cássia Magalhães, Cida Santos, entre outras.

Essas mulheres negras brasileiras desenvolveram e vêm desenvolvendo uma série de experiências inovadoras em diversas áreas e em todas as regiões do país. Lutam por ações afirmativas na sociedade em parceria com outros grupos, como a iniciativa privada e as universidades.

2.6 Lélia Gonzalez: a História de Vida de uma Militante Negra Incansável e Corajosa

Lélia Gonzalez começa sua trajetória feminista no Brasil na década de 1970, porém sua militância continua nas décadas de 1980 e 1990 com toda a força e coragem. Essa mulher negra é uma referência para o país, pois ela conseguiu articular a militância acadêmica e comunitária. Ela foi pioneira nas críticas ao feminismo hegemônico e nas reflexões acerca das

diferentes trajetórias de resistência das mulheres ao patriarcado. O seu pensamento inaugura também a proposição de descolonização do saber e da produção de conhecimento.

E assim começa sua história Lélia de Almeida Gonzalez, ou simplesmente Lélia Gonzalez nasceu no dia 1º de fevereiro de 1935, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Seu pai, Acácio Joaquim de Almeida, era ferroviário negro e sua mãe, Urcinda Serafim de Almeida, empregada doméstica indígena. Em 1942, com sete anos, mudou-se para o Rio de Janeiro com a mãe e os irmãos.

Lélia era a penúltima de 18 irmãos. Casou-se aos 28 anos com Luiz Carlos Gonzalez de origem espanhola. E também enfrentou vários preconceitos referentes à família do marido. Graduou-se em História, Geografia (Licenciatura e Bacharelado) em 1958, na Universidade Estadual da Guanabara e, em 1962, concluiu na mesma instituição o curso de Filosofia.

A situação do racismo no Brasil foi uma experiência que a enegreceu, ou, como ela gostava de dizer: não se nasce negro, torna-se. De uma forma direta e objetiva ela afirma que: “a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha dentre outras, mas tornar-se negra é uma conquista”. Ao parafrasear a sentença de Simone de Beauvoir, Lélia Gonzalez revela a dificuldade de se tornar negro(a) num país que apregoa a democracia entre os grupos raciais, e anuncia um processo social e político com a construção da identidades que muitas vezes recusa em romper com olhar do outro e principalmente o rompimento com embranquecimento.

Conforme Ratts e Rios (2010) havia uma situação de desigualdade racial, ou seja, o sistema educacional era muito discrepante entre negros e brancos e conseqüentemente dificulta o acesso da população negra à escolaridade e à ascensão social e mesmo assim Lélia não desistiu e conseguiu formar-se. Como educadora, lecionou em muitas escolas de nível médio, em faculdades e universidades. Pela inteligência e conhecimento que demonstrava na argumentação e por sua capacidade de comunicar e instigar alunos e alunas à reflexão, a professora negra foi muito bem recebida nas escolas e universidades.

Há, porém, controvérsias sobre a formação acadêmica de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) de Lélia em algumas entrevistas, artigos e sites ela cita ter cursado “comunicação e antropologia na pós-graduação”. Mas até o término desta dissertação, não me deparei com a sua dissertação ou tese, nem com qualquer referência mais aprofundada à mesma.

Seu último cargo na instituição foi de chefia do departamento de Sociologia e Política. Lélia aproximou da psicanálise onde também era sua profissão, através da análise e também do candomblé ela voltou-se para suas origens, buscou suas raízes.

Figura 1 - Lélia Gonzalez, feminista e militante negra



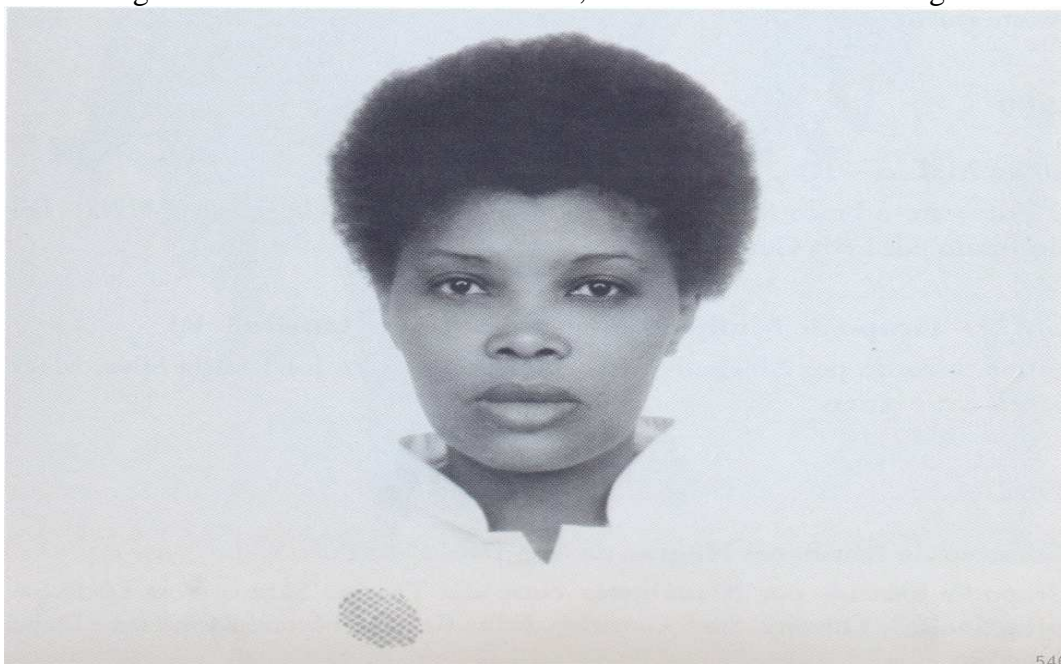
Fonte: Schumacher e Vital Brazil (2013, p. 111).

Lélia se destacou pela importante participação que teve no MNU, ativista incansável. Militou também em diversas organizações, com o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) e o Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga, do qual foi uma das fundadoras. Em Salvador, fez-se presente na fundação do Olodum. Sua importante atuação em defesa da mulher negra rendeu a Lélia a indicação para membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Atuou no órgão de 1985 a 1989.

Então Lélia Gonzalez faleceu no dia 10 de julho de 1994 com 59 anos no bairro de Santa Teresa, na cidade do Rio de Janeiro. Ela tinha problemas de saúde com diabetes, porém morreu de infarto do miocárdio, sua morte foi registrada e sentida por seus pares do movimento negro, do movimento feminista e de uma parte da esquerda intelectual brasileira.

2.7 Maria Beatriz Nascimento: Ativista, Pesquisadora e Intelectual Negra

Figura 2 - Maria Beatriz Nascimento, historiadora e militante negra



Fonte: Schumaker e Vital Brazil (2013, p. 111).

Maria Beatriz Nascimento, mas conhecida como Beatriz Nascimento, nasceu em 12 de julho de 1942, em Aracaju, Sergipe, filha de Rubina Pereira do Nascimento, *dona de casa*, e Francisco Xavier do Nascimento, pedreiro. Conforme Ratts (2006, p. 27), “entre 1968 e 1971 cursa História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No mesmo período, faz estágio em Pesquisa no Arquivo Nacional, com orientação do historiador José Honório Rodrigues”. Posteriormente, torna-se professora de História da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro.

Seu trabalho mais conhecido é o filme *Ori* (1989), dirigido pela socióloga e cineasta Raquel Gerber. O filme documenta os movimentos negros brasileiros entre 1977 e 1988, passando pela relação entre Brasil e África, tendo o quilombo como ideia central e apresentando, dentre seus fios condutores, parte da história pessoal de Beatriz Nascimento.

Beatriz Nascimento assim como Lélia Gonzalez, denunciou a situação da mulher negra na sociedade brasileira, sobretudo no mercado de trabalho. Tornou-se uma grande estudiosa das temáticas do racismo e dos quilombos. Conforme Ratts (2006, p. 11), Beatriz Nascimento “nos indica os caminhos teóricos, políticos e metodológicos possíveis de serem trilhados para se articular os múltiplos posicionamentos que a condição racial, de gênero e a

situação de classe nos impõem, em especial no âmbito das relações raciais no Brasil, conformando sujeitos políticos”.

Beatriz Nascimento mencionava que seu campo de luta era o acadêmico e que iria lutar contra racismo até sua morte e onde houvesse racismo ela estaria presente. Quando ela concluiu sua graduação fundou o Grupo de Trabalho André Rebouças (1974) para incentivar a inclusão dos estudos referente às questões raciais. Ela sempre destacava que a História da população negra deve ser contada pelo próprio negro, afinal, só o negro sabe as dificuldades raciais que enfrenta. É preciso estudar o negro de dentro e não sobre olhar externo de quem está de fora.

Outra situação que Beatriz Nascimento questiona, é a invisibilidade da mulher negra no espaço acadêmico. Segundo Ratts (2006), essa situação acontece porque o outro (homem branco, mulher branca ou homem negro) não a vê nesse ambiente e nem mesmo trilhando esse itinerário intelectual. E assim destaca-se uma problemática onde apresenta a dificuldade do reconhecimento do sujeito negro, mulher ou homem, como produtor de pensamento por parte da academia brasileira.

Sodré (2006, p. 32), orientador de dissertação de Beatriz Nascimento, definiu seu perfil como:

Beatriz Nascimento foi uma dessas pessoas atravessadas pela angústia daquele famoso “resíduo insolúvel” no processo da modernidade, sobre o qual sociólogos vivem construindo suas teses. Eu a conheci de perto, percebi que ela sabia e sentia que, no resto insolúvel, parece jogar um certo destino, inaceitável para a consciência da pessoa. Tentou como intelectual (professora de História, conferencista, escritora) compreender e superar o trágico oriundo da dívida simbólica do ser negra. Tinha largo trânsito na comunidade. Na vida pessoal, era às vezes sofrida, mas sempre lúdica e doce. Não a atemorizava o risco da verdade. Mas isto é temerário, quando se vive numa sociedade machista.

Em 1995, ao defender uma amiga de seu companheiro violento foi assassinada por ele. Na ocasião, cursava seu mestrado em comunicação social na UFRJ, com orientação do comunicólogo negro Muniz Sodré, e deixou uma filha chamada Bethânia.

3 MULHERES NEGRAS: ARTICULANDO GÊNERO, RAÇA E CLASSE

A referência inicial para o feminismo foram as mulheres brancas de classe média alta, foi somente a partir da terceira onda/fase que foi possível inserção das mulheres negras. Sendo assim, é relevante o entendimento do feminismo como todo, para essa dissertação, pois muitas vezes as mulheres brancas que dominam o discurso feminista – as quais, na maior parte, fazem e formulam a teoria feminista, têm pouca ou nenhuma compreensão da supremacia branca como estratégia, e com isso há dificuldade em entender o impacto psicológico do racismo. E foi por situações já aqui mencionadas que surgiu o feminismo negro, ou termo enegrecendo o feminismo como menciona autora Sueli Carneiro.

3.1 Um Pequeno Histórico do Feminismo no Brasil

O feminismo é um movimento social, filosófico e político que tem como propósito os direitos iguais em todos os aspectos sociais por meio do empoderamento feminino e libertação de padrões opressores baseados em normas de gênero. Além disso, a intenção do delineamento do feminismo foi simultaneamente intelectual e político, ou seja, elevar a consciência das mulheres sobre a opressão que sofriam, e deste modo promover a mudança social.

Sendo assim, Nogueira (2001) conceitua o feminismo como movimento social cuja finalidade é a equiparação dos sexos relativamente ao exercício dos direitos cívicos e políticos. De acordo com Duarte (2003), o feminismo poderia ser compreendido, em um sentido amplo, como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo.

As feministas⁵ dividiram a História do movimento em *Ondas* ou *Fases*, o feminismo divide-se em três ondas/fases. A primeira onda é normalmente apontada para o meio do século XIX e avançado pelo começo do século XX. Segundo Toscano e Goldenberg (1992), o feminismo, enquanto movimento organizado, aparece entre nós na segunda década do século XX e se expressa, no primeiro momento, na reivindicação pelo direito ao voto. As mulheres lutam pela emancipação como cidadãs, essas ações foram desencadeadas no primeiro

⁵ Feministas como Conceição Nogueira, Martha Narvaz, Sílvia Koller, Cláudia Lima Costa, Mirian Goldenberg classificam a História do Feminismo como fases ou ondas.

momento da Revolução Industrial e duas grandes guerras num segundo momento. As duas guerras foram importantes para mulheres e enquanto os homens estavam na guerra elas começaram a assumir as posições até então atribuídas a eles. A luta das mulheres pelo voto faz parte dessa fase do feminismo, o movimento sufragista se caracterizou pela representação do “sujeito político”.

A segunda onda, que se caracteriza pelos anos 1960 até 1980, representa uma época de grande atividade e inovação. De acordo com Toscano e Goldenberg (1992), a partir dos anos 1960 registrou-se uma verdadeira renovação na literatura feminista e o ponto de partida é Simone de Beauvoir, com o livro *O segundo Sexo*, no qual ela afirma que “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Existem vários fatores para o desenvolvimento do feminismo nessa época. Sendo assim, a explosão econômica após guerra e o rápido aumento de padrões de vida em alguns países e as mulheres começaram a participar do mercado de trabalho.

Conforme Toscano e Goldenberg (1992), os anos 1980 marcam, por outro lado, um momento de desmobilização política muito grande, a democracia começa a funcionar, após anos de lutas e sofrimentos causados pelo regime militar. O ataque promovido pelas ativistas da segunda vaga, as críticas à família como uma união sancionada pela lei e pela igreja, aceleraram de forma violenta, com isso surgem várias pessoas que questionavam o valor do casamento como uma instituição, a formalização do amor, assim como as questões parentais, foi sendo cada vez maior.

A terceira onda, a partir dos anos 1990, apresenta a revolução sexual sendo assimilada à vida cotidiana, as bandeiras feministas sofrendo com a gradual acomodação da militância e o arrefecimento de uma história que começava a ser escrita. As feministas continuam assimilando novidades trazidas do exterior, subdivididas em interesses fragmentados das comunidades acadêmicas e permitem que o feminismo saia dos holofotes e se dilua em meio aos estudos culturais. Enfim, a terceira onda visa a desafiar ou evitar aquilo que vê como as definições, conceitos e teorias em torno das experiências das mulheres brancas de classe média alta. Também na terceira onda haverá, com maior ênfase, as feministas negras, que procuraram negociar um espaço dentro da esfera feminista para a consideração de subjetividades relacionadas à raça.

É com conceito de gênero que se inaugura um novo patamar de conhecimento. Segundo Castro (1992, p. 80-81),

É um conceito problematizado, aberto; para alguns, uma decolagem de relações sociais ancoradas em perfis naturais, ser homem/ser mulher; para outros, decolagem de relações naturais, realizando-se por culturas e poderes, para além do sexo de referência.

Simone de Beauvoir, com seu livro *O segundo sexo*, representa uma das principais obras de referência nos estudos sobre mulher e gênero e iniciando com sua famosa frase *Não se nasce mulher: torna-se mulher*, contribui para o debate feminista e também para diferença de conceitos de gênero e sexo. A frase de Simone de Beauvoir é importante no sentido de estabelecer uma reflexão na construção da mulher, mais especificamente do gênero, como uma categoria social.

No entanto, até a década de 1980, sobrevivia com força a dualidade entre sexo e gênero, sendo o primeiro para a natureza, e o segundo, para cultura. A feminista Joan Scott possibilitou novas perspectivas para os estudos de gênero a partir de uma análise histórica com seu artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Scott (1990, p. 3, 7) afirma que “as feministas começaram a utilizar o conceito de gênero como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos”. O uso de gênero enfatiza todo o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade.

De acordo com Scott (1990, p. 7), o uso descritivo do termo *gênero* é, então, um conceito associado ao estudo de coisas relativas às mulheres. Os estudos sobre gênero têm se mostrado como um campo multidisciplinar, com uma pluralidade de influências, na tentativa de reconstruir experiências excluídas. No entendimento de Scott (1990), as relações de gênero são relações sociais baseadas nas diferenças hierárquias que distinguem os sexos, assim criando uma relação de poder. Além disso, Scott (1990, p. 24) menciona que existem novas e atuais estratégias políticas e feministas dentro da História para questão do gênero e afirma que: “[...] que o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e raça”.

Outra feminista relevante para abordar conceito de gênero é Judith Butler, o livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* é reconhecido como sua obra mais importante, parte da ideia de que sexo é natural e gênero é socialmente construído. Dessa forma, ela discute e questiona o conceito de identidade e as mulheres como sujeito do feminismo.

A dupla temática sexo e gênero foi um dos pontos de partida mais importantes para teoria feminista, um dos objetivos de Butler é apresentar a distinção de sexo e gênero. Além disso, Butler (2003, p. 20) afirma que

Se alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é, o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas, se tornou impossível separar a noção de 'gênero' das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida.

A teoria feminista tem afirmado que existe uma identidade definida entendida pela categoria de mulheres. Dentro dessa expectativa as feministas exigem a representação política das mulheres na sociedade. A representação tem como objetivo ampliar a visibilidade e autenticidade às mulheres como sujeitos políticos, Butler (2012, p. 18), “define a identidade não como algo, mais sim como efeito que se manifesta na diferença e referências e também é construída”.

Existe uma preocupação quando falamos em mulheres como categoria, porque isso cria a problemática de uma identidade como algo hegemônico e singular. Foi a dicotomia através de sexo/gênero que Judith Butler desconstruiu a ideia de sujeito uno, ou seja, ela propõe o gênero como efeito no lugar do sujeito centrado.

A possibilidade da construção do sujeito no feminismo é uma das críticas de Butler (2012, p. 22), ela afirma que “é necessário repensar radicalmente as construções ontológicas de identidade na prática política feminista, com isso será possível libertar a teoria feminista da insistência em formar-se como uma base única e permanente”. Portanto, a distinção de sexo/gênero expressa um conjunto de fatos biológicos com um conjunto de fatos culturais. Sendo que o termo “sexo” está direcionado para a diferença biológica entre macho e fêmea e o *gênero* às construções sociais, culturais, psicológicas que se impõem sobre as diferenças biológicas.

3.2 O Feminismo Negro: Reconhecimento, Lutas e Desafios

O feminismo negro é definição utilizada para identificar o movimento de mulheres negras que realizam discussões de gênero e raça, mulheres negras oprimidas pela sociedade centrada no homem, por meio do patriarcado. O foco e argumento central das mulheres negras feministas é que elas elaboram um pensamento próprio, ou seja, com saberes, práticas e experiências históricas próprias de resistência aos processos de opressão que as submete em função de gênero, raça e classe. Conforme Sebastião (2010, p. 66),

O feminismo negro em construção tem sido a base das práticas discursivas das organizações de mulheres negras e do movimento. Fazem ainda parte dessa dinâmica os desafios para superação dos estereótipos criados e/ou recriados, no processo histórico brasileiro e diaspórico, em torno da imagem da mulher negra. Por

feminismo negro no Brasil, considere o movimento político, intelectual e de construção teórica de mulheres negras comprometido com a mudança social e atuante num campo ideológico no qual estão inseridas. O feminismo negro é um conceito que vem sendo forjado na luta do movimento de mulheres negras pelo reconhecimento das especificidades do grupo no contexto da luta feminista e do combate ao racismo.

Cardoso (2008) afirma que o feminismo, muitas vezes, é construído a partir de uma agenda e um legado histórico que pouco nos diz e nos identifica, uma vez que o sujeito tomado como referência é a mulher branca, classe média, urbana, heterossexual, acadêmica. Dessa forma, revisar a dicotomia entre o feminismo e a história das mulheres é situar a discussão sobre gênero em contextos locais, históricos, culturais e sociais específicos a partir das experiências das mulheres em sua diversidade. Do mesmo modo, Cardoso (2008) ressalta que as produções feministas, de modo geral, são evasivas no trato teórico da relação entre gênero e raça no Brasil, na importância das diferenças raciais na constituição de gênero e das identidades das mulheres.

Na história das mulheres, até mesmo o feminismo ressalta que as mulheres estão sujeitas a situações de opressão independentemente do grupo social. Na situação das mulheres negras temos a raça como uma característica de exclusão e dominação e o racismo marca profundamente suas vidas. Assim, as feministas negras apresentam teorias do ponto de vista do feminismo negro nas quais destacam as experiências de vida e de cotidiano, mas é conhecendo essa realidade que será possível haver mudanças de gênero e raça. Santos (2009, p. 276) afirma que:

[...] análise acurada sobre a história contemporânea do movimento de mulheres negras brasileiras nos permite identificar a complexidade desses objetos de lutas, originados a partir de questões sociais, políticas e econômicas. São também esses objetos de lutas os motivos que levariam na década de 1970 uma grande parte das mulheres negras a emancipar-se dos movimentos feminista e negro, fundando o feminismo negro no país.

Então a década de 1970 foi um período em que as mulheres negras impulsionam seu processo organizativo e conseqüentemente surgiu a formação das organizações de mulheres negras contemporâneas que une a raça e o gênero. Além disso, as mulheres negras sentiram a necessidade criar sua própria agenda e demandas políticas. Segundo Lemos (1997) e Santos (2002), as mulheres negras começaram a questionar sua participação junto ao movimento negro e a exigir papel mais ativo no que se referia à luta política, pois elas não concordavam com os papéis subalternos a elas destinados nos eventos e encontros promovidos pelo movimento.

O feminismo negro destaca-se na cidade do Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo Moreira (2007), a organização das mulheres negras nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo são analisadas através da teoria dos movimentos sociais, pois essa organização representa ação coletiva que requer uma identidade e por isso identifica-se com as teorias dos movimentos sociais. O movimento de mulheres negras do período de 1985 a 1995 é resultado de lutas sociais que foram coordenadas por organizações institucionais e autônomas. Várias dessas mulheres negras participavam de experiências políticas no feminismo tradicional⁶ e movimento negro.

O movimento ou organização de mulheres negras que teve consolidação na década de 1980 é consequência do movimento feminista e negro, que através de conflitos e tensões questionou questões étnico-raciais e de gênero. De acordo com Moreira (2007, p. 59),

A relação das mulheres negras com o movimento feminista se estabelece a partir do III Encontro Feminista Latino-americano ocorrido em Bertioga em 1985, de onde emerge a organização atual de mulheres negras com expressão coletiva com o intuito de adquirir visibilidade política no campo feminista. A partir daí, surgem os primeiros Coletivos de Mulheres Negras, época em que aconteceram alguns Encontros Estaduais e Nacionais de Mulheres Negras.

Outra situação com a qual o movimento feminista negro se preocupa é com representação da mulher negra, ou seja, como é visibilizada no imaginário social do Brasil, que muitas vezes está associada à doméstica e representações com estereótipos *hipersexualizados* isto é, como objeto sexual. Isso gera consequências e prejuízos para autoestima e invisibiliza a mulher negra no mercado de trabalho, na educação, na cultura e na sociedade. Por isso os grupos coletivos, ONGs, são necessários para acompanhar as diferenças e dificuldade do universo feminino das mulheres negras, seja através da ampliação de escolarização, conscientização da discriminação cotidiana e principalmente de ações que ajudam e beneficiam a autoestima da mulher negra, ou seja, em prol de uma identidade positiva.

Portanto, o feminismo negro integra duas das grandes discussões que começam na década de 1970, período em que algumas mulheres negras da época reivindicam questões ligadas ao gênero e raça, já que essas discussões não existiam no movimento negro. Do mesmo modo, as feministas negras destacavam as heranças culturais afrobrasileiras intercalando entre a tradição oral e histórica, criando referenciais simbólicos representativos, fundamentais na luta contra o racismo. A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e

⁶ Feminismo tradicional é aqui caracterizado como um espaço de lutas por igualdade de direitos comandados por mulheres brancas, de classe média alta e intelectualizadas.

racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero.

3.3 Estudos Pós-Coloniais e Gênero

O contexto sócio-histórico de produção dos discursos raciais no Brasil apresenta vários elementos a serem destacados: foi o país que exportou mais africanos(as) no regime escravista, e também incentivou a imigração europeia, concedendo vantagens para que os europeus se fixassem em território brasileiro, uma política estrategista para aumentar o percentual de brancos no país.

Quijano (2005) define colonialismo como um padrão global de dominação dentro do modelo capitalista, fundada numa classificação população racial e étnica que opera em diferentes áreas. Curiel (2007) afirma que descolonizar supõe registrar produções teóricas e práticas subalternizadas, racializadas, sexualizadas, essas reflexões são importantes para reconhecer muitas mulheres negras cujas lutas servem para construir teorias. A crítica pós-colonial questiona o discurso feminista a qual produz e caracteriza as mulheres como um grupo singular sobre base de uma opressão comum, dessa forma muitas vezes, não aparecem às especificidades das mulheres negras. De acordo com Quijano (2005), o colonialismo é uma estrutura de dominação e exploração.

As categorias raça e gênero são fundamentais para entender a importância dos estudos pós-coloniais. Dessa forma a categoria raça muitas vezes está associada ao padrão de poder que se vincula à classificação social. Essa classificação social foi construída mentalmente através da experiência básica da dominação colonial. Assim sendo, essa dominação criou naturalmente uma situação de inferioridade em relação aos outros. E ao mesmo tempo o corpo destaca-se como espaço de dominação, exploração de gênero e raça. O sistema colonial, capitalista e eurocêntrico tornou as mulheres negras subordinadas e destituídas de poder e prestígio. Segundo Quijano (2005, p. 107),

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados.

A ideia de raça mudou as relações sociais na América, deste modo às identidades sociais como negros e índios foram agregados como inferiores, sendo assim os dominados. Já os espanhóis e portugueses agora designados como europeus e brancos adquiriram novas identidades e hierarquias como os superiores e dominantes. Logo assim, essas novas relações sociais trouxe como consequência novos lugares, hierarquias e papéis na estrutura de poder da sociedade. Conforme López (2013, p. 9),

A aceitação da tese do branqueamento na construção das nações latino-americanas implicou o apoio a uma política imigratória que visava introduzir nos países da região apenas imigrantes brancos. O efeito prático esperado era assimilação cultural e física desses “elementos”, sendo frequentes nos discursos os termos “caldeamento”, “mistura”, “fusão”, e sua incorporação total a uma nação ideal configurada como ocidental, de população de aparência branca.

Segundo Lugones (2008), a indiferença em relação à violência contra as mulheres em nossas comunidades é também uma indiferença com as profundas mudanças sociais na estrutura da comunidade. Esta indiferença está tanto no nível da vida cotidiana como no aspecto de teorizar a respeito do nível de opressão e libertação.

Após essa reflexão é possível perceber a imposição colonial e complexidade dessa imposição que ainda existe, não só nos aspectos categóricos quanto gênero, raça e classe que nos permite verificar as violências e manifestações de poder, mas sim como um todo na sociedade, o colonialismo recusa várias dimensões do colonizado, dentre eles estão os eixos sociais, culturais, epistêmicos e políticos. Eles atuam de maneira a afirmar a hegemonia epistêmica europeia, ao passo que silencia, nega e rejeita outras formas de história, teorias e cultura. De acordo Lugones (2008, p. 77), “Caracterizar este sistema de gênero colonial / moderno, em traços largo, como detalhado em sua concretude [...] nos permite ver a imposição colonial, a profundidade dessa imposição. Ele permite a extensão e profundidade histórica de seu alcance destrutivo”.

3.4 Interseccionalidade: Gênero, Raça e Classe

O conceito de interseccionalidade⁷ é difundido por feministas negras a partir dos anos 1980, constitui-se em ferramenta teórico-metodológica fundamental para ativistas e teóricas feministas negras comprometidas com análises que desvelem os processos de interação entre relações de poder e categorias como classe, gênero e raça. Dessa forma é possível analisar as categorias a qual se fortalecem juntamente, e quando separadas não possuem o mesmo impacto político.

Davis (1981) e hooks (1981) ambas apresentam suas contribuições e críticas acerca da problemática de teorias de diferença e também referente à estabilidade homogeneizante da categoria *mulher* e a necessidade de se atentar igualmente às formas combinadas de diferenciações e desigualdades como *raça* e classe social. Dessa forma, hooks (2015, p. 5) afirma que:

Um preceito central do pensamento feminista moderno tem sido a afirmação de que ‘todas as mulheres são oprimidas’. Essa afirmação sugere que as mulheres compartilham a mesma sina, que fatores como classe, raça, religião, preferência sexual etc. não criam uma diversidade de experiências que determina até que ponto o sexismo será uma força opressiva na vida de cada mulher. O sexismo, como sistema de dominação, é institucionalizado, mas nunca determinou de forma absoluta o destino de todas as mulheres nesta sociedade.

A relação de opressão e poder entre homens e mulheres ainda são destacados nos estudos de gênero e muitas vezes excluem-se outras categorias relevantes. Segundo Brah (2006), o papel político e social dessa mulher assumiu contornos universais e unitários, sem a percepção de que as experiências vivenciadas pelas mulheres não poderiam ser sintetizadas em uma única identidade. Ficaram patentes os limites da perspectiva feminista ocidental eurocêntrica, incapaz de visualizar os processos de racialização de gênero e classe presentes em cada contexto social e político.

Desse modo, outro aspecto importante é especificidade de um marcador para se fazer a análise interseccional, onde a ênfase está nas diferenciações sociais e de possíveis

⁷ Neste subcapítulo utilizo categoria *interseccionalidade*, uma vez que, entre outras questões, tem sido utilizado essa categoria na atualidade estudos feministas e de gênero. Esse conceito vem sendo desenvolvido por mulheres negras. A teórica estadunidense Kimberlé Crenshaw ressaltou esse conceito quando utilizou como centro de uma tese, em 1989, para analisar como raça, gênero e classe se interseccionam e geram diferentes formas de opressão. Essa categoria pode dialogar com outras autoras como Adriana Piscitelli (2008), por exemplo, afirma que algumas autoras trabalham também com o termo “categorias de articulação”, lembrando que Avtar Brah (2006) tenderia a utilizar a ambas as categorias concomitantemente. Outro termo que costuma ser utilizado por autoras como Patricia Hill Collins (2000) e Wendy Hulko (2009), entre outras, para remeter a questões congêneres é *interlocking oppressions*, que traduzo por “entrelaçamento de opressões”.

desigualdades contextualizadas nos aspectos sociais, históricos e culturais. Sendo assim, a ideia de diferenças, pode ser analisada a partir da afirmação de Piscitelli, (2008 p. 266):

A proposta de trabalho com essas categorias (interseccionalidade, categorias de articulação) é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. É importante destacar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo, para dar cabida às interações entre possíveis diferenças em contextos específicos.

Então a partir do que foi mencionando pode-se refletir que nem sempre é preciso desenvolver a análise de uma infinidade de marcadores em toda e qualquer análise social. Porém, é indispensável atentar para o cruzamento daquelas que se mostram relevantes, isto é, partindo de análises atentas às diferenças principalmente em termos políticos.

É por isso que a questão do feminismo negro é importante para mulheres negras, além de trabalhar situações específicas do gênero feminino; estabelece novas políticas que ajudam a fortalecer a identidade de gênero que não era discutida no movimento negro, nem no movimento feminista. Foi preciso articulação de mulheres negras das décadas de 1970 e 1980 para estabelecer novas estratégias que representassem as mulheres negras na sociedade, ou melhor, enegrecer o feminismo. Dentro dessa expectativa, Carneiro (2010, p. 2) menciona que:

Esse novo olhar feminista e antirracista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra. O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelo movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro.

A questão de gênero para mulheres negras evidencia experiências e ideias que oferece a visão de si mesma, da comunidade e da sociedade, ou seja, é uma visão total que envolve compreensões teóricas da realidade das mulheres negras por aquelas que a vivem. A interseção de gênero, raça e classe tenta dar conta do tipo de opressão que as mulheres negras têm sofrido. O gênero para mulheres negras normalmente está vinculado ao sexismo, mas na realidade vai além, pois o feminismo posicionou os papéis de gênero como construídos socialmente, independente de qualquer base biológica. Sendo que as mulheres negras constroem a questão de gênero com a importante posição e articulação política.

Adichie (2014), em *Sejamos todas feministas*⁸, conta toda sua experiência e dificuldades encontradas como mulher negra e principalmente por afirmar que é feminista. A mesma questiona a situação de gênero vivida no cotidiano. E o mais importante é a criação de ações que possam mudar a construção do gênero, pois no século XXI ainda se percebe que segundo Moore (2000, p. 16) os gêneros masculino e feminino são definidos como: “pessoas do gênero masculino como ativas, agressivas, impositivas e poderosas, enquanto o gênero feminino como essencialmente passivas, fracas, submissas e receptivas”. Então Adichie (2014) afirma que o problema da questão de gênero é que ela prescreve como devemos ser em vez de reconhecer quem somos.

Ela ainda ressalta que usa a palavra feminista em vez de direitos humanos, pois o feminismo faz, obviamente, parte dos direitos humanos de uma forma geral – mas escolher uma palavra vaga como “direitos humanos” é negar a especificidade e particularidade do problema de gênero. Seria uma maneira de fingir que as mulheres não foram excluídas ao longo dos séculos.

Além disso, o ano de 2015 correspondeu também a *Marcha das Mulheres Negras*⁹ que contribuiu para luta quanto ao gênero, raça, classe, racismo. A *Marcha das Mulheres Negras* faz com que eu obtenha a seguinte reflexão: Qual é o papel da mulher negra no feminismo do Brasil, hoje, nós temos espaço para discutir nossas diferenças, dificuldades e conflitos? E por que ainda temos que fazer eventos como a *Marcha das Mulheres Negras* e *Festival Latinidades*¹⁰ para haver discussões referentes às opressões que ainda vivemos em todos os espaços institucionais?

A questão da raça normalmente se sobressai à questão do gênero quando se trata das mulheres negras. Mas quando se trabalha a intersecção as categorias agregam-se para que assim possamos entender a complexidade da vida das mulheres negras. A reflexão sobre as questões relacionadas à raça representa uma das principais ferramentas para o surgimento de novos movimentos sociais, principalmente porque as questões raciais não eram muitas vezes debatidas em movimentos feministas, sindicais. Desta forma, o movimento negro e feminismo negro se ascenderam na sociedade, enfatizando a ideia de diferentes, mas não desiguais e assim buscando a cidadania.

⁸ (ADICHIE, 2014).

⁹ A *Marcha das Mulheres Negras* foi idealizada no TulipInn Hotel, Salvador-BA, por ocasião do Encontro Paralelo da Sociedade Civil para o Afro XXI: Encontro Ibero-Americano do Ano dos Afrodescendentes (16 a 20 de novembro de 2011) e foi realizado no dia 18 de novembro de 2015. Trata-se de uma iniciativa de articular as mulheres negras brasileiras para denunciar a ação sistemática do racismo e do sexismo com que somos atingidas diariamente mediante a convivência do poder público e da sociedade.

¹⁰ Latinidades é o maior evento de mulheres negras na América Latina. Esse evento tem como objetivo fazer discussões referente ao gênero e raça e colocando a cultura negra da diáspora em visibilidade.

Segundo Munanga (2013), o conceito de raça veio do italiano *razza*, que por sua vez veio do latim *ratio* que significa sorte, categoria, espécie. Do mesmo modo, o conceito raça tem seu campo semântico e uma dimensão temporal, na idade média estava ligado descendência, linhagem. No século XV, estão ligados (ameríndios, negros, melanésios) e século XVII, a cor da pele foi considerada como um critério fundamental e divisor d'água entre as chamadas raças. Por isso que a espécie humana ficou dividida em três raça branca, negra, amarela.

Sendo assim, o conceito de raça está na dimensão social e política, é um conceito ideológico que cria opressão, hierarquia e uma “realidade falsa” onde classificada entre raças inferiores, negros(as) e raças superiores, brancos(as) é uma relação de poder. Pois a raça para o racista é grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, ou seja, todas as manifestações que estão relacionadas ao sujeito que sofre o racismo.

Gobineau (1816-1882) utilizou a teoria da seleção natural para tentar explicar a sociedade humana. E assim classificou os grupos humanos entre fortes e outros fracos e os grupos fracos teriam características que tornariam a ser dominados (negros) e grupos fortes teriam características que tornariam a ser dominantes (brancos). O racismo de Gobineau, segundo Bento e Carone (2012), condenava o cruzamento inter-racial, que teria como consequência a perda da pureza do sangue da raça branca superior e produção de seres inférteis e incapazes.

Von Liné (1707-1778 apud MUNANGA, 2013) fez uma classificação racial humana acompanhada de uma escala de valores, dividindo em quatro raças:

- a) americano: moreno, cabeçudo, amante da liberdade, governado pelo hábito, tem corpo pintado;
- b) asiático: amarelo, melancólico, usa roupas largas;
- c) africano: negro, astucioso, preguiçoso, negligente, governado pelos chefes unta o corpo com óleo ou gordura, sua mulher tem vulva pendente e quando amamenta seus seios se tornam moles e alongados;
- d) europeu: branco, musculoso, engenhoso, inventivo, governado pelas leis, usa roupas apertadas.

Então podemos observar historicamente que as características dos negros eram vinculadas à inferioridade, e essas afirmações perpetuam o racismo que existe até hoje no século XXI, por isso que a educação tem o papel fundamental na mudança social seja através

da Lei nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003)¹¹ ou através de disciplinas que abordem a educação das relações étnico-raciais.

Gonzalez (1980) ressalta que as discriminações raciais impedem a ascensão da população negra em todos os aspectos sociais, culturais, religiosos, profissionais e educacionais, principalmente para as mulheres negras. Collins (2008, p. 100) justifica que:

A teoria social crítica permite analisar a situação da mulher negra, assim como entender a supressão e a desvalorização do pensamento feminista negro pelas correntes teóricas dominantes. A teoria social crítica emerge como única possibilidade de se compreender as mulheres como grupo historicamente dominado, oprimido e que sobrevive ainda em condições socioeconômicas desfavoráveis.

Além disso, autora menciona a importância das mulheres negras que não possuem educação formal, mas que são consideradas por ela como intelectuais e ativistas. Os seus saberes práticos tornam-se teorias importantes para entender a realidade das mulheres negras.

O fato de articular as classes sociais com as mulheres negras é para visibilizar a exclusão delas como legítima cidadã de direito e protagonistas de sua história. Gonzalez (1981) considera que articulação entre o fenômeno do racismo e as transformações da sociedade capitalista trouxe consequências diferenciadas para brancos e negros. Nesse momento, poder-se-ia colocar a questão típica do economicismo: tanto brancos quanto negros pobres sofrem os efeitos da exploração capitalista. Mas na verdade, a opressão racial faz-nos constatar que mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do seu exercício.

De acordo Codato (2009, p. 26), classe social “é um modo de classificação que distingue e destaca distâncias sociais reais entre os agentes sociais e é capaz de traduzi-las em relações de dominação/ subordinação a partir de critérios específicos”.

O autor clássico de grande referência para o conceito de classes sociais é Marx. Segundo o autor, o conceito de classe social não é só uma dimensão científica, mas também o papel de base de explicação da sociedade e de sua história. Renault (2010) define as classes sociais ou luta de classes como a concepção de organização social de Marx baseia nas relações de produção, pois em toda sociedade, seja pré-capitalista ou capitalista, haverá sempre uma classe dominante, que direta ou indiretamente controla ou influencia o controle

¹¹ Foi em março de 2003, que a lei foi aprovada. E assim torna-se obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afrobrasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. Essa lei altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e tem o objetivo de promover uma educação que reconhece e valoriza a diversidade, comprometida com as origens do povo brasileiro.

do Estado; e uma classe dominada, que reproduz a estrutura social ordenada pela classe dominante e assim perpetua a exploração.

Quando mencionarmos as classes sociais, podemos relacionar também com de luta de classes, conforme Marx e Engels (1999) a história de todas as sociedades que existiram até os nossos dias tem sido a história das lutas de classes. A teoria marxista propõe como ação política de conhecer da realidade de forma a desvelá-la em todos os seus aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. E referente às mulheres negras, o processo de conhecer a realidade é importante para haver ações e intervenção necessárias para os direitos e conquistas que ainda são negados.

No livro *O Capital*, Marx desenvolve um capítulo sobre a teoria das classes sociais, porém ficou inacabado. Assim, Marx, através dessa obra, apresenta a luta de classes de seu tempo. Deste modo, os conflitos sociais para ele são a expressão das contradições econômicas na sociedade. Apesar de mencionar em suas obras que a luta de classes faz parte da História, e assim está associado em todos os períodos, ele concentra seu estudo na sociedade moderna e no conflito entre as classes sociais geradas a partir da Revolução Industrial, dividindo-se entre burgueses e proletariados. Desta forma, podemos refletir que Marx (1968, p. 1012) justifica as classes sociais como:

Os proprietários de mera força de trabalho, os de capital e os de terra, os que têm por fonte de receita, respectivamente, salário, lucro e renda fundiária, em suma, os assalariados, os capitalistas e os proprietários de terras, constituem as três grandes classes da sociedade moderna baseada no modo capitalista de produção.

Cisne (2005), em seu artigo *Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista*, faz uma análise aprofundada e realista quanto à importância da classe: a classe é, pois, quem determina como essas mais variadas expressões de opressão serão vivenciadas por esses sujeitos. Assim é que uma mulher da classe dominante explora uma mulher da classe trabalhadora.

De acordo com Pacheco (2014, p. 3) “mulheres de classes sociais diferenciadas e pertencentes a determinados grupos étnicos e raciais subalternizados demandam de teorias epistemológicas que deem conta de suas especificidades histórico-sociais na forma como vivenciam e ressignificam tais categorias”. Deste modo, percebemos que as mulheres negras têm o seu diferencial teórico e da mesma forma quando se trata de classes sociais, luta de classes, temos diferenças entre as mulheres negras, pois a mobilidade social nem sempre é possível para todas. O racismo e precariedade de abuso e subordinação que muitas mulheres

negras vivem e não percebem também é um fator de dominação e exploração de classe. Para exemplificar essa situação

“Eu acho que existe uma dificuldade no mercado de trabalho, aliás é fato, é mais difícil ter uma posição mais valorizada, e um salário razoável, a luta me parece mais árdua para mulher negra”. (Júlia, Depoimento colhido no dia 20-08-2015, em São Leopoldo).

É em um contexto desfavorável que se percebe que a origem escrava e de ser negra no Brasil constitui um real obstáculo na trajetória da busca da cidadania e da ascensão social. A mobilidade social das mulheres negras pode ser analisada por vários aspectos e área da vida como: os aspectos sociais, profissionais, educacionais e econômicas. Afinal, a posição social da mulher negra não se baseia apenas na possibilidade de aquisição ou consumo de bens, mas outras situações como gênero, raça, também dificultam a mobilidade delas na sociedade brasileira. Cordeiro (2013, p. 308) define mobilidade social como:

[...] entende-se mobilidade social como mudanças no status social, como o estudo da mobilidade vertical que se refere a uma relação entre a posição social do presente com a do passado, identificando como as pessoas se distribuem nos diversos níveis da estrutura social através do tempo, o peso da herança cultural, dos recursos individuais e das oportunidades econômicas e sociais proporcionadas pela sociedade em determinado período de tempo. O estudo da mobilidade examina também os impactos dos movimentos individuais e grupais sobre a estrutura social, atentando para a diminuição e expansão das camadas sociais.

Davis em seu livro *Mulher, Raça e Classe*, faz uma análise referente a vários assuntos que são consideráveis para as mulheres negras. Em relação à classe, ela evidencia a importância da Declaração de Seneca Falls¹², e a situação de classe para as mulheres negras e brancas trabalhadoras de classe popular não eram favorecidas nesse documento e movimento que foi importante e relevante para o feminismo nos Estados Unidos; sendo assim, esses movimentos eram articulados pelas mulheres de classe média. Davis afirma que:

A inestimável importância da Declaração de Seneca Falls foi o seu papel na *consciencialização articulada dos direitos das mulheres* no meio do século. Foi o culminar de uma teoria de anos de insegurança, muitas vezes silenciada, apontando de forma desafiadora para a condição política, social, doméstica e religiosa que era contraditória, frustrante e absolutamente opressora para as mulheres burguesas e da crescente classe média. No entanto, como consumação rigorosa da consciência do dilema das mulheres brancas de classe média, a Declaração ignorou a situação difícil da classe de mulheres brancas trabalhadoras, como ignorou a condição das mulheres negras no Sul e no Norte. Por outras palavras, a Declaração de Seneca Falls propôs uma análise da condição feminina que desprezou as circunstâncias das mulheres fora da classe social das autoras do documento. (DAVIS, 2013, p. 45, grifo do autor).

¹²A Declaração de Seneca Falls ocorreu de 19 a 20 de julho de 1848 na localidade de Seneca Falls, no estado de Nova York, sendo a primeira convenção sobre os Direitos da Mulher nos Estados Unidos.

3.5 Racismo Institucional

O relatório da ONU em 2014 informou que no Brasil existe racismo institucional e assim podemos observar que estamos muito longe de uma democracia racial. E ainda há uma tendência de se considerar o racismo como uma questão que diz respeito aos negros somente, o que na realidade é um equívoco. (NAÇÕES UNIDAS, 2014).

O racismo é um fenômeno que se realiza nas relações entre pessoas e grupos no desenvolvimento das políticas públicas, nas estruturas de governo e nas formas de organização e estado. Segundo KaLlckmann et al. (2007, p. 146),

O racismo institucional é definido como o 'fracasso coletivo de uma organização para prover um serviço apropriado e profissional para as pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. Ele pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que totalizam em discriminação por preconceito involuntário, ignorância, negligência e estereotipação racista, que causa desvantagens a pessoas de minoria étnica'.

Então, a partir das reflexões acima podemos verificar que o racismo institucional é um procedimento estrutural que garante a exclusão seletiva dos grupos a que pertencem a população negra. Essa situação irá repercutir de forma a induzir o Estado, suas instituições e políticas públicas e privadas, a produzir e reproduzir uma hierarquia racial.

O racismo no Brasil se dá de um modo exclusivo, isto é, ele se afirma através da sua negação. É o universo semântico onde as situações acontecem sutilmente, isso dificulta, pois, muitas vezes, não pode ser provado. E com isso vivemos uma contradição, porque quando visualizamos pesquisas estatísticas, seja na área educacional ou profissional, observamos uma desigualdade racial. É através do estudo da educação segundo o sexo e cor/raça do ano de 1999 e 2009 que podemos visualizar que as mulheres brancas em 1999 têm o percentual de 8,0% e, em 2009, 9,7%. Já as mulheres negras em 1999 o percentual é de 5,6% e, em 2009, 7,8%. Esse estudo mostra toda a exclusão histórica como sujeito, a exclusão social e os desafios a serem enfrentados quanto a questão racial. (IPEA, 2011).

As relações raciais foi o principal programa de pesquisa desempenhado pela cadeira de Sociologia da USP durante os anos 1950. Aprovação de um projeto de pesquisa que seria financiado pela Unesco em 1951, tinha como objetivo averiguar as relações raciais no Brasil porque havia uma afirmação de que o país representava exemplo neutro na manifestação de preconceito racial e assim poderia ser modelo para outros países.

Porém, pesquisas como de Florestan Fernandes, em São Paulo, Costa Pinto para o Rio de Janeiro, e Fernando Henrique Cardoso no Rio Grande do Sul, apontam o mito da

“democracia racial” e as diferenças sociais, culturais e históricas excluem o negro da sociedade, e ao mesmo tempo ressaltam que a população brasileira branca acredita que não existe a discriminação racial. Segundo Natel (2014, p. 85),

O mito da ‘democracia Racial’ precisa ser desmascarado, e para isto aconteça é fundamental que haja discussão acerca das questões étnico-raciais. É inegável a distância que existe entre mulheres brancas e negras no que se diz respeito: às oportunidades de trabalho, à educação e ao aperfeiçoamento profissional e intelectual.

Então, podemos observar que projetos e leis que reforçam a representação de um país de convivência racial democrática não combinam com a realidade da população negra no Brasil, pois não existe uma distribuição equitativa dos direitos. Portanto, a sociedade brasileira tem ações que causam desigualdades raciais, mas, ao mesmo tempo, nega o racismo, e isso dificulta muitas vezes a realização de políticas para obter condições sociais e educacionais para homens e principalmente para mulheres negras. Segundo Natel (2014, p. 147),

As práticas discriminatórias são cotidianas, estabelecidas e, na maioria das vezes, as mulheres brancas não se dão conta do que dizem. Também não refletem o que falam. Inclusive, algumas profissionais começaram a refletir a partir de meus questionamentos, nas entrevistas. Ou então muitas vezes havia contradição em suas palavras e afirmações.

A citação acima é analisada no ambiente universitário, mas essas práticas de racismo institucional acontecem em outros ambientes da sociedade como: saúde, mercado profissional, ambiente social. O que dificulta é justamente a negação do racismo, o que só faz crescer cada vez mais em instituições, projetos, políticas públicas.

3.6 Políticas Públicas e Gênero

A luta de movimentos feministas e de mulheres, desde os anos 1980, tem impactado no Brasil um processo gradual de incorporação da problemática das desigualdades de gênero pela agenda governamental. Desse modo, diminuir desigualdades de gênero não significa negar a diversidade. O foco é reconhecer a diversidade e a diferença – entre homens e mulheres, portanto, que suas necessidades *específicas* e nem sempre *iguais* devem ser igualmente contempladas pela sociedade e pelo Estado.

A busca pela ampliação da cidadania das mulheres resultou em questionar e exigir responsabilidade do poder público. Essa ação é para identificar as situações de discriminação

e desigualdade que atinge as mulheres, principalmente as mulheres negras e assim criar condições de cidadania em todos os espaços. O foco das políticas públicas é oportunizar e desconstruir barreiras que muitas vezes, dificultam e inviabilizam ações para classe popular em um todo, mas para as mulheres negras é situação intensificada. É possível verificar no Plano Nacional de Políticas para Mulheres (2013, p. 9) que,

[...] a participação da sociedade civil, entre movimento de mulheres rurais e urbanas, feministas e organizações estaduais e municipais possibilitou um diálogo coletivo com os movimentos de mulheres, feministas e demais movimentos sociais, revertendo lógicas desiguais presentes há séculos em nossa sociedade.

Um dos capítulos que constam no Plano Nacional de Políticas para Mulheres é referente à educação para igualdade e cidadania, a educação é ferramenta importante para mulheres negras comunitárias e universitárias mesmo que as estatísticas mostram que ainda somos a minoria em espaços acadêmicos. Outro fator importante é que a ascensão social e econômica no Brasil passa, necessariamente, pelo acesso ao ensino superior. De acordo com Plano Nacional de Políticas para Mulheres (2013, p. 9),

A importância da educação para consolidação do exercício de direitos e para construção da autonomia individual e coletiva, bem como para o desenvolvimento econômico e social do mundo moderno, é reconhecida mundialmente. É um meio fundamental para o desmonte das desigualdades sociais de gênero, raciais, étnicas, geracionais, de orientação sexual, regionais e locais.

As ações afirmativas são políticas públicas corretivas e paliativas que têm como objetivo resolver graves problemas internos decorrentes de uma exclusão e falta de privilégios. Sendo assim, esse tipo de política contempla questões voltadas para o gênero, etnia, raça, sexualidade e outras dimensões que provocam desigualdade e discriminações na sociedade. Segundo Oliven (2007, p. 30),

O termo Ação Afirmativa refere-se a um conjunto de políticas públicas para proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado. A ação afirmativa visa remover barreiras, formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, universidades e posições de liderança. Em termos práticos, as ações afirmativas incentivam as organizações a agir positivamente a fim de favorecer pessoas de segmentos sociais discriminados a terem oportunidade de ascender a postos de comando.

As ações afirmativas que articulam com políticas de cotas em universidades têm como objetivo a reparação de forma equitativa, visibilizando as diferenças. Sem essas políticas públicas, existe ausência de reconhecimento, onde a consequência é a opressão, muitas vezes, obrigando o indivíduo a adotar um modo de ser ao mesmo tempo distorcido e reduzido. De

acordo com Silva (2009, p. 264), é possível analisar que as ações afirmativas estão além das cotas raciais.

[...] ações afirmativas são um conjunto de metas articuladas e complementares que integram programas governamentais, políticas de estado, determinações institucionais, com as finalidades de corrigir: desigualdades no acesso à participação política, educação, saúde, moradia, emprego, justiça, bens culturais; reconhecer e reparar crimes de desumanização e extermínio contra grupos e populações; reconhecer e valorizar a história, cultura, identidade de grupos sociais e étnico-raciais, bem como a importância de sua participação na construção de conhecimentos valiosos para toda a humanidade.

Desse modo, ações afirmativas no Brasil e as políticas públicas são ações que conseguem abranger os aspectos profissionais para população negra, por exemplo, a situação dos concursos públicos federais que reservam 20% de cotas. É com base em lutas e conquistas dos movimentos sociais, particularmente, do Movimento Negro, para a construção de políticas curriculares que a Lei 10.639/2003 e disciplinas que justificam e que esclarecem as relações étnico-raciais também têm contribuído para ações afirmativas no Brasil. Apesar de toda a problemática que envolve a Lei 10.639/2003 e as disciplinas de relações étnico-raciais, que, depois de 12 anos da lei, escolas e universidades ainda resistem em trabalhar aspectos da História, Cultura, Religião dos afrodescendentes e essa situação por tantas vezes colabora para aumento do racismo institucional.

A luta por condições dignas de saúde para a população negra brasileira, também faz parte das políticas públicas uma vez que a questão da saúde é direito universal de cidadania e dever do Estado. Segundo a Constituição Federal (1988), no aspecto Seguridade Social: a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Sendo assim, a saúde é um direito universal, independentemente de cor, raça, religião, local de moradia e orientação sexual a ser provido pelo SUS¹³. Quanto à questão da saúde, Carneiro (2011, p. 131-132) afirma que:

Uma reivindicação histórica dos movimentos de efetivação dos direitos reprodutivos das mulheres e de reconhecimento do aborto como questão de saúde pública sobre a qual o Estado não pode se omitir é pervertida em proposta de política pública eivada de ideologia eugenista destinada à interrupção do nascimento de seres humanos considerados potenciais marginais. No lugar do respeito ao direito das mulheres de

¹³ O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. Ele abrange desde o simples atendimento ambulatorial até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país.

decidir sobre a própria concepção, coloca-se como diferença radical de perspectiva a indução ao aborto, pelo Estado, como 'linha auxiliar' no combate a violência.

Carneiro (2011, p. 134) faz uma reflexão a partir de Michel Foucault muito interessante para entender a violência, que mulheres sofrem na saúde e assim ela menciona: “que o direito de “fazer viver e deixar morrer” é uma das dimensões do poder de soberania dos Estados modernos [...] é esse poder que permite à sociedade livrar-se de seus seres indesejáveis. [...] e o racismo seria, de acordo com Foucault, um elemento essencial para fazer essa escolha”.

As classes populares sempre enfrentaram violências simbólicas, físicas e psicológicas em todos os aspectos da sociedade, mas as mulheres negras enfrentam isso no dia a dia, as políticas públicas não dão conta de toda a problemática de violência simbólica que nós, mulheres negras, vivenciamos, o que dificulta é negação do problema que envolve a educação, machismo e racismo. Sendo que por quatro gerações ininterruptas, pretos e pardos apresentam menor escolaridade, piores condições de moradia, maior taxa de desemprego quando comparados aos brancos.

Portanto, políticas públicas é a única forma de combater a desigualdade racial na saúde, na educação, na cultura no Brasil. O que não pode mais acontecer é situações que foram mencionadas e a população brasileira visibilizar de uma forma “normal”. Se estamos na Década Internacional dos Afrodescendentes, devemos pensar em ações que efetivem as mulheres negras em seus protagonismos para reivindicar por políticas públicas que realmente nos representem e alcancem o maior número de mulheres negras. Senão, chegaremos a 2024 e os objetivos desse projeto não serão efetivados.

3.7 Discurso, Mulheres Negras e Relações Raciais no Brasil

O discurso torna-se nesses últimos anos uma referência central em um universo amplo e diversificado das ciências sociais. Conforme Van Dijk (2012, p. 12), “o discurso não é analisado apenas como um objeto verbal autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política”.

De acordo com mesmo autor (2012) ainda que o discurso possa parecer apenas *palavras* a escrita e a fala desempenham um papel vital na reprodução do racismo contemporâneo. No Brasil o racismo é o sentimento social perverso, prejudicial e que exclui, isso porque perpassam todas as classes sociais, todos os segmentos religiosos e, por ser um

mecanismo de várias faces, apresenta-se, por vezes, diluído e, assim sendo, naturalizado e legitimado ou de forma concreta, materializa-se na violência e na negação de direitos.

O discurso então pode ser antes de tudo uma forma de discriminação verbal, quando é constituído por uma população branca, que ainda tem a centralização do poder e por isso está associada como superior e com características de branquidade¹⁴. E segundo Van Dijk (2012, p. 134), “de maneira semelhante, a (re)produção dos preconceitos étnicos que fundamentam tanto essas práticas verbais como outras práticas sociais ocorre em grande parte através da escrita, da fala e da comunicação”.

As ideologias e os preconceitos étnicos não são desenvolvidos unicamente através da interação étnica, o racismo e seus discursos são adquiridos e aprendidos geralmente através da comunicação, ou seja, por meio da escrita e da fala. E assim essas representações mentais do racismo são taxativas, defendidas e naturalizadas no discurso e conseqüentemente afirmadas dentro do grupo dominante.

Outro fator importante quanto à temática de discurso é que muitas vezes a técnica utilizada para análise como uma conversação não é suficiente para excelência de uma pesquisa, ou seja, é necessário ir além, no sentido de introduzir-se no cenário ao qual será pesquisado, isto é trabalho de campo e assim observar o que as pessoas falam, situação temporal ou espacial, circunstâncias especiais, papéis comunicativos e sociais, esses detalhes enriquecem a pesquisa.

Portanto, Van Dijk (2008, p. 13) define que “os estudos críticos do discurso fazem uso de uma grande quantidade de métodos de observação, de análise e de outras estratégias para coletar, examinar ou avaliar dados, para testar hipóteses, para desenvolver teorias e para adquirir conhecimentos”.

Apesar de o discurso não tratar da língua, gramática, mas tudo isso está incluso na sua análise, Orlandi (2009, p. 15) define que “a palavra discurso, etimologicamente, tem si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento, com estudo do discurso observa o homem e a mulher falando”.

O discurso contempla a linguagem como mediação importante entre o homem/mulher e a realidade social. Enfim o discurso envolve a compreensão da fala e escrita, o conhecimento pessoal e social, atitudes sociais, as ideologias e as normas ou valores.

¹⁴ A branquidade refira-se a uma situação de superioridade e privilégio do branco, que deve ser analisada levando em consideração que os seus conceitos variam de acordo com o meio em que o indivíduo esteja inserido.

3.7.1 Racismo: uma Discussão a partir do Lugar Ideológico e Discursivo

Este subcapítulo é resultado das discussões do texto *Contribuições psicanalíticas para a compreensão das operações discursivas* na disciplina de *Análise das ações políticas: discurso e acontecimento*, realizado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com o professor Dr. Nadir Lara Junior.

Segundo Althusser (1970, p. 73), “a ideologia, começa por ser, segundo Marx, uma construção imaginária, um puro sonho, vazio e vão, constituído pelos ‘resíduos diurnos’ da única realidade plena e positiva, a da história concreta dos indivíduos concretos, materiais, produzindo materialmente a sua existência”. Ao mesmo tempo, Althusser (1970, p. 77) menciona que “a ideologia é uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições de existência”.

Então, a partir dessas citações é possível refletir que a ideologia consiste em um sistema composto de uma lógica e de um rigor próprio de representação seja de imagens, mitos, ideias, conceitos. É através da ideologia que os homens representam suas teorias, identificações mesmo quando essas representações estão relacionadas com imaginário.

O cotidiano social permite verificar os lugares discursivos e ideológicos segundo ao grupo de cultura que o sujeito pertence. Dessa forma, os discursos são constituídos com a cultura, sendo que essa cultura é repleta de significados que atuam como identificações para o sujeito. Essa construção nem sempre é realizada de forma racional e objetiva, ao contrário, é, muitas vezes, realizado de forma inconsciente, em que o sujeito está inserido no contexto de tal forma que não consegue perceber como é produzido o discurso.

O lugar ideológico para racismo é de opressão, justamente por limitar sua liberdade cultural, histórica, religiosa. Esse discurso faz com que o racismo defina lugares específicos e inferiores para população negra. Segundo Lara Junior e Jardim (2014, p. 49),

Dessa maneira, o lugar discursivo, enquanto uma construção imaginária, simbólica e material, demarca o lugar construído no discurso para que os sujeitos possam interagir no laço social. Essa demarcação no laço define quais as posições que determinados sujeitos ocuparão dentro do grupo social.

Dessa forma, o lugar ideológico determina ao sujeito uma submissão aos discursos hegemônicos e naturalizados em que muitas vezes determina suas ações e posições as quais devem exercer. Conforme Lara Junior e Jardim (2014, p. 51), “O lugar ideológico, portanto, aprisiona o sujeito em determinadas posições em que este passa a responder às interpelações dos discursos hegemônicos, tornando assim natural as diversas formas de opressão”.

Após o nosso nascimento, iniciamos um convívio social que forma as relações sociais. Isso acontece para dividir saberes, regras, identificações com grupos sociais os quais estabelecem esse laço. Portanto, a finalidade do lugar discursivo é dar sentido e questionar o lugar que o sujeito ocupa numa determinada cultura. Ao mesmo tempo, o lugar discursivo é necessário para criar os laços sociais, as sociabilidades através de respeito e equidade de direitos. De acordo com Lara Junior e Jardim (2014, p. 50), “[...] no discurso, as relações estabelecidas entre esses lugares são definidas e representadas pelo imaginário que designa o sentido e o lugar que lhe é permitido falar”.

Quando falamos em Racismo podemos refletir que existe dois lugares que geram ações. Uma delas é o lugar discursivo a qual possibilita o laço social. O outro é lugar ideológico, o qual oprime. Após essa definição, a primeira opção possibilita projetos políticos discursivos a qual geram pertencimento e estabelecimento no laço social. Já a segunda opção o sujeito consegue criar projetos políticos de resistência contra discursos hegemônicos que têm uma relação autoritária e opressora.

3.8 Análise de Discurso e suas Contribuições

Conforme os avanços da pesquisa, percebemos que após as técnicas utilizadas seria importante e necessário a abordagem do método de análise de discurso. A relevância deste método é que o discurso não é só a fala, linguagem, comunicação, mas também as manifestações corporais, os sentimentos, os silêncios. Sendo assim, o discurso torna-se considerável, justamente para analisar falas interiorizadas do cotidiano de cada ação, atitudes, medos e dificuldades. É difícil falar em discurso ou análise de discurso como algo simples ou como uma abordagem única de procedimentos de investigação.

Segundo Silva (2005), a análise do discurso é uma teoria que tem como objeto de estudo o próprio discurso. Apresenta-se como um entrecruzamento de diversos campos disciplinares, com destaque para a linguística, o materialismo histórico (por situar a linguagem na história) e a psicanálise (que introduz a noção de sujeito discursivo). O discurso, por si só, é de natureza tridimensional, abarcando a linguagem, a história e a ideologia. Sua produção acontece na história, por meio da linguagem, uma das instâncias por onde a ideologia se materializa.

Neste capítulo não tenho como pretensão aprofundar o tema, mas sim refletir a partir do processo histórico inicial da análise de discurso crítica (ADC). Sendo assim, a ADC é uma vertente teórico-metodológica que aborda o estudo das linguagens nas sociedades

contemporâneas. Desse modo, Ramalho (2005, p. 276) afirma que “a ADC é, por princípio, uma abordagem transdisciplinar. Isso significa que não somente aplica outras teorias, mas, por meio do rompimento de fronteiras epistemológicas, operacionaliza e transforma tais teorias com vistas à abordagem sociodiscursiva”.

É através da Linguística Crítica que é possível a ADC dialogar com as ciências sociais. Desta forma, Norman Fairclough, um dos principais autores, defende que a proposta da ADC é prover base científica para questionamentos críticos da vida social em termos políticos e morais, ou seja, de justiça social e de poder. Portanto acredita-se que através da ADC seja possível oferecer novas formas de ler a realidade, buscando-se clarificar as ideologias e valores vigentes nos discursos articulados.

Então o enfoque da ADC como um todo é articular entre dois pontos, buscando a elemento linguístico, da comunicação com o elemento social. E no caso específico da ADC faircloughiana, o foco é a mudança social a partir da mudança discursiva, no ponto em que uma implica a outra mutuamente. Segundo Ramalho (2005, p. 287), “na abordagem mais recente, a ADC assenta-se sobre três bases epistemológicas principais. Primeiro, assenta-se numa visão científica de crítica social; segundo, no campo da pesquisa social crítica sobre a modernidade tardia; e, terceiro, na teoria e na análise linguística e semiótica”. Em vista disso, Fairclough (2003, p. 15) informa que “a visão científica de crítica social justifica-se pelo fato de a ADC ter como objetivo prover base científica para um questionamento crítico da vida social em termos políticos e morais, ou seja, em termos de justiça social e poder”.

Afinal, é importante que as mulheres negras sejam críticas para conseguirem reverter situações de racismo discriminação que estejam enfrentando em seu dia a dia. Além disso, é possível verificar através dessa análise a presença do discurso baseado na visão política o modo de compreender as diversidades culturais, dentro de um poder ideológico centrados na hegemonia branca. Portanto, a ADC, segundo Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 114), “deve ser entendida como um princípio recontextualizante que traz consigo outras práticas teóricas sob uma perspectiva dialética”.

4 UNIVERSIDADE E COMUNIDADE: CONCEITOS E ESTATÍSTICAS

Conceitos e estatísticas são temáticas relevante para esse capítulo. Do mesmo modo, serão apresentados, o histórico referente às cidades de Sapucaia do Sul, São Leopoldo e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, especificamente o cotidiano desses espaços.

4.1 Comunidade

O desenvolvimento de comunidade é um processo pedagógico e prático de ação junto as comunidades, ou seja, é trabalho coletivo. Segundo Souza (2008, p. 13),

De forma mais ou menos profunda, as populações de identificam com seus espaços de moradia. Essa identidade, através de elementos comuns aí presentes, produz condições propícias aos mais diversos processos sociais. Entre estes, encontram-se as ações comunitárias, cuja força ou significação maior está no que se produz como organização social da população.

Dessa forma o desenvolvimento de comunidade acontece através de ações associadas aos movimentos sociais como pela política social. A participação é um conteúdo básico para que haja o desenvolvimento necessário para comunidade. É através da participação que se começa a ter reivindicações políticas de melhoria para população comunitária. Observa-se que a população consegue fazer um trabalho coletivo que muitas vezes auxilia as famílias, principalmente as famílias negras, as quais ainda estão à margem dos morros, espaços de invasão, no tráfico, ou seja, na vulnerabilidade social.

Participar e cooperar no cotidiano da comunidade é estimular-se para assumir e motivar execuções de ações coletivas vinculadas com um conjunto de valores que identificam melhorias e mudanças para comunidade. De acordo com Souza (2008, p. 21),

A cooperação a que nos referimos na proposta de Desenvolvimento de comunidade é a cooperação de segmentos da população que têm interesses e reocupações comuns, dada a mesma posição que ocupam no processo de produção das condições materiais da existência humana e social.

Dessa forma, se pensarmos na força e união que existe nas ações comunitárias é possível refletir que essas ações são formas de superar e enfrentar barreiras que muitas vezes podem impossibilitar o crescimento e a expansão dos sujeitos enquanto ser coletivo e a própria organização da comunidade. Conforme (CBCISS, 1967) ação comunitária é resultante do esforço cooperativo de uma comunidade que toma consciência de seus próprios problemas

e se organiza para resolvê-los por si mesma, desenvolvendo seus próprios recursos e potencialidades, com a colaboração das entidades existentes.

Desse modo seria relevante e fundamental obtermos dados estatísticos das cidades de São Leopoldo e Sapucaia do Sul, já que foram as cidades na quais a pesquisa foi realizada. Segundo o Censo de 2010 o total da população brasileira é de 190.755.799 habitantes, sendo que 93.406.990 são homens e 97.348.809 são mulheres. Ainda nesse universo, a população branca é de 90.621.281 habitantes e população preto/pardo é de 97.171.614 habitantes, desse modo com a intersecção de gênero e raça, os homens brancos são 434.268.47 e as mulheres brancas são 471.944.34 enquanto os homens preto/pardo 48.588.683 e as mulheres preto/pardo são 48.582.931. (IBGE, 2010).

Tabela 1 – Raça, domicílio e sexo da população – São Leopoldo

Tabela 3175 - População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade								
Variável = População residente (Pessoas)								
Situação do domicílio = Total								
Idade = Total								
Ano = 2010								
Brasil, Unidade da Federação e Município	Sexo	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem Declaração
Brasil	Total	190.755.799	91.051.646	14.517.961	2.084.288	82.277.333	817.963	6.608
	Homens	93.406.990	43.652.488	7.526.611	951.404	40.861.864	409.907	4.716
	Mulheres	97.348.809	47.399.158	6.991.350	1.132.884	41.415.469	408.056	1.892
Rio Grande do Sul	Total	10.693.929	8.900.007	595.123	35.682	1.130.043	32.989	85
	Homens	5.205.057	4.302.522	294.267	17.317	574.411	16.503	37
	Mulheres	5.488.872	4.597.485	300.856	18.365	555.632	16.486	48
São Leopoldo	Total	214.087	183.896	10.033	563	19.303	292	.
	Homens	104.242	88.686	4.998	267	10.131	160	.
	Mulheres	109.845	95.210	5.035	296	9.172	132	.

Fonte: IBGE (2010).

Na Tabela 1 podemos observar que, no Estado do Rio Grande Sul, na soma de homens e mulheres, teremos um número de 8.900.007 de habitantes que são identificados como brancos. Já na população negra, teremos um total de 595.123, o que podemos perceber a influência de imigrações europeias.

Na cidade de São Leopoldo, o número de mulheres brancas é de 95.210 enquanto as mulheres negras (pretas) são em 5.035. A cidade de São Leopoldo é considerada o “berço da colonização alemã do Brasil”, pois a cidade foi a primeira receber os primeiros imigrantes alemães em 1824. O sucesso da colônia de São Leopoldo na Província de São Pedro do Rio

Grande do Sul foi um exemplo decisivo de colonização europeia pelo governo imperial. Segundo alguns estudiosos da imigração no Brasil, durante os anos de 1824-1830, aproximadamente 5.300 colonos alemães foram enviados para a província, espalhando-se aos poucos pela região da planície, ao longo dos rios que formam o estuário do Guaíba. (HERÉDIA, 2001).

Tabela 2 – Raça, domicílio e sexo da população – Sapucaia do Sul

Tabela 3175 - População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade								
Variável = População residente (Pessoas)								
Situação do domicílio = Total								
Idade = Total								
Ano = 2010								
Brasil, Unidade da Federação e Município	Sexo	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem Declaração
Brasil	Total	190.755.799	91.051.646	14.517.961	2.084.288	82.277.333	817.963	6.608
	Homens	93.406.990	43.652.488	7.526.611	951.404	40.861.864	409.907	4.716
	Mulheres	97.348.809	47.399.158	6.991.350	1.132.884	41.415.469	408.056	1.892
Rio Grande do Sul	Total	10.693.929	8.900.007	595.123	35.682	1.130.043	32.989	85
	Homens	5.205.057	4.302.522	294.267	17.317	574.411	16.503	37
	Mulheres	5.488.872	4.597.485	300.856	18.365	555.632	16.486	48
Sapucaia do Sul	Total	130.957	113.378	6.729	300	10.423	127	.
	Homens	63.747	54.951	3.286	152	5.303	55	.
	Mulheres	67.210	58.427	3.443	148	5.120	72	.

Fonte: IBGE/Brasil (2010)

Já na cidade de Sapucaia do Sul, a população total é de 130.957 habitantes, sendo que 63.747 são homens e 67.210 são mulheres. Quanto à questão de raça, 58.427 são mulheres brancas e 3.443 são mulheres negras, portanto, como a maior parte da população do Rio Grande do Sul é branca, a situação da cidade de Sapucaia do Sul não é diferente do Estado.

4.2 Universidade

As desigualdades raciais e gênero no Sistema Educacional é uma temática a qual ressalta e crítica a educação como uma ação natural e hegemônica, que se propõe a tratar a todos de forma igualitária e que no fim, na prática, contribui para aprofundar as desigualdades. A educação não é a única variante que condiciona a mulher negra em desigualdades, mas a educação é uma variável a ser considerada como preponderante, quando nos propomos a analisar os processos de ascensão e sucesso para as mulheres negras.

De acordo com Gomes (1999) não existe somente uma ideologia de classe no cotidiano escolar. Há também uma ideologia racial e de gênero. Essas ideologias podem ser observadas nas práticas, nos livros didáticos, na formação dos professores(as), nos discursos e

nos valores. Acreditamos que, nos últimos anos, o quadro das relações raciais no Brasil vem sofrendo mudanças significativas. Essa mudança é fruto de gestos coletivos tais como: o movimento nacional e internacional de organização dos negros e, mais especificamente, das mulheres negras e a luta pela garantia dos direitos sociais. Porém, ainda não chegamos ao ponto desejado.

Segundo Rosemberg (2008), há uma demarcada diferença da escola frequentada pelos brancos e aquela usufruída pelos negros. A autora refere-se aos diferenciais estabelecidos pela carga horária, instalações, material didático, além da qualificação dos professores, entre outros. Desta forma, o fenômeno do branqueamento, aliado às práticas racializadas, tem sido o pilar responsável pela estrutura que exclui os negros, mulheres em sua maioria, do sistema educacional brasileiro e, por conseguinte, do mercado de trabalho.

Os dados estatísticos do IBGE cada vez mais apontam as desigualdades educacionais. Não pretendemos fixar dados, pois a desigualdade em relação à população negra é uma realidade que a sociedade brasileira já tem conhecimento. Porém, o destaque é para os discursos e interrogações realizados pela população branca, é como se fossem pressionados à inclusão de discussões com temática das relações étnico-raciais, e as consequências dessas ações são como ocorre nas escolas e nas universidades: essa temática nem sempre é entendida como necessária e um direito da população negra e indígena.

Tabela 3 – Escolaridade, sexo, raça – Brasil

Tabela 3536 - Pessoas que frequentavam creche ou escola, por situação do domicílio e rede de ensino, segundo o sexo, a cor ou raça, o curso que frequentavam e os grupos de idade					
Brasil					
Sexo = Mulheres					
Ano = 2010					
Curso que frequentavam	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Superior de graduação	2.187.400	187.618	52.655	1.095.618	6.594
Especialização de nível superior	272.908	20.148	6.673	112.849	658
Mestrado	69.137	4.652	1.886	21.061	173
Doutorado	30.601	1.340	753	6.810	30

Fonte: IBGE/Brasil (2010).

Tabela 4 – Escolaridade, sexo, raça – São Leopoldo

Tabela 3536 - Pessoas que frequentavam creche ou escola, por situação do domicílio e rede de ensino, segundo o sexo, a cor ou raça, o curso que frequentavam e os grupos de idade						
Município = São Leopoldo - RS						
Variável = Pessoas que frequentavam escola ou creche (Pessoas)						
Situação do domicílio = Total						
Rede de ensino = Total						
Grupos de idade = Total						
Ano = 2010						
Curso que frequentavam	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Creche	1.135	45	14	77	-	-
Pré-escolar	1.342	70	-	152	-	-
Classe de alfabetização	488	70	-	50	-	-
Alfabetização de jovens e adultos	68	36	-	10	-	-
Regular do ensino fundamental	12.308	699	47	1.798	12	-
Educação de jovens e adultos do ensino fundamental	857	35	-	76	6	-
Regular do ensino médio	3.473	168	4	344	-	-
Educação de jovens e adultos do ensino médio	871	37	-	89	-	-
Superior de graduação	4.544	160	9	203	-	-
Especialização de nível superior	434	-	-	15	-	-
Mestrado	137	-	-	-	-	-
Doutorado	45	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE (2010).

Na tabela 4 temos as categorias que apresentam a frequência de mulheres, que correspondem à Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior, Pós-graduação (mestrado e doutorado). Podemos perceber que as mulheres negras em São Leopoldo estão concentradas com maior frequência no ensino regular fundamental 699 e no regular do ensino médio 168, sendo que a partir da graduação já não teremos mais a frequência das mulheres negras. Dessa forma, podemos refletir quanto esse resultado implica uma educação continuada e até mesmo uma ascensão acadêmica das mulheres negras como pesquisadoras e professoras universitárias.

Portanto, a educação é a principal ferramenta de promoção social, um exemplo dessa promoção são as cotas, ou seja, elas são uma resposta à exclusão histórica da população negra no Brasil. As ações afirmativas como as cotas, são necessárias para que a população negra possa resgatar o amor próprio, a autoestima, o respeito de si, ou seja, a dignidade humana, que corresponde ao que o ser humano tem de mais essencial e singular e assim haver um verdadeiro movimento nacional de libertação. Segundo uma das entrevistadas:

“A meu ver o que a mulher negra precisa é Educação, saber outro idioma, temos que lutar por esse espaço, também é o nosso direito. Só assim vamos conseguir quem sabe trabalhos mais dignos, chega de ser empregada. O que a população branca não entende é que ajudamos no crescimento da economia do Brasil e ainda pagamos os custos da educação pública, então vamos lutar por ela”. (Mariana, Depoimento colhido no dia 04-05-2015, na Unisinos).

A felicidade com base no respeito e na aceitação de si pelos outros é o que procura o ser humano. A procura de igualdade social e equidade étnico-racial são possíveis através de políticas públicas de ações afirmativas quando essas políticas transcendem setores dominantes, dessa forma Wedderburn (2005, p. 318) menciona que:

as ações afirmativas são uma barreira eficaz à progressão do racismo e das desigualdades sociais nele alicerçadas. Por isso, derrubá-las é uma necessidade de todo projeto conservador de sustentação de um status quo sócio-racial baseado na dominação hegemônica de uma raça sobre outra, e da supremacia social de uma classe sobre todas as outras.

A educação é a ferramenta principal para obter o desenvolvimento, crescimento e ascensão social, a qual as mulheres negras foram excluídas. Dessa forma, a formação educacional é uma das grandes soluções para a mudança das condições de desigualdade social e racial em que se encontram as afrobrasileiras.

4.3 Uma Pequena Síntese da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e as Cidades de Sapucaia do Sul e São Leopoldo

4.3.1 Universidade: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos

Fotografia 1 – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos



Fonte: Registrada pela autora.

A Universidade do Vale do Rio dos Sinos é uma universidade da Mantenedora da Associação Antônio Vieira (ASSAV) que pertence à Província Brasil Meridional da Companhia de Jesus – Jesuítas. A universidade foi criada no dia 31 de julho de 1969, dia de Santo Inácio de Loyola. O primeiro reitor foi o padre João Oscar Nedel.

Na década de 1970 a abertura da Avenida Unisinos, com 2,5 km de extensão, foi feita em 1973, ligando a BR-116 ao *campus*. No ano seguinte, iniciou-se a gestão do reitor Padre Theobaldo Frantz e foi realizada a inauguração oficial da atual sede da universidade. Em 1979, foi inaugurado o Terminal Rodoviário, na Avenida Unisinos.

Já na década de 1980, em 1981, um grande incêndio, com causas desconhecidas, destruiu o pavilhão B da antiga sede da universidade, no centro de São Leopoldo. Dois anos depois, a Unisinos foi reconhecida pela Portaria 453. No ano de 1986, iniciou-se a gestão do reitor Aloysio Bohnen, que confirmou seu nome quatro vezes em um mandato de 20 anos ininterruptos. No mesmo ano, a universidade outorgou o título de Doutor Honoris Causa ao poeta Mário Quintana, na época com 80 anos.

Na década de 1990, foi instalado um novo plano de contabilidade, que gerou um orçamento mais transparente na universidade. Em 1992, um grande impulso na informatização marcou a instituição, com a instalação de 324 computadores e 90 impressoras. No ano seguinte, foi criada a Editora Unisinos e promovido o primeiro curso de MBA Executivo em Gestão Empresarial. Em 1994, em comemoração aos 25 anos da Unisinos, foram inaugurados o Anfiteatro Pe. Werner e a Pista Atlética. O ano de 1995 foi marcado pelo aumento significativo no número de mestres e doutores.

Em 2000, foi consolidada a operação da Linha Circular, entre a Estação Unisinos e o *campus*. No ano seguinte, a universidade recebeu a concessão, pela Capes, da nota 5 para os programas *stricto sensu* em Ciências da Comunicação e Jurídicas, e, em 2002, os programas de pós-graduação foram plenamente aprovados pela Capes.

Em 2005, o Pe. Marcelo Fernandes de Aquino é nomeado novo reitor da Unisinos. Neste mesmo ano iniciou-se o funcionamento do Portal Minha Unisinos. No ano seguinte, a universidade foi escolhida pela maior empresa de software de gestão empresarial no mundo, a alemã SAP, para sediar sua primeira filial no sul do país. O ano de 2008 trouxe o reconhecimento do MEC como a melhor universidade particular da Região Sul do país.

Em 2008 se dá a institucionalização do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI). O NEABI tem dois grandes projetos que são: Projeto de Cidadania e Cultura Religiosa Afrodescendente e projeto de Inclusão Digital Afrodescendente, esses projetos têm interação com a universidade e comunidade. Hoje o NEABI é reconhecido em todo o Brasil, um trabalho que foi iniciado pela professora Dra. Adevanir Aparecida Pinheiro, que é coordenadora geral do núcleo.

Em 2014, a Unisinos foi reconhecida como a segunda melhor universidade particular do Brasil, e o NEABI contribui para essa conquista, pois foi com as disciplinas Afrodescendentes na América Latina e Educação das Relações Étnico-Raciais e Culturais na Escola de Educação Básica que a universidade se tornou pioneira ao discutir as relações étnico-raciais no ensino superior. Segue um depoimento para exemplificar a situação da população negra na Universidade:

“Eu percebo que existe poucas pessoas negras aqui, estou terminando o meu curso e só tive dois colegas negros. [...] e também acho que a Unisinos poderia aprofundar a questão racial, não tem muitos professores negros, até pode ser uma coisa que está mudando agora, mas os negros não têm muita voz na universidade”. (Rosa, Depoimento colhido no dia 27-05-2015, na Unisinos).

Fotografia 2 – NEABI/ Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas – Unisinos



Fonte: Registrada pela autora.

O Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana¹⁵ tem como objetivo que todos os sistemas educacionais cumpram com as leis com vista a enfrentar as diversas formas de racismo, preconceito e discriminação racial, para que assim possa haver a equidade educacional. Por isso disciplinas que trabalham com a questão das relações étnico-raciais e universidades que possuem NEABI de acordo com as diretrizes. Então, conforme consta no Plano Nacional (2013, p. 39):

A Resolução CNE/CP nº 01/2004, em seu artigo 1º [...] estabelece que “As instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004”.

¹⁵ Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SEDACI, 2013

Em relação ao NEABs eles são importantes nas universidades e desempenham e auxiliam pesquisas, elaboração de materiais e de formatação de cursos. Então no Plano Nacional (2013, p. 44):

O artigo 3º, § 4º da resolução nº 01/2004, do Conselho Nacional de Educação, diz: “Os Sistemas de ensino incentivarão pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimento afro-brasileiros, ao lado de pesquisas da mesma natureza junto aos povos indígenas”.

O dia a dia na universidade, e até mesmo no NEABI-Unisinos, é de enfrentamento e luta tanto para questões universitárias, como comunitárias, afinal, a problemática racial é complexa nos dois ambientes, para exemplificar essa situação:

“Os enfrentamentos do dia a dia na Universidade, que deveria ser um espaço de oportunidade e avanços para população negra, é realizado de forma contraditória, são manifestações muitas vezes veladas, em que precisa de uma atitude rápida para fazer as intervenções necessárias, o que observo é que ainda a mulher negra não é reconhecida como intelectual e que pode produzir conhecimentos através da sua prática e vivência diária. Do mesmo modo existe o convívio comunitário, onde a população negra também não tem oportunidade e nem espaço de reflexão, e o por isso NEABI-Unisinos torna-se a única porta de entrada para os negros e as negras da região metropolitana. E depois dessa situação complexa, excludente e árdua, é preciso estar fortalecida para auxiliar a si mesmo e também toda uma população que luta pelo um espaço, por uma vida digna. É minha preocupação, em poder ampliar os espaços, perspectivas e assim auxiliar outras mulheres negras, homens negros, famílias negras”. (Professora Negra Universitária, Depoimento colhido no dia 04-05-2015, na Unisinos)

Os desafios diários que são realizados por professoras universitárias negras são realizados de uma forma conflitante e complicada em todo o Brasil e na Unisinos não é diferente. hooks (2005) faz uma discussão sobre a importância em valorizar o trabalho intelectual, ela acredita no trabalho intelectual como parte necessária da luta pela libertação. Porém, compreende que a subordinação sexista na vida intelectual negra continua a obscurecer e desvalorizar a obra das intelectuais. Neste sentido, não deixa de criticar a falta de discussão do impacto dos papéis sexuais e sexismo.

Sendo assim, sua teoria menciona a invisibilidade da mulher negra como intelectual e justifica essa invisibilidade em função do racismo, do sexismo e da exploração de classe institucionalizados. Outro fato é a exclusão que existe através do patriarcado e intelectuais brancas para as mulheres negras não seguirem uma vida intelectual de sucesso e prestígio. Mas é possível após muitos conflitos e dificuldades haver a superação e conquistas, quando

questionei uma professora universitária negra na Unisinos quanto sua satisfação profissional, a mesma mencionou:

“Me sinto bem, muito bem, de novo e muito tranquila enquanto mulher negra, que venho da base com uma bagagem intelectual comunitária e com uma bagagem intelectual acadêmica, me sinto muito bem preparada com todas as minhas estruturas que comecei a construir com minha família, e é o que me dá sustentação diante dos os homens intelectuais brancos e mulheres intelectuais brancas hoje. É que a Década Internacional dos Afrodescendentes e a lei 10.639/03 e a inclusão da população negra brasileira nas escolas e nas academias, isso torna-se um desconforto para esses intelectuais brancos, porque ai exige bagagem e isso tenho de sobra, modéstia parte, e não tenho preocupação nenhuma hoje e não estar em um PPG, mas estou feliz porque hoje temos um grupo de pesquisa reconhecido na CAPES, enquanto NEABI que era o meu sonho, e isso me realiza e hoje vejo que os PPGs são ótimos, mas ainda precisam contemplar a temática e sujeito afrodescendente e para esses intelectuais será um grande desafio, pois eles terão que ter bagagem, mas não europeia e sim africana”. (Professora Negra Universitária, Depoimento colhido no dia 14-05-2015, na Unisinos).

4.3.2 Comunidade: Sapucaia do Sul

Fotografia 3 – Prefeitura de Sapucaia do Sul



Fonte: Registrada pela autora.

A cidade de Sapucaia do Sul, originada com os descendentes de portugueses e açorianos, chegaram à Fazenda Sapucaia e ali fixaram moradia, tomando posse da terra com a Carta Sesmaria, em 10 de setembro de 1738. Distrito do município de São Leopoldo, conquistou vida administrativa própria em 14 de novembro de 1961, quando foi emancipada

pelo então governador do Estado do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola. No entanto, o dia 20 de agosto é dia de festa na cidade, data comemorada pelos sapucaieiros.

Também conhecida como a “Fazenda do Cerro”, foi fundada em 1737, pelo retirante da Colônia de Sacramento, o português Antônio de Souza Fernando. A fazenda localizava-se no sopé do Morro Sapucaia. A estância se estendia desde o rio Gravataí até o rio dos Sinos. Ao lado, localizava-se a “Fazenda Guaixinin-Sapucaia”, que se estendia até Porto Alegre, de propriedade de Francisco Pinto Bandeira, genro de Antônio de Souza Fernando.

Para povoar essas fazendas, os tropeiros preparam o gado bravio que se criava selvagem pelos campos. Por mais de um século o meio de vida da região foi a criação de gado.

Já no final do século XIX, foram surgindo os matadouros no território de Sapucaia. No início do século XX, oito matadouros abasteciam toda a região, inclusive Porto Alegre. Por toda esta época as fazendas deram lugar a grandes invernadas, que recebiam o gado de outros lugares, das tropas e dos trens, em vagões especialmente preparados para tal.

Por volta de 1930, surgiu a moda, junto às famílias mais abastadas, de ter uma casa no campo. O distrito de Sapucaia distava apenas 25 km de Porto Alegre, sendo ligada à Capital pelo trem, que fazia duas viagens diárias e tornou-se o local ideal para os sítios de lazer. Os grandes proprietários passaram a dividir suas terras em pequenos sítios, que eram comercializados principalmente na Capital. Nos fins de semana, as famílias se deslocavam de Porto Alegre para usufruir dos “bons ares” de Sapucaia. Havia abundância de frutas e verduras, leite fresco.

A era da industrialização iniciou em 1940, com a construção da BR2, hoje BR 116. O governo do Estado e o Município de São Leopoldo concederam isenções de tributos a todas as empresas que viessem a se estabelecer nesta região. A primeira grande empresa que se estabeleceu no então distrito de Guianuba foi a empresa Vacchi e Cia. Ltda. Logo depois, em 1946, chegava o Lanifício Riograndense S/A, hoje denominado de Paramount Lansul S/A. Em 1945, foi a vez da Siderúrgica Riograndense e do Lanifício Kurashiki do Brasil S/A instalarem-se no município.

Essas empresas, entre outras, transformaram o “7º Distrito de São Leopoldo” numa verdadeira potência econômica, encerrando a luta pela emancipação, ocorrida em 1961. Em 1965, a Recrusul e a White Martins também vieram para o município. Sapucaia chegou a ser o 7º município no ranking de arrecadação de ICMS do Estado. Tal imposto representa praticamente 75% do total de arrecadação municipal. As indústrias trariam milhares de pessoas de todos os lugares em razão do número de empregos que geravam. Em 1920,

Sapucaia tinha 880 habitantes. Em 1960, a população já alcançara a casa dos 18.000 habitantes.

Na secretaria municipal de Direitos Humanos, existe hoje um diretor municipal de políticas para igualdade racial. Esse trabalho começou em 2013, O responsável tem uma trajetória significativa no município. Em uma das nossas entrevistas o mesmo informou suas dificuldades na secretaria:

“A começar pelo fato de que faz aproximadamente um ano e meio que a pessoa que trabalhava comigo na Diretoria foi transferida para outra função, desfalcando a já pequena equipe – dois – e o que já era difícil ficou bem pior. Isso por si só já é outro dos problemas, quando precisaram de uma pessoa, não tiraram de outras áreas onde sei que tem gente sobrando, tiraram justamente da Diretoria da Igualdade Racial, quando reclamei, disseram que eu teria que me virar sozinho, que eu tocasse do jeito que dava, isso denota a falta de interesse que dedicam a essa pauta. Outro problema é a falta de recursos financeiros, muitas ações deixam de ser feitas por falta de dinheiro”. (Diretor da Igualdade Racial, Depoimento colhido no dia 11-07-2015, em Sapucaia do Sul).

O que destaca referente ao histórico de Sapucaia do Sul é invisibilidade da população negra na história da cidade, existe uma dificuldade de localizar documentos históricos referentes à população negra em Sapucaia do Sul.

“Tu sabe que com essa entrevista e questionamentos eu comecei a pensar, onde estão os negros em Sapucaia, porque os lugares que vou quase não têm negros, e olha que só saio para Sapucaia, e na religião também não têm, a maioria são brancos”. (Maria, Depoimento colhido no dia 14-05-2015, em Sapucaia do Sul).

Na educação, quanto à Lei 10.639/2003, em uma entrevista em 2014 com Sônia Maria Ferreira Cruz, que é Coordenadora de projetos da História e Cultura Afrobrasileira, mencionou a dificuldade e resistência dos professores em trabalhar a temática, e muitos dizem que não existe racismo e que os negros veem racismo em todo lugar. Para exemplificar essa situação na educação.

“Eu acho que teria que se unir mais, nossa etnia não é unida, na escola. Eu mesma sou professora de geografia e no nosso currículo, o primeiro continente que começamos estudar é o europeu e aí África fica lá no fim do ano, tu não consegue vencer todo conteúdo. Isso foi uma coisa em reunião na escola, que propus mudança, para começar o continente da África, primeiro ou no meio do ano, e não deixar para o final”. (Ana, Depoimento colhido no dia 09-09-2015, em Sapucaia do Sul).

4.3.3 Comunidade: São Leopoldo

Fotografia 4 – Prefeitura de São Leopoldo



Fonte: Registrada por Sônia Bettinelli (2015).

A cidade de São Leopoldo foi fundada em 1824, a cidade é o berço da colonização alemã no Brasil. Os primeiros imigrantes chegaram a Porto Alegre, capital da província de São Pedro do Rio Grande, em 18/7/1824. Logo, foram enviados para a Feitoria do Linho Cânhamo, um estabelecimento agrícola do governo imperial, que estava localizada à margem esquerda do Rio dos Sinos.

Eles foram instalados na Feitoria até que recebessem seus lotes coloniais. O Governo do Estado batizou o núcleo de imigrantes de Colônia Alemã de São Leopoldo, que se estendia por mais de mil quilômetros quadrados, abrangendo na direção sul-norte, de Esteio até Campo dos Bugres (hoje, Caxias do Sul), e em direção leste-oeste, de Taquara (hoje) até o Porto de Guimarães, no rio do Caí (hoje, São Sebastião do Caí).

Em homenagem a estes imigrantes, o dia 25 de julho é um grande feriado municipal. Com a comemoração, São Leopoldo busca resgatar a memória e a variada contribuição dos alemães ao nosso Estado.

O fato de a cidade de São Leopoldo ser considerada como o berço da colonização alemã faz com que as mulheres negras tenham conflitos e dificuldades no município e os enfrentamentos racistas são diários. Uma das entrevistadas que é moradora de São Leopoldo,

fez algumas observações e assim foi possível entender as dificuldades e opressão enfrentadas, deste modo podemos ilustrar:

“Quando eu trabalhava na Secretaria da Educação, como secretária, eu fui substituída sutilmente por outra pessoa, e normalmente as pessoas perguntavam se eu era da limpeza ou da cultura. E quando fui questionar o que tinha acontecido para ser substituída, a resposta foi que eu fazia um trabalho maravilhoso na escola eu estava antes”. (Regina, Depoimento colhido no dia 14-05-2015, em São Leopoldo).

No artigo *Afrodescendentes em São Leopoldo: memória coletiva e processos de identidade*, Follmann e Pinheiro (2011, p.143, 146), afirmam que devido ao

Contexto histórico regional de imigração alemã, que marca a sociedade leopoldense, dificulta no que diz respeito ao reconhecimento das demais etnias existentes na região. Neste contexto, as etnias diferentes à alemã ficam sem obter seu próprio espaço de forma democrática.

E dentro desta perspectiva que existe um fato muito importante na história da cidade de São Leopoldo, que é destacada no artigo Follmann e Pinheiro (2011) A Casa da Feitoria foi historicamente ressignificada como Casa do Imigrante. A nossa reflexão a partir das oficinas de hermenêutica nos levou a reforçar a percepção de que os negros parecem ter a marca de uma história e identidade não reconhecida nesta região. Convivemos hoje, ainda, com as duras dificuldades de engajar os negros nas atividades sociais na região de São Leopoldo. Os imigrantes alemães não foram os iniciadores da história nesta região. Neste espaço já existiam outras etnias, sobretudo a população negra, que este tipo de discurso tende a desconsiderar.

A Secretaria Municipal de Integração Social, que é responsável pela valorização e respeito aos Idosos, aos Portadores de Deficiência, pela promoção da Igualdade Racial e de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais (LGBT), é que está à frente das questões raciais na cidade de São Leopoldo. Esse trabalho já passou por vários departamentos e secretarias. Para exemplificar essa realidade:

“Bom, teve uma fase que a gente conseguiu, São Leopoldo até foi referência quanto o movimento negro. Acho que ali teve mais pessoas, conseguiu se dar as mãos, mas depois a política tem hora que ela desestrutura as coisas né? E politicamente desestruturou, a questão tem que falar a verdade teve pessoas que assumiram infelizmente em alguns pontos deixaram a desejar. O Gilberto da ONG Palmares foi um negro fez de tudo para tentar e depois a coisa foi caindo,

caindo, caindo". (Francisca, Depoimento colhido no dia 18-06-2015, em São Leopoldo).

5 CONSTRUINDO CATEGORIAS, ESCUTANDO AS MULHERES NEGRAS: DISCURSOS A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE VIDA

A proposta deste trabalho foi averiguar os discursos da trajetória de vida das mulheres negras, articulado os conceitos de gênero, raça e classe, além de pesquisar aspectos históricos importantes para contexto da *dissertação*. Desse modo, foram expostos os principais autores consultados para embasamento teórico. Os autores que foram fundamentais para base epistemológica estão relacionados ao eixo gênero, raça, classe e discurso.

A finalidade deste capítulo é apresentar o resultado obtido durante o desenvolvimento da pesquisa, a partir de informações colhidas mediante as entrevistas realizadas com mulheres negras universitárias e comunitárias. Sendo assim, a partir da figura abaixo é possível visualizar, os conceitos que nortearam a dissertação.

Figura 7 – Discursos da trajetória de vida das mulheres negras



Fonte: Elaborada pela autora.

5.1 Metodologia e Reflexões sobre o Campo de Pesquisa

Ao escolher pela metodologia qualitativa¹⁶ com abordagem em estudos feministas, e com foco no feminismo negro é porque acredito que nós mulheres negras temos nossa

¹⁶ De acordo com Lincoln (2006), o trabalho realizado pela “Escola de Chicago” nas décadas de 1920 e 1930 na sociologia determinou a importância da investigação qualitativa para o estudo da vida de grupos humanos. Quanto ao método qualitativo, Flick afirma (2009) a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida.

metodologia diferenciada, o nosso modo pedagógico e prático de pesquisar e criar nossas metodologias, sem esquecer-se da nossa ancestralidade.

Segundo Nogueira (2001) no período dos anos 1980, os estudos sobre as questões de gênero foram avançando, passou a questionarem-se os discursos universais e gerais sobre as mulheres, voltando-se a atenção para a construção social das categorias que são utilizadas para compreender o mundo social. Desse modo, percebe-se a impossibilidade de falar em nome de todas, dessa forma é necessário verificar as especificidades das vivências das mulheres. Sendo elas negras, brancas, latinas, classe popular, jovens, elas terão experiências de vidas diferentes, isto é, significados distintos.

Segundo Piscitelli (2008), a análise de outras diferenças nem sempre foi tranquila, na história do pensamento feminista. Alguns posicionamentos feministas consideravam que destacar as diferenças poderia se omitir um pressuposto político entendido como relevante que é a identidade entre mulheres. Ainda assim, muitas teóricas reconhecerem as diferenças, porém esse reconhecimento muitas vezes não se expressava no plano analítico, e mesmo considerando conjuntamente a importância de raça, classe e gênero muitas acabavam privilegiando em suas análises a categoria gênero.

O pensamento feminista pós-colonial transforma a pesquisa feminista a partir de questionamentos referente às mulheres negras que se rompe com silêncio e assim a mulher negra torna-se voz ativa de uma metodologia diversificada. Quando falamos de uma pesquisa feminista para as mulheres negras, não podemos deixar de pensar na coletividade e a circularidade que têm relevância para cultura feminina negra. A maioria das organizações e sustento familiares é realizada pela coletividade da mulher negra, segundo Follmann e Pinheiro (2011). A figura da mãe é uma referência importante no meio da população afrodescendente. Em muitas situações, impera uma espécie de matriarcado. O maior motivo de orgulho é a união da família, embora não seja modelo de padrão branco europeu, o clã familiar.

Através do artigo de Olesen (2006) que faz uma análise a partir da autora Patricia Collins, que destaca que a metodologia deverá ser compatível com as experiências e consciência das mulheres negras. Desse modo, deve-se analisar que a metodologia feminista para as mulheres negras é um conhecimento particularizado e assim afasta-se de qualquer teoria que não especifica as diferenças.

Um das partes significantes e simbólicas dessa pesquisa foi o trabalho de campo, e por inúmeros motivos, porém o mais relevante é que através das narrativas estava revendo

minha história, questionando meu passado, e construindo minha identidade em cada fala dessas mulheres negras.

Dentro da história oral, optei por realizar entrevista semiestruturada com foco em narrativas autobiográficas. Segundo Houle (2008), abordagem biográfica é herança da Escola de Chicago, teve sua redescoberta no início dos de 1970 e tornou-se importante para sociologia. De acordo com Houle (2008) afirma que essa abordagem, ou seja, o relato de vida, história de vida, não se refere apenas ao vivido de um sujeito, ele é também, e simultaneamente, o relato ou a história da vida em sociedade.

Segundo Cardoso (2012), as sociedades de tradição oral, a oralidade é um valor, uma habilidade, uma forma de garantir e perpetuar a sabedoria ancestral. A tradição oral, nesta ótica, é uma tradição cultural, uma concepção de mundo que abarca valores e saberes, o respeito à ancestralidade, permitindo aos homens e mulheres formados sob essa perspectiva desenvolver a consciência de seu papel político e de sua importância para a comunidade.

Devido à minha inserção no NEABI, as minhas observações começaram no início do mestrado em 2014 e automaticamente um contato informal com as mulheres negras na cidade de São Leopoldo e Sapucaia do Sul. Depois, em 2015, comecei a fazer a organização e os primeiros contatos, explicando a pesquisa e convidando-as para serem entrevistadas.

Os sujeitos deste trabalho são mulheres negras que residem em São Leopoldo e Sapucaia do Sul e também universitárias negras que estudam na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. A escolha pelas mulheres negras que residem em Sapucaia do Sul foi por haver um interesse em resgatar minha história nessa cidade, e escutar as mulheres negras que moram nesse município, sendo que seus perfis, escolaridade e idade são diferenciados, mas a luta é a mesma.

Já na cidade de São Leopoldo e na Unisinos é porque, devido ao trabalho do NEABI, junto à universidade e comunidade, minhas observações começaram a inquietar-me, e devido a isso optei por fazer a pesquisa nesses três espaços. O roteiro foi elaborado a partir de perguntas sobre infância, trajetória escolar e profissional, família, atividades e participação em movimentos sociais e de mulheres negras, questões voltadas para gênero, raça e classe, entre outros assuntos.

Dessa forma, todos os dados coletados tornam-se relevantes e importantes para análise, afinal, eles retratam a vida e trajetória dessas mulheres. Suas infâncias, as primeiras manifestações racistas, o cotidiano profissional, suas lutas diárias, suas dificuldades e conflitos quanto à intersecção de gênero, raça e classe. Nos caminhos percorridos, minha pretensão não foi localizar verdades únicas sobre os discursos das trajetórias de vida, mas sim

escutar suas narrativas e definição de olhares para que posteriormente fosse possível construir as categorias de análises.

O contato com elas foi fundamental para minha transformação pessoal e acadêmica. Em cada entrevista foi possível repensar o meu lugar como mulher negra no Rio Grande do Sul, e o que eu poderia contribuir através de um trabalho coletivo, para mudanças necessárias. Através dos convites percebi que essas entrevistas de certa forma estimulavam autoestima delas e principalmente provaram novos olhares e questionamentos sobre elas mesmas.

5.1.1 Identificando as Mulheres Negras

De acordo com Werneck (2010, p. 10), “[...] falo do que vi, aprendi, li, ouvi, a partir de minha inserção em comunidades heterogêneas: de diferentes gerações, sexualidades, racialidades, escolaridades, possibilidades econômicas, culturais e políticas, e muito mais”.

É a partir do fragmento citado do artigo de Jurema Werneck que percebo a necessidade de identificar as mulheres negras e assim é possível verificar o seu lugar de fala. As histórias aqui narradas foram organizadas e reunidas em um texto, onde é possível visualizar diferentes perceptivas e posicionamentos políticos e principalmente os discursos da trajetória de vida.

Dessa forma foram realizadas doze entrevistas sendo que nove foram específicas para minha pesquisa e as outras foram complementares. Portanto a seguir, passo a identificar as mulheres negras, seus nomes serão representados por nomes pseudônimos e assim serão fornecidos elementos importantes para situar o lugar *desde onde* elas falam:

Ana – 53 anos, casada, com filhos, Católica. É professora no Ensino Fundamental, reside na cidade de Sapucaia do Sul.

Ana é uma mulher negra receptiva, objetiva e direta, e nunca participou de movimentos específicos para população negra, segundo ela, se considera tímida.

Carolina – 33 anos, solteira, com uma filha, Católica. É auxiliar administrativo, reside na cidade de Sapucaia do Sul.

Carolina é uma mulher negra simpática, de uma personalidade forte, sensível segundo ela afirma. E nunca participou de movimentos específicos para população negra, porém afirma que esses movimentos são fundamentais para avanços na sociedade.

Maria - 53 anos, solteira, com filhos, Umbandista. É diarista, reside na cidade de Sapucaia do Sul.

Maria é uma mulher negra alegre, que passou a entrevista toda sorrindo, é uma pessoa contagiante. É na religião que ela busca sua força e também auxilia outras mulheres.

Regina – 34 anos, solteira, sem filhos, Católica. É graduanda em Administração na Unisinos, desempregada. Reside na cidade de São Leopoldo.

Regina é uma mulher negra que gosta de ler e principalmente de escrever, ela não tem medo de arriscar e afirma que sua identidade está sempre em construção.

Francisca – 65 anos, casada, com uma filha, Católica. É professora de Ensino Fundamental aposentada, reside na cidade de São Leopoldo.

Francisca é uma mulher negra forte, não deixou as dificuldades cotidianas serem maior do que sua esperança em uma sociedade que respeite a diferença. Ela tem uma trajetória significativa em vários movimentos sociais como movimento negro em Porto Alegre/RS, APNs do Brasil. Sua militância é através da ONG Anástacia Òminira. Além disso, bom humor é o que não lhe falta, mas ela é também conhecida pelo seu pensamento crítico, o que faz questão de manter.

Júlia - 38 anos, solteira, sem filhos, evangélica. É assistente contábil, reside na cidade de São Leopoldo.

Júlia é uma mulher negra tímida, que no início da entrevista falava pouco, limitando-se a responder às perguntas do roteiro, mas depois de algum tempo, ela começou a detalhar sua trajetória de vida. Além disso, nunca tinha participado de grupos de mulheres negras ou do próprio movimento negro. Depois dessa entrevista, participou de palestras e seminários que são elaborados pelo NEABI-Unisinos. E afirma que sua participação mais expressiva é no Carnaval.

Tereza – 53 anos, solteira, sem filhos, católica. É auxiliar de serviços gerais, reside na cidade de São Leopoldo.

Tereza é uma mulher negra alegre, simpática, bem humorada, sem meias palavras. Afirma que hoje é realizada com seu trabalho e que aprendeu a ser uma mulher negra com autoestima e força, e não desistir dos seus sonhos e propósitos apesar das dificuldades e problemas familiares.

Mariana – 34 anos, casada, com filhos, evangélica. É estagiária de Serviço Social, e graduanda em Serviço Social, reside na cidade de Canoas.

Mariana é uma mulher negra intensa, sensível e solidária. Ela acredita mesmo quando a situação não é muito favorável e conflitante se permanecermos juntas enfrentando todas as dificuldades que nós mulheres negras enfrentamos no nosso cotidiano com certeza, modificaremos a sociedade.

Rosa – 30 anos, solteira, sem filhos, católica. É consultora de vendas e graduanda em Gestão Comercial, reside em Novo Hamburgo.

Rosa é uma mulher negra com sorriso lindo, dona de um admirável bom humor, é objetiva e direta. Ela ama o carnaval, e participa com muita alegria e orgulho.

Solange – 48 anos, separada, com filhos, evangélica. Auxilia em trabalhos comunitários na Igreja, reside em São Leopoldo.

Solange é uma mulher negra, forte, alegre. Ela afirma que mesmo com todas as suas dificuldades e sofrimentos, acredita que a união das mulheres é que faz a diferença.

5.2 Identidade e Identificações

Ao começar escrever, observei uma frase do professor José Ivo Follmann no artigo com título *O desafio transdisciplinar: alguns apontamentos*, Follmann (2001, p. 55) afirma que “nós só temos medo frente ao que não entendemos”. Com essa frase consegui refletir quanto é importante falar sobre a identidade e quando conseguimos presenciar e vivenciar a cultura afrobrasileira, automaticamente desvincula-se o medo, insegurança porque a partir dessas vivências começamos entender toda a nossa ancestralidade e nos fortalecemos. A seguir um trecho da narrativa de uma entrevistada.

“Agora não tenho vergonha de falar, conversar com as pessoas, de entrar nas lojas e bancos e me sinto hoje realizada. E penso se todos pudessem ter essa chance de se encontrar. Tem muitos negros que se sentem assim, ficam encolhidos, me parece que os brancos têm mais ânimo do que nós negros e negras. Parece que eles têm que nós empurrar, e aí decidi ninguém mais vai me empurrar, vou caminhar com as minhas próprias pernas, quero ser eu, não quero mais esperar por ninguém. Hoje eu estou ótima, eu me adoro, gosto de mim, estou me sentindo maravilhosa e me amo. Aquele medo e insegurança que eu tinha, não existem mais”. (Tereza - Depoimento colhido no dia 06-07-2015, em São Leopoldo).

Outra situação marcante é quando os africanos e as africanas foram escravizados e obrigados, vieram para o Brasil. Esse fato faz toda a diferença para a nossa identidade, que foi a separação das famílias. Se esse acontecimento fosse diferente, nossa identidade seria mais fortalecida, por isso vejo que a temática identidade é relevante para discussões pertinentes às mulheres negras. Então todo esse processo histórico mencionado é considerável para identidade da mulher negra. Segundo Curiel (2002, p. 96),

as ações contidas nas políticas de identidade vão desde recriar elementos da cultura Africana (culinária, beleza, música, dança) para desenvolver espaços de reflexão, onde a identidade "negra" é reforçada e valorizada de forma positiva, a fim de alcançar uma boa autoestima nas mulheres negras.

O tema identidade como categoria de análise pode ser conceituado através de Hall (2014) que afirma que está havendo uma verdadeira explosão discursiva em torno de identidade. O conceito tem sido submetido, ao mesmo tempo, a uma severa crítica, ou seja, uma desconstrução das perspectivas identitárias em uma variedade de áreas transdisciplinares.

Hall (2014) afirma que as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela, elas estão constantemente em processo de mudança e transformação. Melucci (2004) define que a identidade é a nossa capacidade de falar e de agir, diferenciando-nos dos outros e permanecendo nós mesmos, através do conhecimento das nossas características e principalmente do nosso interior, ou seja, nossa essência. Para exemplificar essa situação.

“Ser mulher negra é ter orgulho de saber que hoje nós podemos mais e precisamos de mais, não é só pela cor, mas porque temos capacidade, nós temos que chegar a um momento que isso tem que acabar essa diferença racial. Não entendo porque eu não posso ter as mesmas oportunidades que pessoa branca, porque eu sou negra? mas eu tenho orgulho da minha cor, eu não quero ser branca, quero conseguir, conquistar isso sendo negra, gritando que sou negra e que vou chegar ao mesmo status”. (Carolina - Depoimento colhido no dia 21-05-2015, em Sapucaia do Sul).

Bajoit (2009, p. 217) faz uma reflexão referente a identidade e mapeia três zonas identitárias do indivíduo: a identidade desejada (o que o indivíduo deseja ou busca fazer para se realizar pessoalmente); a identidade atribuída (o que o indivíduo faz para atingir o que ele considera como sendo expectativa dos outros para si a fim de conseguir reconhecimento social) e a identidade comprometida (o que ele faz para buscar a consonância existencial entre o desejado e o atribuído). Dentro de cada uma dessas esferas, desenvolvem-se zonas de tensões que resultam das relações sociais do indivíduo na busca por constantemente construir sua identidade.

Segundo Follmann (2012, p. 84-85), “o processo de identidade, supera-se a simples oposição entre o passado e o futuro, entre trajetórias e os projetos”. Ele ainda complementa que é maneira com que um indivíduo ou um grupo (coletividade) estabelece a relação entre seu futuro e seu passado ou, ainda, entre seus projetos e suas trajetórias, que temos de forma particular, as indicações principais para desvendar quais são os definidos de seus processos de

identidade. Pode-se definir processo de identidade como a busca constante de estabelecer coerência lógica entre as experiências vividas que se tem como objetivo.

De acordo com Curiel (2002), quando uma mulher é "orgulhosamente negra" não fica insegura quanto os valores negativos que foram atribuídos à sua condição racial. Apelar para as políticas de identidade para muitas mulheres negras é, portanto, um ato político de resistência e transformação muitas vezes. Abaixo relatos de entrevistadas:

“Olha, minha identidade hoje é ter orgulho de ser mulher negra e sou muito feliz por tudo que consegui, sou uma mulher negra que se realizou profissionalmente e pessoalmente e sou grata às orientações que recebi da minha família, principalmente da minha mãe”. (Ana - Depoimento colhido no dia 09-09-2015, em Sapucaia do Sul).

“É uma busca constante de direitos nosso, porque querendo ou não ainda existe preconceito e no dia a dia você tem que lidar com isso, tu também tem que ter na tua consciência que você é uma pessoa negra, porque tem pessoas que querem a assemelhar-se com pessoas de outras etnias, brancos, tem vergonha de ser negro, eu não tenho e nunca tive vergonha de ser mulher negra”. (Rosa - Depoimento colhido no dia 27-05-2015, na Unisinos).

“Eu fortaleço minha identidade e identificações a partir da valorização da minha história, pois o Rio Grande do Sul valoriza a história dos Alemães e dos Italianos, muitas vezes, fazendo programações de uma semana, de um mês falando da História, preservação da língua, gastronomia, mas a nossa história e cultura africana não valorizada da mesma forma. Isso desconforta-me e mostra que o Rio Grande do Sul continua oprimindo a população negra e nós continuamos desunido”. (Mariana - Depoimento colhido no dia 28-05-2015, na Unisinos).

“Eu só tenho orgulho de ser mulher negra, por isso digo que os APNs (Agentes de Pastoral Negros) pra mim é minha segunda família porque foi lá que eu senti o valor de ser negra que aí que eu estudei, conheci e pessoas de diferentes lugares, negros de diferente história gente como agente. Eu tenho orgulho! E essa eu vou morrer batendo nessa tecla de que ser negro pra mim com tudo que a gente passa de racismo triste enfrenta eu posso me orgulhar de ser negra. Eu não tenho medo de chegar num lugar, de falar e de usar meus cabelos negros”. (Francisca - Depoimento colhido no dia 18-06-2015, em São Leopoldo).

5.3 Solidão, Autoestima e Superação

Outro aspecto marcante é a autoestima das mulheres negras. Por questões históricas, exclusão social e racial, o tornar-se mulher negra, é uma atitude, sobretudo política. De acordo com Julio (2011, p. 62),

Quanto mais uma pessoa possa se autoconhecer, reconhecendo-se enquanto indivíduo, assim como um sujeito em contínua relação com outros sujeitos, maiores serão as possibilidades de que possa superar suas limitações e ampliar suas possibilidades e, em assim sendo, transformar-se e melhorar-se como sujeito nas contínuas aprendizagens a que o cotidiano nos lança.

A problemática em torno da autoestima e a solidão está associada muitas vezes ao padrão social e estético europeu, e com isso as nossas referências afrodescendentes não são valorizadas, ou seja, a nossa diferença não é ressaltada na sociedade e na mídia, e por isso autoestima, segurança, e reconhecimento da mulher negra tem que ser trabalhada diariamente. De acordo com a entrevistada:

“Em tudo o que eu faço eu tenho que ter aquela afirmação, por exemplo, o meu cabelo, tomei a decisão de não alisar mais, arte também é algo importante para mim, eu pinto várias esculturas de africanas, além disso, gosto de ressaltar as fotos dos meus avós na minha casa, para mostrar para os meus filhos suas origens”. (Mariana - Depoimento colhido no dia 27-05-2015, na Unisinos).

“Trabalhar a questão negra tu entra sozinha na luta, tu não arruma adeptos para entrar na guerra contigo. O que tu tem que ter é firmeza isso eu sempre tive e não desistia. O que eu dizia, afirmava e sabia eu tentava colocar para as pessoas”. (Francisca - Depoimento colhido no dia 18-06-2015, São Leopoldo).

“Eu confesso que eu fiquei bem traumatizada nessa parte da empresa, depois que sofri racismo, sabe bem assim magoada, uma magoa bem forte, tanto é que passava na frente da empresa assim uns seis meses depois ainda sentia aquela mágoa, agora não mais. Com certeza serviu para eu olhar para dentro de mim como pessoa negra e refletir os meus valores com relação a minha identificação com relação a minha cor”. (Regina - Depoimento colhido no dia 08-06-2015, na Unisinos).

Segundo Natel (2014, p. 86), “pode-se observar que a baixa autoestima das mulheres negras é constante e, em algumas vezes, dura muito tempo. Em muitos espaços ela é desestimulada e, portanto, desanima”. Conforme relatam as entrevistadas:

“Olha como eu moro em São Leopoldo, sempre me chamava atenção eu sempre ser a única negra na minha classe. [...] normalmente eu era a diferente na escola, isso as vezes, até um certo momento da infância e juventude eu queria ser igual aos outros eu não queria ser diferente, tanto que eu não gostava muito do meu cabelo, achava ele feio. Perto de certos colegas eu não me sentia muito bonita. Eu vou ser sincera minha autoestima foi abalada sim, até porque tinha muitos apelidos, e minha autoestima foi abalada por me sentir diferente. Até eu perceber que essa diferença era positiva demorou um pouco”. (Júlia - Depoimento colhido no dia 20-08-2015, em São Leopoldo).

“Eu sou uma mulher sensível, frágil, guerreira, que busca ser uma mulher negra melhor. E já me senti muitas vezes sozinha, uma solidão a qual você percebe que é a única mulher negra e por isso não tem muito que fazer, é fato algum momento

nos deparamos com essa solidão. A superação faz parte da nossa vida, principalmente superar nós mesmas". (Carolina - Depoimento colhido no dia 21-05-2015, em Sapucaia do Sul).

Observa-se que a situação das mulheres negras nas instituições de ensino revela quanto as mesmas estão longe de um possível acesso ao protagonismo e empoderamento. Dessa forma, a trajetória acadêmica das mulheres negras é solitária, justamente por ainda haver uma estatística desfavorecida como ocorre no dossiê de mulheres negras de 2007 (IBGE, 2004), cuja taxa referente à frequência do ensino superior de mulheres brancas é de 17,4% e das mulheres negras é de 6% e também no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2009) mostra um percentual de mulheres brancas de 23,81% e as mulheres negras de 9,91%. Sendo assim, essa solidão está associada à angústia, sofrimento e silêncio. A seguir uma citação de uma entrevistada:

“Na Unisinos, parece que as professoras preparam-se, quando estou em aula, sei lá é como se elas cuidassem o que vão falar. O que me fez efetuar transferência para Unisinos, foi o fato de ter uma coordenadora negra no curso de Serviço Social e uma disciplina específica que seria Afrodescendentes na América Latina, além de eu saber do NEABI. Na sala de aula, sempre mostro que a escolha pelo curso de Serviço Social foi para atuar junto ao povo negro. E os meus trabalhos também são direcionados à temática com relação à população negra. Tem momentos que eu me sinto sozinha em sala de aula, porque muitas vezes é eu que faço os enfrentamentos sozinha, como se fosse uma luta solitária”. (Mariana - Depoimento colhido no dia 28-05-2015 Unisinos).

5.4 Grupos, Organizações de Mulheres Negras e NEABI: Espaços de Interações, Conhecimentos e Formações

As mulheres negras, ao longo da história manifestaram-se suas lutas políticas através de movimentos negros, ONGs, Fóruns, Associações. Mais ainda temos muito que avançar e conquistar. Conforme já foi mencionado, as décadas de 1980 e 1990 foram períodos históricos decisivos para mulheres negras no Brasil através das criações de organizações de mulheres negras.

Collins (1991), ao sistematizar o pensamento feminista negro nos EUA, a partir disso a mesma estruturou a opressão da mulher negra em três formas: primeiro, o aspecto econômico é traduzido através da exploração do trabalho dessas mulheres; segundo, o aspecto político que nega às mulheres negras os direitos e privilégios rotineiramente delegados aos cidadãos brancos e, terceira, o aspecto ideológico que insiste em qualificar as mulheres negras

dentro de determinados papéis e que muito contribuem para justificar o sistema de opressão a que estão inseridas.

A experiência que obtive no GT Mulheres de Baobá¹⁷, verifiquei a complexidade e a necessidade de estimular as mulheres negras, para haver assiduidade dos encontros. Entende-se que grupos de trabalhos, ONGs são importantes para fazer o resgate da autoestima e do conhecimento de si mesmo como fato positivo em ser mulher negra e uma forma de libertação histórica, social e racial.

As mulheres negras não têm receio de relatar suas dificuldades, é muitas vezes nesses espaços que elas se sentem aliviadas em poder compartilhar sua história de vida. Analisando suas narrativas observei o empoderamento delas perante suas histórias de vida e quanto me faltava a consciência crítica frente à situação da realidade das mulheres negras.

Quando estamos com a nossa identidade fortalecida é possível perceber a importância e as positivities da nossa cultura e ancestralidade e assim é possível auxiliar outras mulheres negras nos processos de suas identidades. A dinâmica que foi realizada no grupo, em responder algumas perguntas, nesse caso seria *Fale de um momento especial de superação na sua vida*, é um ótimo depoimento:

“A minha separação foi o momento de superação da minha vida, pois quando casei minha família era contra o meu casamento, e assim todas as minhas dificuldades conjugais tive que enfrentar sozinha com as minhas duas filhas, a separação foi a oportunidade em viver uma vida diferente e o reencontro com minha família, e que nenhum momento em minha vida, tinha parado para pensar que esse fato foi uma superação, já que até então não tinha ideia que poderia cuidar das minhas filhas sozinha. E se não houve um espaço como este para falar, também não perceberia o quanto essa experiência foi fundamental para realizar algumas conquistas em minha vida, como fazer o curso de Inclusão Digital Afrodescendente na Unisinos”. (Participante do GT Mulheres de Baobá - Depoimento colhido no dia 30-10-2014, em São Leopoldo).

Além de cursos de extensão, pesquisas e elaboração de artigos o NEABIs são importantes como suporte psicológico e emocional, já que os jovens, negros e negras, homens negros e mulheres negras ainda são a minoria na universidade, e muitas vezes enfrentam situações de racismo e discriminação, e diversas vezes não sabem como agir. Sendo assim, esses núcleos, por tantas vezes, são os únicos espaços de interação da população negra. Para exemplificar essa situação:

¹⁷ O GT Mulheres de Baobá é um grupo de trabalho que tem como objetivo incentivar e aprimorar autoestima da mulher negra a partir de História de vida, vivências e práticas do cotidiano delas. Esse grupo faz parte do NEABI-Unisinos. O nome do grupo Mulheres de Baobá tem como simbologia o fortalecimento da mulher e também porque as raízes da árvore do Baobá são fortes, tanto quanto a força que precisamos para enfrentar os nossos desafios diários.

“Eu sei que o racismo existe, mas quando aconteceu comigo, eu paralisei, eu sabia que tinha perfil para aquela vaga, mas não tinha como provar que foi racismo, mas eu sei que foi. E foi esse episódio que fez com que eu procurasse o NEABI na Unisinos, eu estava com baixa autoestima, mas foi no NEABI que comecei a fortalecer minha autoestima, através das palestras e trocas de informações com outras pessoas que estavam lá”. (Regina - Depoimento colhido no dia 08-06-2015, na Unisinos).

É por essas razões que as mulheres negras procuram criar e consolidar espaços que atendam efetivamente às suas demandas. Um espaço coletivo para o compartilhamento de experiências, reivindicatórias e construções de estratégias de luta. Dessa forma, tais circunstâncias adversas têm constituído as lutas coletivas das ativistas e feministas negras no Brasil.

5.5 Olhares e seus Significados

Entre tantas formas de controle social e manifestações raciais e preconceituosas o olhar é algo que define e materializa essa manifestação. Ao decorrer das entrevistas, essa categoria foi a que mais se destacou, é como se olhar fosse a comprovação de uma manifestação racista, é sempre um olhar para outro. A seguir alguns trechos.

“Atualmente onde eu trabalho não percebo tanto, o racismo, mas em dois trabalhos anteriores sentia bastante mesmo. Não era algo direto, porque o que vivemos é um racismo velado, ninguém afirma que é racista, porém um dado momento aparece seja na divisão do trabalho, uma comparação com um colega, sabe aquele olhar? Eu sinto o racismo hoje mais pelo olhar, palavras e atitudes e as pessoas hoje sabem o que isso pode trazer, e antigamente isso não tinha, como, por exemplo, uma lei”. (Carolina - Depoimento colhido no dia 21-05-2015, em Sapucaia do Sul).

“O próprio olhar muitas vezes demonstra o racismo, a pessoa não fala, mas o olhar denúncia, mesmo assim essas atitudes nunca me afetaram”. (Rosa - Depoimento colhido no dia 27-05-2015, na Unisinos).

“Você vê no olhar, tu entras em um aeroporto e tem gente que diz, como essa negra consegue entrar em um avião? Aqui não é lugar dessa gente! O olhar deles é para dizer isso. Então com olhar não precisa de palavra. Em São Leopoldo, já tive problemas em lojas eles têm aquela tendência a seguir a gente ou não querem atender”. (Francisca - Depoimento colhido no dia 18-06-2015, em São Leopoldo).

Os olhares são apresentados de várias formas, que muitas vezes estão relacionados à exclusão seja histórica, cultural, educacional. Desse modo, por exemplo, nossas manifestações culturais nem sempre são entendidas pela branquitude como uma forma de resistência,

protagonismo e acontecimento político. A partir dessas informações, Pinheiro (2011, p. 168) afirma que:

Atualmente vive-se sob diversos tipos de olhares na sociedade como um todo, e essencialmente os modos como se veem as diferentes áreas do conhecimento científico e a maneira como sempre se estuda a negritude e branquitude. Uma estuda como a inferiorizada, sem nenhum saber, apenas como objeto de subordinação; a outra, símbolo do saber e do poder tratada como intocável e superior e sempre ausente de total situação racial.

Segue um relato para exemplificar:

“Eu percebo que o cabelo através dos dreads, das tranças, que um acessório como um colar africano, é a nossa cultura e deve ser mantido e cultivado. Só que não existe o respeito, a pessoa gosta de usar, porque tem a ver com nossa cultura, mas os lugares não respeitam a nossa cultura. Eu gosto de ver a população negra assumindo-se mesmo diante de olhares preconceituosos, conseguem manter-se, afinal é nossa história e cultura”. (Carolina - Depoimento colhido no dia 21-05-2015, em Sapucaia do Sul).

É necessário superação diária para enfrentar todos os desafios e olhares preconceituosos sejam diretos ou indiretos. Esses olhares são diretamente para outro, que nesse caso seriam as mulheres negras, o que precisamos questionar é a postura do sujeito eurodescendente a partir de um olhar que questione o seu papel e mudanças necessárias perante a sociedade brasileira quando se fala do racismo. De acordo com Natel (2014, p. 150), “a mulher negra não invade o espaço da mulher branca. A detenção do poder e, por fazerem parte da maioria, a mulher branca exclui a mulher negra, quando esta tenta ocupar o seu espaço”.

5.6 Violências Simbólicas e suas Consequências

As violências simbólicas e históricas que as mulheres negras sofrem na sociedade brasileira são naturalizadas, ou seja, como se fosse “instituto natural”, e as justificativas são: eu não queria dizer isto, pois não era essa palavra, na realidade eu quis dizer e como consequências dessas ações a culpa são sempre das mulheres negras. Desse modo Pinheiro (2011, p. 132) afirma que: “ora essa crise se manifesta de uma violência simbólica e velada, ora por meios de reações de uma ‘superioridade fragilizada’ sem forças para fortalecer o branqueamento estruturado numa criação de uma ideologia de branqueamento equivocada, sem considerar a vasta miscigenação já existente na época”. Por tantas vezes, certos aspectos

do mundo social são encarados como inquestionáveis e como sua existência fosse natural. Segundo Bourdieu (2007, p. 14),

O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.

As violências simbólicas que as mulheres negras sofrem são apresentadas de diversas formas em vários ambientes sociais. O fato de as mulheres negras serem serviçais desde a escravidão trouxe resultados como humilhação, exclusão, sofrimento e ainda somos vistas como incapazes, e para a população branca ver um homem negro ou mulher negra em posição melhor é como destruir o seu poder. Segundo Pinheiro (2011, p. 114), “essa violência simbólica parece ocultar e manter sob sua magnitude inúmeras formas de racialidades, expressões pejorativas e gestos que provocam situações de fuga e exclusão dos diferentes sujeitos”. Seguem alguns relatos.

“Eu tinha muitos apelidos na escola, como: tu és o feijão, tu és o arroz queimado coisa desse tipo, sabe? Lá vem o lápis preto, a pretinha, a neguinha do cabelo duro, então isso eram coisas que muitas vezes me faziam sair chorando da sala de aula. Hoje ainda sou revolta e tenho vontade de voltar atrás e reagir contra meus coleguinhas, porque naquela época eu tinha medo, eu hoje sei que não precisava de medo, não precisava ter chamado meus pais para me defender, eu não estava fazendo nada de errado”. (Carolina - Depoimento colhido no dia 21-05-2015, em Sapucaia do Sul).

“O conflito que a gente tem, é ter clareza que a nossa cor de pele é uma barreira. [...] eu lembro muito bem o que foi minha passagem como criança negra. Em Pelotas a não ser a professora que me promoveu em quinze dias para segunda série eu não tive mais nenhuma professora que dissesse essa professora eu vou guardar na minha cabeça como uma professora que me auxiliou. A perguntada da pessoa que enxergava agente como menina negra era qual é o futuro de vocês?”. (Francisca - Depoimento colhido no dia 18-06-2015, em São Leopoldo).

“O racismo e suas consequências violentas quando acontece agente muitas vezes fica sem saber como se posicionar. E não só em ambientes de trabalho universidade, mas em um restaurante ou em qualquer outro lugar que está passiva de sofrer esta discriminação, muitas vezes a gente não está preparado e não sabe como se posicionar perante isso, perante esta situação”. (Mariana - Depoimento colhido no dia 08-06-2015, na Unisinos).

5.7 Família e suas Representações

É fundamental a família para população negra. Muitas vezes, é a partir desse núcleo que começam as primeiras informações quanto a cultura afrobrasileira e formação política. Segundo Oliveira (2006, p. 23), “a família se organiza como um grupo que idealiza a vida comunitária e a intimidade entre os membros, em oposição ao mundo exterior, que funda as oposições entre interior e exterior, privado e público”.

Dentro desse núcleo familiar a mulher negra é a que chefia, educa e auxilia seus filhos em seu desenvolvimento e trajetória de vida. A rotina da mulher negra, chefe de família encontra na mão dupla trabalho/vida familiar uma problemática que acaba por se refletir na participação dessas mulheres na vida e formação de seus filhos. Portanto, o desafio da conciliação entre o trabalho e sua vida familiar as dificuldades da mulher/mãe em promover o sustento da família e preservar uma participação mais efetiva junto a seus filhos e ao ambiente familiar. Seguem alguns relatos:

“Minha mãe deixou como inspiração o correr atrás, nunca desistir, eu tinha 15 anos quando ela morreu, e ela dizia nunca aceitar qualquer condição, está ruim hoje, tenta novamente, sempre sem prejudicar ninguém”. (Carolina - Depoimento colhido no dia 08-06-2015, em Sapucaia do Sul).

“Não sou a primeira a mulher negra a criar minha filha sozinha, não é fácil porque muitas vezes passo por várias dificuldades, mas minha preocupação é ser um exemplo para ela, como minha mãe foi para mim”. (Carolina - Depoimento colhido no dia 09-09-2015, em Sapucaia do Sul).

“Na segunda série com oito anos em uma escola estadual de Canoas, a professora me usou como exemplo para alguns alunos que estavam fazendo bagunça, dizendo que tinham que ser como eu, quieta, prestando atenção e um colega menino, me lembro até hoje a fisionomia dele, mas era um menino branco, loiro, olhos verdes e ele levantou muito bravo e disse que não seria igual a essa negra fedorenta e a professora de pronto pegou ele pela orelha e levou para a direção. E quando a minha mãe veio me buscar na escola, ela foi falar para minha mãe o que tinha acontecido e naquela primeira vez eu vi minha mãe chorar, porque até então não tinha vivido isso e dali então foi quando ela começou a reforçar bastante comigo”. (Mariana - Depoimento colhido no dia 28-05-2015, na Unisinos).

A figura da mãe mostra para mulheres negras que é necessário força, resistência e determinação para enfrentar todas as dificuldades. É através da superação, esforço e resiliência que as mulheres negras têm lutado contra os desafios diários. Segundo Natel (2014, p. 152), “é a resiliência que nos leva a desenvolver certas capacidades em nós, quais sejam

obstinação e firmeza em resolver as adversidades que diariamente precisamos transpor nas questões étnico-raciais”.

6 CONCLUSÃO

Assim que as mulheres negras tomam consciência da importância de estabelecer estratégias e lutas por espaços públicos e privados que estejam associados aos aspectos culturais, comunitários, sociais, educacionais e profissionais começa-se a criar oportunidades concretas para visibilidade das mesmas. Outro aspecto considerável é que as mulheres negras têm que trabalhar sua autoestima diariamente, reinventar-se é uma estratégia para que a dor da discriminação e preconceito não seja maior do que a vontade de viver em uma sociedade que seja possível o respeito pela diferença seja de raça, gênero, sexualidade.

Ao chegar ao término deste trabalho admito que repensei em toda minha trajetória de vida até aqui, minha infância, adolescência, formação acadêmica, vida profissional. Com as entrevistas foi possível ouvir a minha história através das narrativas da minha avó materna e perceber que a vida das mulheres negras é árdua com caminhos e trajetórias difíceis percorrer.

Observo agora que muitas barreiras foram e estão sendo vencidas, e que através da minha história de vida e as narrativas nesses dois espaços é possível afirmar que ainda temos experiências que nos causam dor e sofrimento. E foi a partir desses discursos que me dei conta e comecei a questionar a minha identidade negra, ou seja, minha negritude.

O trabalho de pesquisa realizado nos dois ambientes foi um desafio intelectual, pessoal e profissional. Este trabalho foi muito importante para nós. O mesmo poderá contribuir e auxiliar em projetos futuros com ênfase na mulher negra, principalmente na cidade de Sapucaia do Sul, na qual os projetos que são realizados através da Secretaria de Direitos Humanos, especificamente pelas políticas de igualdade racial, são recentes e que possam ser ampliados.

O aprofundamento teórico e metodológico auxiliou a pensar em uma metodologia representativa, do mesmo modo que ressaltou a nossa cultura e modo de viver e ser. Os aspectos teóricos foram importantes, pois a abordagem realizada foi a partir de contextos históricos, sociais, culturais, educacionais e comunitários. É através de um novo olhar que a questão da tríplice exclusão da mulher negra, gênero, raça e classe articula com novas abordagens epistemológicas a partir da prática e realidade da mulher negra.

E através de cada escuta, discurso e, principalmente, a cada reação corporal, foi possível aprender e ao mesmo tempo fazer novos questionamentos, seja tanto para as entrevistadas como para mim mesma. Os discursos em sua maioria são de sofrimento e de uma dor que se manifesta no choro, na solidão e em esperanças que são transformados em atos políticos, a cada conquista, ascende a esperança de dias melhores, eu vejo que cada

conquista é ressaltada e comemorada por todas, ou seja, no coletivo. Nossas trajetórias de vida são de muitas exclusões é necessário determinação, persistência, resiliência para seguir o caminho e buscar oportunidades.

O discurso que ainda prevalece na sociedade brasileira é da branquitude normativa, de acordo com professora Dra Aparecida Bento, principalmente no sul do país. Uma sociedade que ainda não questiona seus papéis e atitudes nem quanto ao seu racismo imbricado no poder do discurso, nesse caso quem é questionado e interrogado é normalmente a mulher negra. Os discursos de trajetória de vida, sejam na comunidade ou na universidade, são discursos que se aproximam e se diferenciam, isso implica na individualidade de cada trajetória e de cada mulher negra, mas foi possível perceber coletividade acentuada, identidades e identificações fortalecidas e politizadas no ambiente comunitário.

Enquanto na universidade, o fato de termos estaticamente um percentual de mulheres negras em minoria, muitas estão em cursos de graduação diversificados e faz com que essas tenham trajetórias acadêmicas solitárias e dificuldade de articulação entre elas e também em fazer um trabalho coletivo, existe a consciência do racismo, opressão, mas seja por medo, falta de atitude ou outros fatores, suas indignações não são transformadas em acontecimento político.

Ao contrário das mulheres negras que estão na comunidade, elas são articuladas e qualquer problema que acontece, é um motivo de aproximação e reivindicação. É por isso que na universidade espaços como NEABI são importantes, já que se tornam lugares de formação, conhecimento e articulações para que seja fortalecida a cultura, identidades e identificações e trabalho coletivo.

Através da pesquisa foi possível perceber quanto a universidade tem que avançar e oportunizar as mulheres negras. Através das estatísticas aqui mencionadas foi possível visibilizar uma porcentagem desfavorecida. É necessário incentivá-las na participação e trabalhos coletivos, pois normalmente as mulheres negras não são incluídas em atividades diferenciadas na instituição de ensino. Ao mesmo tempo, precisamos ir além e buscar alternativas que nos representem e que tenha um olhar para realidade da mulher negra.

Dessa forma, conclui-se que grande parte das mulheres negras reflete o processo de identidade, identificações, gênero, raça, entre outras categorias no dia a dia, na luta pelo seu espaço, no protagonismo da sua história, nas injustiças raciais que sociedade contemporânea apresenta, no trabalho coletivo para fazer as mudanças necessárias na educação, no social, na comunidade, isto é, sempre existe algo para pensar.

Quando estamos entre várias mulheres negras, ou seja, em grupo, é realizado um trabalho de autoconhecimento seja consciente ou inconsciente, o nosso interior, identidade e identificações são questionados, e através dessa ação, percebemos que a identidade não é estável, permanente ela é construída e questionada cotidianamente.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Neuma. **Gênero e ciências humanas**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1970.
- ALVES, Zélia Maria Mendes Biasoli; SILVA, Maria Helena G. F. dias. **Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta**. USP, Ribeirão Preto, 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1992000200007> Acesso em: 28 set. 2014.
- BACKES, José Licínio. A presença de sujeitos culturais negros no contexto do ensino superior e a afirmação de suas identidades. **Revista Lusófona de Educação**, Campo Grande, v. 15, n. 15, 2010. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/1529>>. Acesso em: 28 maio 2014.
- BAJOIT, Guy. **La tirania Del Gran ISA. Cultura e representações sociais, MÉXICO**, 2009. Disponível em: <<http://www.culturayrs.org.mx/revista/num6>> Acesso em: 8 jan. 2015.
- BARRETO, Raquel Andrade. **Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez**. 2005. 128f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=37196> Acesso em: 29 maio 2014.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.
- BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray. **Psicologia social do racismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- BIERNACKI, Patrick; WALDORF, Dan. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods & Research**, [S.l.], p. 128-139, 1981. Disponível em: <<http://smr.sagepub.com/content/10/2/141.abstract>>. Acesso em: 7 jun. 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BONETTI, Alinne de Lima. Etnografia, gênero e poder: antropologia feminista em ação. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4509>> Acesso em: 7 jun. 2014.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, 2005.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332006000100014&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 7 ago. 2015.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. São Paulo: Unicamp, 1993.

BRASIL, Presidência da República. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em: <<http://spm.gov.br/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>> Acesso em: 7 nov. 2014.

CALDWELL, Kia Lilly. A institucionalização de estudos sobre a mulher negra: perspectivas dos Estados Unidos e do Brasil. **Revista ABPN**, v. 1, n. 1, p. 1, 2000. Disponível em: <www.abpn.org.br > Página inicial > Vol. 1, No 1 (1) > Caldwell > Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. **Mulheres negras, militância política e justiça social no Brasil**. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/161>> Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. **Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11922>> Acesso em: 10 jun. 2014.

CARDOSO, Cláudia Pons. História das mulheres negras e pensamento feminista negro: algumas reflexões. **Fazendo Gênero 8**, Corpo, Violência e Poder, Florianópolis, 2008.

_____. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012. 383 fl. Tese (doutorado), Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo (PPGNEIM), Salvador, 2012.

_____. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36757>> Acesso em: 10 ago. 2015.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa: Análise de Discurso versus Análise de conteúdo**. Florianópolis, 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17> Acesso em: 15 jul. 2014.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. ONU Mulheres – Entidade das Nações Unidas para a

Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. 2010. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>> Acesso em: 7 jun. 2014.

_____. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

_____. **Mulheres em movimento**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300008&script=sci_arttext> Acesso em: 28 maio 2014.

_____. SANTOS, Thereza. **Mulher negra, política governamental e a mulher**. São Paulo: Nobel; Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

CASTRO, Mary Garcia. O conceito de gênero e as análises sobre mulher e trabalho: notas sobre impasses teóricos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 5, n° 17, 1992. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=358>> Acesso em: 20 set. 2014.

CBCISS. **Documento de Araxá**. Rio de Janeiro, 1967.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**: rethinking critical discourse analysis. Edinbourg: Edinbourg University Press, 1999.

CISNE, Mirla Álvaro. Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista. **IV Colóquio Marx e Engels**, Campinas, 2005, SP.

CODATO, Adriano. In ALMEIDA, Heloisa Buarque; SZWAKO, José. **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

COLLINS, Patricia Hill. Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. In: OSADA, Neide Mayumi; COSTA, Maria Conceição. **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**, Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Black, feminists thought**. Knowledge, consciousness and politics of empowerment. New York: Routledge/Perspectives on Gender, 1991, v. 2.

CORDEIRO, Ana Luisa Alves. **Ações afirmativas na educação superior**: mulheres negras cotistas e mobilidade Social. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, v. 15, n. 30, 2013. Disponível em: <bell.unochapeco.edu.br> Acesso em: 28 maio 2014.

COSTA, Cláudia Lima. **O sujeito no feminismo**: revisitando os debates. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n19/n19a04.pdf>> Acesso em: 26 maio 2014.

COUTINHO, Lúcia Loner. **Antônia sou eu, Antônia é você**: identidade de mulheres negras na televisão brasileira. 2010. 186f. Dissertação (mestrado), Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <www.pucrs.br/famecos/pos/cartografias/artigos/dissertacao_lucia.pdf> Acesso em: 26 maio 2014.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, 14, 1989.

CURIEL, Ochy. Identidades essencialistas ou construção de identidades políticas: o dilema das feministas negras. **Otras Miradas**, v. 2, n. 2, p. 96-113, dezembro, 2002.

_____. Crítica poscolonial desde as práticas políticas do feminismo antirracista. **Bogotá: Nômadias, Universidad Central, 2007.**

CULTNE – **Beatriz Nascimento**/1987. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_16NQrmxnSs> e Beatriz Nascimento – Heróis de Todo Mundo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-L6IUfOBZAQ>> Acesso em: 5 fev. 2015.

DAVIS, Angela. **Women, race and class**. New York: Random House, 1981.

_____. **Mulher, raça e classe**. Tradução Livre. Plataforma Gueto, 2013. Disponível em: <<https://plataformagueto.files.wordpress.com/2013/06/mulheres-rac3a7a-e-classe.pdf>> Acesso em: 8 fev. 2015.

DAVIS, Kathy. Intersectionality as buzzword, a sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. **Feminist Theory**, v. 9, n. 1, p. 67-85, 2008.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

DENZIN, Norman k; LINCOLN. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman k. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Paraná, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141377042007000200007&lang=pt> Acesso em: 8 maio 2014.

DOSSIÊ SOBRE A SITUAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS. Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, São Paulo, 2007.

DUARTE, Constância Lima. **Feminismo e literatura no Brasil**. São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010> Acesso em: 11 jun. 2014.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente: Século XX**. Porto: Afrontamento, 1990.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. Londres: Routledge, 2003a.

_____. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FELIZARDO, Marina do Nascimento Neves. **Negras Marias: Memórias e Identidades de Professoras de História**. 2009. 143f. Dissertação (Mestrado), Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. Disponível em: <www.ufjf.br/ppge/files/2010/07/NEGRAS-MARIAS2.pdf> Acesso em: 4 jul. 2013.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FERREIRA, Aline Santos; SOARES, Emanuel Luis Roque. **A educação das mulheres negras como uma forma de conquista dentro da sociedade brasileira: estigmas x direitos**. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Bahia, 2011. Disponível em: <<http://www.itaporanga.net/genero/3/07/03.pdf>> Acesso em: 26 maio 2014.

FOLLMANN, José Ivo. Processos de identidade versus processos de Alienação: algumas interrogações. **Revista Identidade**, São Leopoldo, v. 17, 2012.

_____. **Igreja, ideologia e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **O desafio transdisciplinar: alguns apontamentos**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

FOLLMANN, José Ivo; PINHEIRO, Adevanir Aparecida. Afrodescendentes em São Leopoldo: memória coletiva e processos de identidade. **Revista de Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, 2011. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2011.47.2.05> Acesso em: 26 jan. 2015.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/o-que-e-o-geledes-instituto-da-mulher-negra/#axzz3P7NQRpYt>> Acesso em: 17 jan. 2015.

GOLDENBERG, Miriam; TOSCANO, Moema. **A revolução das mulheres**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

GOMES, Nilma Lino. **Cultura negra e educação**. 2003. Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a05.pdf> Acesso: 25/05/2014.

_____. Ações afirmativas e o desafio da permanência dos (as) jovens negros (as) na universidade pública. In: SILVÉRIO, Valter Roberto. **Ações Afirmativas nas políticas: o contexto pós-Durban**. São Carlos: Edufscar, 2009.

_____. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03** – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Ministério da Educação, Brasília, 2005.

_____. **Mulheres Negras e Educação: Trajetórias de Vida, Histórias de Luta**. Revista Cadernos Pagu, Unicamp, V Encontro de História Oral, Belo Horizonte, FAFICH, 1999.

GONZALEZ, Lélia. A mulher Negra. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). **Guerreiras de Natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 29-47.

GONZALEZ, Lélia. **A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social**. Brasília: Raça e Classe, 1988.

_____. **Racismo e sexismo.** Seminário Internacional sobre Mulher e Apartheid (Womanunder apartheid – Helsinki, Finlândia, Helsinque), 1980. Disponível em: <<http://www.eliagonzalez.org.br/>> Acesso em: 1 fev. 2014.

_____. **Mulher negra.** The Black Woman's Place in the Brazilian Society”, apresentada na “1985 and Beyond: A National Conference”, promovida pelo African-American Political Caucus e pela Morgan State University, 1984 Disponível em: <<http://www.eliagonzalez.org.br/>> Acesso: 01/02/2014.

_____. A questão negra no Brasil. In: **Cadernos Trabalhistas.** São Paulo: Global Editora, 1981.

hooks, bell. Intelectuais negras. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, ago./dez. 2005.

_____. **Ain't I a Woman? Black women and feminism.** Cambridge, MA: South End, 1981.

_____. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, 2015.

HOULE, Gilles. A sociologia como ciência da vida: a abordagem biográfica. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HENNING. CARLOS Eduardo. **Interseccionalidade e pensamento feminista: contribuições históricas e debates contemporâneos.** XI CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Universidade Federal da Bahia, *campus* Ondina, 2011.

HERÉDIA, Vania. **A imigração europeia no século passado: o programa de Colonização no Rio Grande do Sul.** Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, 2001.

JUNIOR, Nadir Lara; JARDIM, Luciane. **Contribuições psicanalíticas para compreensão das operações discursivas ideológicas.** In: LIMA, A. F.; LARA JUNIOR, A. Metodologias de pesquisa em psicologia social crítica. Porto Alegre: Sulina, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Comunicação Social de 2012. Disponível: <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias_censo?view=noticia&id=1&idnoticia=2170&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumentaevangelicos-espíritas-sem-religiao> Acesso em: 29/10/2013.

IRACI, Nilza, **Dossiê sobre a situação das mulheres negras brasileiras.** Fundação Ford, Unifem, AECI, 2007.

JULIO, Ana Luiza dos Santos; STREY, Marlene Neves. **Negros e negras no ensino superior: singularidade para a permanência.** Revista África e Africanidades, ano 2, n. 5, 2009. Disponível em: <http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/Negros_e_Negras_no%20ensino_superior_singularidade_para_permanencia.pdf> Acesso em: 27 out. 2014.

JULIO, Ana Luiza. **Por uma visão psicossocial da autoestima de negros e negras**. Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo da Faculdade EST. São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2011.

KALCKMANN, Suzana et al. **Racismo Institucional: um desafio para a equidade no SUS?** São Paulo, Saúde e Sociedade, 2007. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902007000200014>
Acesso em: 27 jan. 2015.

KUNZLER, Maria Laci. **Participação das mulheres na política representativa**. 2008. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Santa Catarina. Disponível em:
<www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST29/Maria_Laci_Kunzler_29.pdf> Acesso em: 25 maio 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LEMOES, Rosalia O. **Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro**. 1997. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado), Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

LUGONES, María. **Colonialidad y género**. Binghamton University, USA. Tabula Rasa. Bogotá – Colombia, 2008.

MAY, Tim. **Pesquisa social: Questões métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras. Disponível em:
<<http://www.mariamulher.org.br/index.php/component/content/category/23-sobre-nos>>
Acesso em: 17 jan. 2015.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 6 v.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Edição Digital, 1999.
Disponível em: < <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf> > Acesso em: 7 fev. 2015.

MARCONDES, Mariana; PINHEIRO, Luana; QUEIROZ, Cristina (org). **Dossiê mulheres negras retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

MELUCCI, Alberto. **O jogo do eu: a mudança de si em uma sociedade global**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

MENEZES, Lilia Benvenuti. **A mulher na capoeira**. Disponível em:
<<http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista-textos-do-brasil/portugues/revista14-mat12.pdf>> Acesso: 1 maio 2014.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MOORE, Henrietta L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **Cadernos Pagu**, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, 2000.

MOREIRA, Nubia Regina. **O feminismo negro brasileiro**: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 120 p. 2007. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls_000410037 Acesso em: 29 jul. 2014.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. PENESB-RJ, 2013. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>> Acesso em: 28 jan. 2015.

_____. **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. **Uma Abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. PENESB-RJ, Pág. 9, 2013.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. **Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política**. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20.pdf> Acesso em: 01 maio 2014.

NATEL, Elisabeth Santos. **Educação das relações étnico-raciais**: as sagas e resiliências das mulheres negras profissionais: em três ambientes universitários. Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Ciências Sociais, São Leopoldo, 2014.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres negras: protagonismo ignorado. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 382-409.

NOQUEIRA, Conceição. **Feminismo e discurso do gênero na psicologia social**. Universidade do Minho. 2001. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/xmlui/bitstream/handle/1822/4117/feminismo%20e%20discurso%20do%20g%C3%A9nero%20na%20psicologia%20social.pdf?sequence=1>> Acesso em: 11 jun. 2014.

NUNES, Georgina Helena Lima. Mulheres negras em seus protagonismos: paradoxos em relação ao gênero. In: SILVA, Úrsula Rosa; MICHELON, Francisca Ferreira; SENNA, Nádia da Cruz. **Gênero, arte e memória**: ensaios interdisciplinares. Pelotas: Editora da UFPel, 2009.

OLIVEIRA, Eliana. **Mulher negra professora universitária**: trajetória, conflitos e identidade. Brasília: Líber Livro, 2006.

OLIVEN, Arabela Campos. **Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades**: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. Porto Alegre/RS, 2007. p. 29-51.

OLESEN, Virginia. **Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio**. In: DENZIN, Norman K. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens, Porto Alegre: Artmed, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.

PACHECO, Ana Cláudia. Trajetórias sociais de mulheres negras na Bahia. **Anais do VIII Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as**. UFPA – Belém – Pará. 2014.

PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Mulheres públicas** São Paulo: Unesp, 1998.

PERROT, Michelle et. al. História das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. **Revista Gênero**, v. 2, n. 1, p. 5-42, 2001.

PINHEIRO, Adevanir Aparecida. **Identidade étnico-racial e universidade: a dinâmica da visibilidade da temática afrodescendente e as implicações eurodescendentes, em três instituições de ensino superior no sul do país**. Tese (Doutorado), Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

PISCITELLI, Adriana; MELO, Hildete Pereira. **Olhares feministas**. Brasília: Unesco, 2009.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Sociedade e Cultura, 2008.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, 2005.

RAMALHO, Viviane C. Vieira Sebba. **Constituição da análise de discurso crítica: um percurso teórico – metodológico**. Universidade de Brasília, 2005.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica sobre a trajetória de Vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

RENAULT, Emmanuel. **Vocabulário de Karl Marx**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

RIBEIRO, Matilde. **Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização**. 2008. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104> Acesso em: 29 maio 2014.

ROSEMBERG, Fúlvia. Ação afirmativa no ensino superior brasileiro: a tensão entre raça/etnia e gênero. **Cadernos Pagu**, 2008.

SANTOS, Eliane dos. **Aparência e autoestima**: um estudo de caso do grupo Criola, 2002. Dissertação (Mestrado), Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS, Roque Manoel; ROCHA, Cristiano Cesario; CARTH, John Land. **Gênero em Contexto Machista-Racista**. Brasília. Clube de Autores, 2011.

SANTOS, Roque Manoel. Ser mulher e negra em contexto socioeducativo racista. SANTOS, Roque Manoel; ROCHA, Cristiano Cesario; CARTH, John Land. **Gênero em contexto machista-racista**. Brasília: Clube de Autores, 2011.

SANTOS, Sônia Beatriz. As ONGs de mulheres negras no Brasil. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275-288, 2009. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/ongs-de-mulheres-negras-brasil/#axzz3PHtTepnC>> Acesso em: 19 jan. 2015.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 15, nº 2, jul./dez. 1990. Disponível em: <www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf> Acesso em: 7 set. 2014.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico. **Mulheres negras do Brasil**. Rio de Janeiro: Senac, 2007.

_____. **Mulheres negras do Brasil**. Rio de Janeiro: Senac, 2013.

_____. **Dicionário mulheres do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SEBASTIÃO, Ana Angélica. O feminismo negro e suas práticas no campo da cultura. **Revista ABPN**, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2010. Disponível em: <<http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/viewArticle/25>> Acesso em: 7 ago. 2014.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. "**Chegou a hora de darmos à luz a nós mesmas**" – **Situando-nos enquanto mulheres e negras**. Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32621998000200002&script=sci_arttext> Acesso em: 27 maio 2014.

_____. Ações Afirmativas para além das cotas. In: SILVÉRIO, Valter Roberto. **Ações Afirmativas nas políticas**: o contexto pós-Durban. São Carlos: Edufscar, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.

TERRAGNI, Laura. A pesquisa de Gênero. In: MELUCCI, Alberto (org). **Pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 141-163.

VAN DIJK, Teun. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2012.

WEDDERBURN, Carlos Moore. Do marco histórico das políticas públicas de ação afirmativa. In: Sales Augusto dos Santos (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação; Unesco, 2005.

WERNECK, Jurema. **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**. Grupo Criola, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/detalhes.asp?cod_dados=568> Acesso em: 04 fev. 2015.

_____. **Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo**. *Revista da ABPN*, v. 1, n. 1, p. 1-11, mar./jun. 2010a. Disponível em: <<http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/view/20/10>>. Acesso em: 05 fev. 2015.

25 de julho – o filme/ feminismo negro contado em primeira pessoa. Roteiro, filmagem e edição: Avelino Regicida. São Paulo: Do Morro Produções, 2013. (2h 33min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=J6ev2V-Ee3U>>. Acesso em: 05 fev. 2015.

ZACCARELLI, Laura Menegon; GODOY, Arilda Schmidt. Perspectivas do uso de diários nas pesquisas em organizações. *Cad. EBAPE.BR*, 2010.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**Roteiro Entrevista Semiestruturada**

Gênero, Raça e Classe: Discursos de mulheres negras em dois universos: acadêmico e comunitário.

Nome:

Curso de Graduação:

Cidade:

Bairro:

Idade:

Profissão:

Data:

- 1) Qual sua origem étnica?
- 2) Você faz parte de alguma entidade, movimento social ou de mulheres? Qual?
- 3) Como foi sua infância?
- 4) Como foi sua trajetória escolar?
- 5) Como foi sua trajetória profissional até o momento?
- 6) Qual a sua participação em (Atividades, eventos) na Comunidade/Universidade?
- 7) Quais as dificuldades e conflitos que você enfrenta na Comunidade/Universidade?
- 8) Como você se identifica como mulher negra na Comunidade/Universidade?
- 9) E para você quais possíveis ações que possam melhorar a visibilidade da mulher negra na universidade/comunidade?
- 10) Como você entende o racismo?
- 11) Você consegue perceber diferenças entre mulheres negras e brancas?
- 12) Como você explica a situação financeira Comunidade/Universidade?
- 13) Quando você pensa em Identidade, como você definiria sua?
- 14) Quanto à relação de gênero, você percebe alguma opressão, desigualdade?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Concordo em participar, como voluntária, do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de mestrado Daiane Severo da Silva, do curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos que pode ser contatada pelo e-mail daianesevero03@hotmail.com e pelo telefone (051) 98143438. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com mulheres negras comunitárias e acadêmicas, visando, por parte da referida aluna a realização de uma dissertação intitulada “GÊNERO, RAÇA, CLASSE: Discursos de mulheres negras em dois universos: acadêmico e comunitário”, com orientação do Professor Dr. José Ivo Follmann e Coorientadora Professora Dra. Adevanir Aparecida Pinheiro. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura da Pesquisada

Assinatura da Pesquisadora – Daiane Severo da Silva

São Leopoldo, _____ de _____ de 2015

ANEXO A – LEI N 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003



Presidência da República

Casa

Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Mensagem de veto

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque